

CADERNOS DO
**terceiro
mundo**

PANAMÁ

A nova
batalha
do Canal

AIDS

A epidemia do século

INUNDAÇÕES

Quem são
os
responsáveis?



ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

AOS LEITORES

Estamos de novo dentro de um processo inflacionário, cujo controle não está à vista. Todos os itens que compõem a planilha de custos de qualquer produto industrializado, a revista inclusive, estão sob pressão de reajustes de preços. Mais ainda: frequentemente, à mercê de aumentos abusivos propiciados pelo clima especulativo que a inflação estimula.

Estamos, assim, sendo compelidos a reajustar os preços da revista e da publicidade, na expectativa de que os nossos leitores e anunciantes o compreendam e assimilem.

Vimos registrando consideráveis avanços na nossa circulação, não só nas bancas como também nas assinaturas. Esse apoio dos nossos leitores é decisivo para **terceiro mundo**.

Os leitores não compram ou assinam nossa revista com a despreocupação de um consumidor de histórias em quadrinhos ou publicações de modas, senão que estão interessados em um novo tipo de análise e informação.

Próximo a cada leitor, no trabalho, na escola, no sindicato, na associação de bairro, há seguramente outras pessoas interessadas nesse tipo de leitura. Seria importante para nós tê-las também como leitores da **terceiro mundo**, uma tarefa de colaboração para a qual contamos com os que já nos dão a honra de nos ler e apoiar.

A Direção

SUMÁRIO

2 PANORAMA TRICONTINENTAL

7 CARTAS

AMÉRICA LATINA

- 11 **Nicarágua:** Guerra aos especuladores
- 14 **Honduras:** As provas do delito
- 16 **Colômbia:** Os traficantes tomam a iniciativa
- 17 **A hora dos paramilitares**
- 20 **Haiti:** O fim de uma ilusão

ÁFRICA

- 23 **Angola:** Planejamento socialista e reforma econômica
- 25 **OUA:** Anos de desafios
- 28 **África do Sul:** Silenciar a oposição

ÁSIA

- 29 **Birmânia:** O socialismo isolado

ORIENTE MÉDIO

- 32 **Palestina:** Reportagem numa área proibida

SAÚDE

- 34 **Crescente Vermelho Palestina:** A luta contra a adversidade

- 36 Lista negra de medicamentos
- 38 Notas

MEIO AMBIENTE

- 39 **Sri Lanka:** A destruição dos recifes
- 40 Notas

AGRICULTURA

- 41 **China:** Combate à salinização

MULHER

- 44 **Nicarágua:** Porta aberta à esperança
- 46 3º Encontro Continental

SUPLEMENTO BRASIL

- 48 **Matéria de capa:** Aids, a peste do século
- 58 **Educação:** O espírito de cátedra atrasa a universidade
- 61 **Fevereiro**
- 65 **Cidades:** As águas que afogam o Rio
- 69 **Economia:** O drama dos bancos estaduais
- 70 **Opinião:** Dos Diários Associados à Rede Globo
- 72 **Amazônia:** O alerta amazônico



Colômbia exclusivo: o tráfico de drogas e os paramilitares



Palestina: visita clandestina a um campo de refugiados



A ONU divulga uma "lista negra" de medicamentos



Enchentes: o Rio devastado

Panamá

A LUTA DE SEMPRE



O general Noriega e o novo presidente, Manuel Solís Palma

Os acontecimentos do Panamá desenrolaram-se sem maiores surpresas. Talvez o único episódio inesperado tenha sido a demissão do general Manuel Antonio Noriega do comando da Guarda Nacional pelo então presidente Eric Delvalle.

Inesperada, não porque a decisão não estivesse sendo cozinhada há muito tempo nos meios políticos panamenhos ligados ao governo dos Estados Unidos, mas pela maneira como foi feita. O presidente vai à TV (ele próprio tem uma) e declara que Noriega está demitido e substituído pelo chefe do estado-maior, o coronel Marcos Justine. O coronel vai a outra TV e diz que da Guarda Nacional ninguém sai e que se alguém tiver de sair é Delvalle. O desfecho é conhecido. O presidente não contava com apoio na Guarda e, tampouco, conseguiu respaldo popular para resistir aos militares e aos seto-

res civis fiéis à liderança torrijista do partido no poder, e que apóiam Noriega.

O resto é conhecido. Delvalle prometeu uma "greve geral", que não houve, e

acena com uma "resistência civil", que também não se apresenta viável.

Quanto à legalidade da investidura do atual presidente, Solís Palma, ex-ministro da Educação, não é diferente da que assegurou a posse de Delvalle, que assumiu o governo quando o presidente Nicolás Ardito Barletta perdeu o apoio da Guarda e a maioria na Assembleia Nacional.

A atual crise panamenha vai continuar. Os motivos invocados para a exigência da saída do general Noriega poderiam ser falsos ou parcialmente verdadeiros. O que, no entanto, é falso, é o pretexto. O que está por detrás da crise é o empenho da Casa Branca em invalidar os termos dos tratados Torrijos-Carter, que prevêem a saída dos norte-americanos do Canal no ano 2000, e em afastar o Panamá do governo da Nicarágua. Para isso, precisa ter um fantoche no

palácio do governo e outro na Guarda Nacional.

Noriega poderia ter todos os defeitos que lhe apontam, mas se apoiasse a permanência dos *marines* no Canal e concordasse em transformar a Guarda num aliado contra a Nicarágua, seria não o "homem forte" do Panamá, mas o "homem fortíssimo" da Casa Branca.

A verdade é essa. A propaganda norte-americana não pode confundir governos e povos latino-americanos, que devem dar ao Panamá - Noriega, no caso, é apenas um ponto de referência - o apoio que sempre lhe deram, na sua histórica luta contra a ocupação indevida do Canal.

Apoio necessário e urgente, quando toda a máquina política, econômica, diplomática e militar dos Estados Unidos aperta o cerco em torno daquele país corajoso e lutador por sua auto-determinação.



Uma manifestação popular em apoio ao general Noriega, no dia seguinte à derrubada de Eric Delvalle

PANORAMA

Qatar

PREPARANDO O ANO 2000

□ O Estado de Qatar comemorou, no dia 22 de fevereiro passado, o 16º aniversário da subida ao poder do emir califa Bin Hamada Al Thani, período no qual o país avançou substancialmente no campo econômico, até se transformar em um Estado moderno.

Um dos principais fatores responsáveis pelo progresso em Qatar foi a criação de

dos para construção.

Além das indústrias média e pesada, o governo tem estimulado o setor privado a estabelecer uma vasta gama de indústrias leves, através de incentivos e empréstimos em condições favoráveis.

Nos últimos seis anos,



O xeque Al Thani (foto ao alto) modernizou o Qatar, um país petrolífero de 11.000 km², que produz 500 mil barris por dia

uma indústria nacional, base do desenvolvimento econômico e importante fonte de divisas. Em termos de produtividade, a Companhia de Ferro e Aço de Qatar (Qasco), um dos pilares da indústria do país, compete com as principais companhias internacionais do setor.

Exploração do gás

No ano passado, a Qasco produziu cerca de 487 mil toneladas de ferro, 499 mil toneladas de aço e 493 mil toneladas de tubos reforça-

foram concedidas 128 licenças para projetos de indústrias leves nos setores de processamento de alimentos, químico, artigos eletrodomésticos e da indústria do papel, além de uma série de projetos nos setores metalúrgico, têxtil e de tratamento de couro. A realização do projeto "North Dome" – para exploração das jazidas de gás do país – representará uma das principais fontes de divisas, fortalecendo ao mesmo tempo o processo de industrialização e o desenvolvimento de Qatar.

Com uma reserva recuperável calculada em 4,2 trilhões de metros cúbicos de gás associado, o projeto "North Dome" – que inclui uma fábrica de gás natural liquefeito, com uma capacidade de seis milhões de toneladas anuais – permitirá a expansão das indústrias existentes e a criação de novas indústrias.

Também a Companhia de Fertilizantes de Qatar (Qafco) registrou no ano passado uma alta taxa de crescimento. A produção do ano passado foi de 658 mil toneladas de amônia e 747 mil de uréia.

Segundo declarou o emir Al Thani, o processo de industrialização em Qatar tem por objetivo estabelecer uma realidade econômica que não dependa exclusivamente do petróleo como fonte de receita, mediante o desenvolvimento de várias fontes de divisas, como os projetos industriais e agrícolas.

África do Sul

NOVO PARTIDO BRANCO DE OPOSIÇÃO

□ Dirigentes liberais brancos de oposição na África do Sul anunciaram a criação de um novo partido político, o "Partido Independente", que será presidido pelo ex-embaixador desse país em Londres, Denis Worrall. No final do ano, o partido realizará um congresso em Durban, na província de Natal.

Segundo um comunicado dos membros fundadores do novo partido, a idéia de formar essa organização política surgiu depois do apoio

que o movimento independente recebeu nas eleições gerais de maio de 1987. "Nossa intenção é apresentar uma alternativa viável, funcional e confiável em relação ao Partido Nacional, no poder", assinalou o comunicado.

Os organizadores do novo partido reconhecem que "o urgente desejo de uma nova iniciativa que una o povo, sem distinções de linhas partidárias ou de divisões de grupo, continua sendo uma grande força entre milhões de sul-africanos".

Worrall, que participou nas eleições passadas com uma candidatura independente, disse que o novo partido trabalhará junto com o Partido Federal Progressista (PFP), de orientação liberal. Ele afirmou que o novo partido não se unirá ao PFP porque, se mantiver uma identidade separada, pode conseguir o apoio de alguns membros do Partido Nacional, e conter o apoio inglês que o presidente P.W. Botha recebe.

É pouco provável que o novo partido consiga o apoio da Frente Democrática Unida (UDF), que, junto com outras 17 organizações anti-apartheid, teve suas atividades proibidas pelo regime racista, em fins de fevereiro passado. A proibição, tomada com base no estado de emergência, atingiu os principais grupos de oposição negros. Segundo o ministro da Lei e da Ordem, Adrian Vlok, o presidente Pieter Botha "está determinado a pôr fim ao clima revolucionário" no país. As medidas repressivas foram duramente condenadas não só dentro da África do Sul, como no exterior.

Sua pesquisa está mais fácil!

O *Centro de Documentação de terceiro mundo* coloca à disposição de estudantes, professores e pesquisadores, um **ÍNDICE** com todos os assuntos publicados pela revista **terceiro mundo**.

Além disso, dispõe para consulta de um acervo, reunido ao longo de 10 anos, de publicações como: revistas, jornais, relatórios, anuários, e informes especiais de vários países do mundo sobre a questão terceirromundista.

Para pesquisas em nosso acervo de publicações, marque seu dia e hora pelo telefone (021) 242-1957 ou pessoalmente, com o responsável do setor em nossa sede.

Desejo receber o **ÍNDICE DE ASSUNTOS** da revista **cadernos do terceiro mundo**. Estou remetendo em anexo vale postal (ag. Lapa) ou cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda, no valor de Cr\$ 250,00.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Estado:

Profissão:

Cidade:

CEP:

Tel.:

Assinatura

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA, Centro de Documentação: Rua da Glória, 122 gr. 105 - Glória - CEP 20241 - RIO DE JANEIRO - Tel. (021) 242-1957.



Aumentam os questionamentos a Stroessner

Paraguai

O OUTONO DO PATRIARCA

A reeleição do general Alfredo Stroessner para seu oitavo mandato consecutivo, no pleito de 14 de fevereiro passado, poderia sugerir que a mais antiga ditadura latino-americana se mantém tão firme como na época em que se instalou, em 1954. No entanto, apesar de uma votação favorável de quase 90%, as eleições aconteceram em meio a uma onda de questionamentos, que denunciam o declínio paulatino

da liderança de Stroessner.

Enquanto a igreja católica e organizações empresariais mostram seu descontentamento, no situacionista Partido Colorado surgem dissidências e a oposição alcança níveis de unidade sem precedentes no Paraguai. O Comitê Nacional por Eleições Livres, criado no ano passado por vários partidos proscritos, protestou contra a fraude eleitoral, organizando manifestações de rua que até há pouco tempo pareciam impensáveis em Assunção. A embaixada norte-americana apoiou essa atitude, a ponto do embaixador Clyde Taylor ter sido também atingido pela repressão, quando participava de um comício da oposição.

A cúpula da igreja católica vem manifestando reite-

radamente seu descontentamento com a perpetuação de Stroessner no poder e exige mudanças. Em suas homilias, os bispos enfatizam a gravidade dos problemas sociais e políticos. Numa cerimônia recente, monsenhor Demetrio Aquino, bispo de Caacupé, afirmou na presença do próprio Stroessner que "existe muita gente que se serve da pátria, que quer usufruir dela".

O clima de confronto entre a hierarquia católica e o governo se agravou nos primeiros dias de fevereiro, quando a Conferência Episcopal Paraguaia se pronunciou a favor do voto em branco para as eleições, acrescentando que "não existe pleito democrático quando existe a obrigação de se votar em alguém". O documento, assinado por monsenhor Ismael Rolón, assinala que "se nenhum dos candidatos apresentados satisfaz aos católicos, o cidadão demonstrará seu descontentamento votando em branco".

A tensão chegou ao auge quando, ao serem conhecidos os números dos escrutínios, monsenhor Rolón denunciou a "farsa eleitoral". "O resultado já era esperado - disse o bispo - e permite prever um aumento da repressão e das violações dos direitos humanos, depois da visita do papa João Paulo 2**o, prevista para maio".

Por sua vez, o setor de maior peso no Partido Colorado, conhecido como os "tradicionalistas", está se distanciando rapidamente de Stroessner. Há algumas semanas, o presidente do Congresso e líder dos dissidentes, Juan Chaves, enfatizou a necessidade de esti-

PANORAMA

Cuba

DIÁLOGO ENTRE O ESTADO E A IGREJA



"O socialismo nos ajudou a dar, por um sentimento de justiça, o que antes se dava por caridade"

mular "as esperanças renovadoras de nosso partido".

Já na convenção partidária de março do ano passado, Stroessner tentou afastar os "tradicionalistas", reservando as posições no governo para seus seguidores incondicionais. Foi uma maneira de garantir o controle das rédeas do poder, mas que, ao mesmo tempo, reduziu sua base de sustentação.

A enfraquecida classe empresarial paraguaia não está alheia à onda de insatisfação. Prejudicada por uma política que privilegia o contrabando e a especulação, comerciantes e industriais denunciam o fracasso da orientação econômica do governo e pedem a formulação de planos que atendam aos interesses nacionais. O secretário geral da Bolsa de Comércio, Jorge Cañete Arce, exigiu drásticas medidas para controlar o contrabando, uma atividade que por sua dimensão acarreta

enormes prejuízos para a empresa privada.

Todos esses fatores e, em particular, o fortalecimento da organização popular e a deterioração da situação política e econômica permitem esperar mudanças no panorama paraguaio. O processo parece duro e difícil, mas denuncia a chegada iminente do outono do patriarca, principalmente se se concretizar numa proposta atrativa para a massa, a experiência de unidade de quatro partidos - o Liberal Radical, o Revolucionário Febrerista, o Demócrata Cristão e o Movimento Popular Colorado (Mopoco). Esses quatro partidos, junto com organizações de trabalhadores e estudantes, se uniram num "diálogo nacional", convocado há anos pela igreja católica. Essa iniciativa acabou se transformando na mais ampla tentativa de um esforço conjunto de toda a história política do Paraguai.

□ O arcebispo de Havana, monsenhor Jaime Ortega, afirmou que as relações entre a igreja e o Estado em Cuba têm se caracterizado nos últimos anos pelo diálogo, o que significa uma mudança muito grande em relação ao passado.

Ao fazer uma avaliação desses últimos anos, o arcebispo se referiu à Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada na cidade mexicana de Puebla, em julho de 1977, na qual se propôs a realização de um encontro parecido em Cuba. Poucos meses depois, o projeto já era algo concreto e foi reconhecido nos meios eclesiais cubanos como um importante processo de reflexão.

"O processo de reflexão entre os católicos alcançou seu ponto máximo no encontro nacional de padres cubanos, realizado em Havana em fevereiro de 1986, com a participação de 173 delegados das sete dioceses do país", afirmou o arcebispo.

Sobre as supostas divergências entre o marxismo e o cristianismo, tão discutidas nos últimos anos, o arcebispo declarou: "No que se refere à defesa do homem, do mais puro de sua condição,

há muitos aspectos de convergência entre os marxistas e cristãos".

Nesse contexto, o arcebispo de Havana considera que uma contribuição da igreja católica ao socialismo é sua eterna motivação para a busca da justiça, da austeridade e do sacrifício, exigidos por todo processo de desenvolvimento.

"Ao mesmo tempo, pensamos que o socialismo nos ajudou a fazer uma valorização mais justa do homem, ao adquirir uma consciência social do pecado e da injustiça". E mais: "Nos ensinou a dar, por um sentimento de justiça, o que antes se dava unicamente por caridade".

Na sua condição de membro da igreja latino-americana, disse que o pagamento da dívida externa por vários países da América Latina, assim como a atual ordem econômica internacional, são eticamente injustificáveis. "Sentimos como nossas as angústias e esperanças da América Latina, experimentamos a mesma preocupação pela sua trágica situação econômica, agravada pela dívida externa de fantásticas dimensões, cujo pagamento nas atuais condições traria como consequência a miséria para nossos países", enfatizou.



Repressão: a resposta do regime aos protestos denunciando a fraude

México

CANDIDATOS PEDEM ELEIÇÕES LIMPAS

□ Cinco candidatos à presidência do México pediram a Carlos Salinas de Gortari, candidato pelo situacionista Partido Revolucionário Institucional (PRI), que não aceite uma "vitória duvidosa", se o processo eleitoral for "manchado pela ilegalidade". Em sua primeira ação conjunta, os cinco candidatos escreveram uma carta a Salinas de Gortari, na qual pedem que seja feito um pacto político em defesa das eleições de julho próximo.

O documento foi assinado pelos candidatos direitistas dos partidos Ação Nacional (PAN), Manuel Clouthier, e Demócrata Mexicano (PDM), Gumerindo Magaña. A carta também teve o apoio de membros da esquerda, como Heberto Castillo, do Partido Mexicano Socialista (PMS); Rosario Ibarra de Piedra, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); e Cuauhtémoc Cárdenas, da Frente Democrática, integrada por três pequenos partidos e um setor dissidente do PRI, conhecido como "Corrente Democratizadora".

O pacto, segundo a proposta, inclui, em primeiro lugar, o compromisso de concordar com a realização de um debate público entre os seis candidatos e "não aceitar uma vitória duvidosa, fruto de um processo eleitoral pouco transparente ou manchado pela ilegalidade".

Ainda que a segunda cláusula se refira a todos os candidatos, nos meios políticos se garante que está dirigida ao candidato do PRI, principalmente porque seus

opositores têm poucas chances de chegar ao poder. Nos últimos 60 anos, o PRI tem ganho as eleições apresentando um programa político que diz ter herdado da Revolução Mexicana de 1910. Esse partido tem a maioria absoluta no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e câmaras de vereadores, além dos governos dos 31 estados.

Nas eleições de 1985, o PRI obteve 70% dos votos e seu mais ferrenho opositor, o PAN, conseguiu apenas 16%. A esquerda, representada pelo Partido Socialista Unificado do México (PSUM), antecessor do atual PMS, teve pouco mais de três por cento. A oposição acusou o partido governante de recorrer à fraude, de impedir a propaganda proselitista dos outros partidos e de aplicar medidas repressivas contra os demais candidatos. No documento entregue a Salinas de Gortari, os cinco candidatos expressaram sua convicção de que um pacto desse tipo "deve se dar a partir do compromisso profundo de instaurar a democracia em nosso país".

Por seu lado, o ex-governador e ex-senador Cuauhtémoc Cárdenas acusou o governo de "subordinar" durante cinco anos sua política à Casa Branca e de preparar uma suposta fraude para favorecer o candidato governamental nas próximas eleições gerais de julho, propiciando, dessa forma, "explosões de violência". Também acusou o presidente Miguel de la Madrid

de "irregularidade administrativa" ao permitir que a televisão e os órgãos de imprensa estatais concedam os maiores e melhores espaços à campanha do economista Carlos Salinas de Gortari.

O candidato à presidência pela Frente Democrática é filho do presidente Lázaro Cárdenas, que em 1938 nacionalizou o petróleo e iniciou a reforma agrária no México.

Diante de jornalistas locais e estrangeiros, Cárdenas qualificou de "grave" a situação econômica, assina-

lando que o desemprego chegou a níveis críticos e que o governo é impotente para frear a inflação. Disse ainda que o crescente malestar que essa situação gera, está afetando a candidatura de Salinas de Gortari, o que se refletirá nos resultados das próximas eleições.

Reiterou, também, sua preocupação e a da Frente Democrática, assim como a dos outros quatro candidatos de oposição, de que o governo "esteja dando passos no sentido de alterar os resultados da eleição".

Moçambique

AJUDA MILITAR SUECA

□ O governo da Suécia decidiu modificar substancialmente o tipo de ajuda que presta a Moçambique. A partir deste ano, além de financiar projetos de desenvolvimento, começará a prestar assistência às forças armadas deste país africano. O gabinete do chefe de governo e a embaixada sueca iniciaram um intenso trabalho para organizar o fornecimento de botas, uniformes, caminhões e equipamentos de comunicação para o exército moçambicano. A decisão do governo de Estocolmo foi adotada em resposta a um pedido do presidente Joaquim Chissano, em setembro de 1987, quando participou de reuniões do Congresso do Partido Socialista da Suécia, como enviado especial.

A legislação sueca proíbe a venda ou doação de material bélico, mas no caso de Moçambique se buscou uma fórmula - a assistência às

forças armadas - que, sem contrariar a lei, pudesse demonstrar a vontade política de cooperar com o governo de Chissano em sua luta desigual contra as agressões terroristas da Renamo, apoiada pela África do Sul. Dessa forma, o governo do primeiro-ministro Ingvar Carisson tentará proteger os projetos econômicos que Moçambique está desenvolvendo com apoio sueco. A Renamo sabota a produção de Moçambique com o objetivo de desestabilizar o governo e já destruiu diversos projetos econômicos suecos.

O novo tipo de ajuda sueca pretende dotar os militares moçambicanos de melhores equipamentos para a defesa de seus projetos de desenvolvimento. A Suécia participa, por exemplo, da construção do Corredor da Beira, da montagem de fábricas, policlinicas e complexos agroindustriais.

Poetas independentes

Dirigimo-nos a VV.SS. no intuito de apresentar nosso grupo - Pangea. Somos uma cooperativa de poetas locais independentes. Buscamos colaborar para uma maior democratização da literatura e difusão da cultura em geral.

Um dos fatores mais importantes para o nosso trabalho é o intercâmbio de informações, experiências e opiniões. Assim, pedimos a VV.SS. a gentileza de publicar nosso nome e endereço, pelo qual ficaremos muito satisfeitos. Acreditamos poder atingir, assim, autores de língua portuguesa ou espanhola nos diversos países alcançados por **terceiro mundo**.

Agradecemos a atenção e aproveitamos a oportunidade para manifestar nossa admiração por essa publicação, especialmente pela seriedade e independência com que trata os delicados assuntos terceiro-mundistas.

Gladimir do Nascimento -
Pangea - Av. Sete de
Setembro, 3165 - Curitiba,
Paraná - CEP 80.000



do cada vez mais restrito, principalmente para os aposentados, como eu. O que nos revolta é ver pessoas no serviço público ganhando ordenados fabulosos, como os tais "marajás". Democracia, no fim, fica cara para o povo, pois aumenta-se o preço dos serviços públicos e dos impostos, para pagar um bando de inúteis. Não digo o pequeno funcionário, mas essa leva que, a cada eleição, os políticos, para se elegerem, carregam atrás de si. Como se o Estado fosse uma fazenda de onde eles fossem os donos. Do jeito que vai, na nova eleição, vamos ter mais "marajás". É o preço da Democracia que pagamos. Vale a pena?

Helena Costa - Itu
São Paulo - Brasil

Sobre o "Che"

Excelente o número em que vocês publicaram o Especial dedicado ao "Che" Guevara (**terceiro mundo** nº 104) e no qual encontrei da-

dos sobre sua personalidade e pensamento que não tinha conseguido em nenhuma outra publicação, por mais completa que me parecesse. O Che nos dá um vivo exemplo do que é viver em perfeita comunhão com os ideais de Cristo, mesmo que ele nunca tenha colocado as coisas nesses termos.

Camilo Estrada
Lima - Peru

Direitos Humanos

Como assinante da revista, quero transmitir-lhes meu apoio pelo conteúdo das matérias publicadas. Diante das denúncias de violações aos direitos humanos na Guatemala, principalmente no que se refere ao desaparecimento de pessoas por motivos políticos, gostaria que vocês publicassem um artigo atualizado sobre o assunto. Vinicio Cerezo é um "democrata", mas da política de Reagan na América Central.

Como brasileiro, não posso ficar indiferente diante da situação que o meu país vive, que é semelhante à que a maioria dos povos do Terceiro Mundo sofre, e onde os direitos humanos e políticos são violados das mais diversas formas.

Leandro Deon - Caxias do
Sul - RS - Brasil

Cuba hoje

Além de parabenizá-los pelo excelente nível mantido nos trabalhos apresentados nessa conceituada revista, gostaria que publicassem uma reportagem detalhada sobre Cuba, seus antecedentes, a pré e a pós-revolução, um panorama geral atual etc., apesar de saber que já foi publicado um artigo mais ou menos assim há tempos atrás, muito embora eu não tenha conseguido esse



exemplar.

Também creio ser necessário que tecessem comentários sobre a Aids e seus efeitos, principalmente nos países do Terceiro Mundo, em particular no Brasil e na África.

Osmar Castanha
Sto. Amaro - São Paulo
Brasil

Bons amigos

Já coleciono **terceiro mundo** desde setembro de 1983, quando a conheci e aprendi muito a cada número publicado. Aqui no Rio Grande do Sul, a revista é muito lida e tem ótima aceitação. Pelo menos em algum lugar, vemos as coisas mostradas um pouco mais de frente.

Vai daí, que eu gostaria de ver meu nome publicado, já pela segunda vez, na seção Intercâmbio. Da outra vez, fiz muito bons amigos, embora muitos deles tenham deixado de escrever, o que é compreensível. De um modo geral, é ótimo todo esse contato que a revista proporciona. E quero ter o prazer de repeti-lo. Tenho bons amigos em Angola, Moçambique, Portugal, gente maravilhosa. Conto com vocês, deixando meus votos de mais e mais sucesso.

Sandra Regina Napiwiski
Canoas - RS - Brasil

A região Norte existe

Sempre que posso, leio a revista **terceiro mundo**, da qual gosto demais. Será que nosso país vai para a frente desse jeito? A cada dia que passa a situação fica mais feia. Aqui em Porto Velho, o custo de vida é altíssimo e o povo trabalhador está sendo cada vez mais explorado e roubado. Será que o governo não sabe que a região Norte existe?

Gostaria de saber o endereço das seguintes publicações: Africa News e Third World Network.

Sérgio Hcibi
Porto Velho - R.O. - Brasil

Nota da Redação: Aos leitores que também se interessarem, seguem os endereços pedidos: Africa News, PO Box 3851, Durham, N.C., 27702; e Third World Network, 87, Cantonment Road, Penang, Malaysia.

O drama dos aposentados

Infelizmente não posso renovar minha assinatura. Não é que a assinatura de **terceiro mundo** esteja cara, nós é que estamos ganhando pouco. Precisamos de cultura, e a revista é cultura, além de informação. Mas o dinheiro só está dando para as necessidades básicas. O resto é luxo. E esse luxo está ficando

Filho de palestinos

Sou um jovem nascido na fronteira do Brasil com o Uruguai, filho de pai e mãe palestinos. Considero-me mais um palestino no exílio. Para mim, a Palestina, atual Estado artificial de Israel, é ocupada por sionistas e imperialistas, sendo governada por assassinos. A Palestina nunca será esquecida, nem por mim nem por meus filhos e netos. A minha luta, assim como a luta de muitos jovens palestinos nascidos fora da sua pátria, nunca terminará enquanto a Palestina estiver ocupada pelos sionistas. O amor desses jovens palestinos pela sua pátria é impressionante, mesmo que nunca tenham tido a oportunidade de conhecê-la.

Existem grupos de dança folclórica e grupos de divulgação dos problemas palestinos espalhados por todo o Brasil e no resto do mundo, o que é uma prova de que a Palestina nunca será esquecida. O artigo do nº 105 de **terceiro mundo** foi extremamente útil, por publicar as questões dos refugiados palestinos. Parabéns.

Emraid Massud Nimer Yusef Ali - Uruguiana - RS - Brasil

terceiro mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bordini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalilé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Alberto Marianoni, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, David Coetzee, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Gregorio Selser, Govin Reddy, Hebert de Souza, João Melo, Ladislau Dowbor, M. Venugopala Rao, Marcela Otero, Mario de Cautín, Mia Couto, Narinder Koshia, Nils Castro, Phill Harris, Ricardo Bueno, Roger Rumrill, Theotônio dos Santos, Medea Benjamin, Jaime Brener, Juan Carlos Gumucio, Norma Marcos e Adam Keller.

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Miguel Efe, Reginaldo Caxias, Adérito Gusmão (colaborador).

Centro de Documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Elizabete Mesquita, Sônia Lana Drum, Aldo Gamboa. Administração do Banco de Dados: Raimundo José Macário Costa.

Digitadores: Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. Composição: Luiz Correia, Lillian Ausquia Leão. Revisão: Cléa Márcia Soares.

SEDE CENTRAL NO BRASIL:

Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP

20241 - Rio de Janeiro - Tels.: 222-1370 /

242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Departamento Comercial: Maria Neiva. Deptº de

Assinaturas e Promoção: Henrique Menezes.

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 /

105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil -

Tels. 222-1370/242-1957/252-7440 Telex: (021)

33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:

• Edição em Português: Circulação no Brasil,

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique,

Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira

Suplemento Brasil:

Editor: Procópio Mineiro.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo),

Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília).

Sucursal de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro,

10 / 1º andar - Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edição em Espanhol

Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul

Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso. Assinaturas: Alicia

Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er.

piso/Tel.: 90-87-13 Montevideu, Uruguai -

Distribuição no Uruguai: Hugo Lacosta, Berriel y

Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Impressão: Imprensa Polo Ltda. Garibaldi 2579

Tel.: 802420 - Montevideu

Representante na Argentina: Rubén Montes de Oca

Distribuição na Argentina (em livrarias): Punto Sur

Editores - Av. Pte. Julio A. Roca 751 - 4º C - Tel.

331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires -

Argentina

Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolívia 529, Tel.:

6112801 - Buenos Aires, Capital Federal

• Edição em Inglês (bimestral):

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 -

CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das

seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM

(Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service),

ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA

(Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências

dos países não-alinhados. Mantém também

intercâmbio editorial com as revistas Africa News

(Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro

(Angola), Tempo (Moçambique), Altercom

(Ile-I-México-Chile), Third World Network (Malásia) e

Israel and Palestine Political Report (Paris).

Fotos: Reuters.

Capa: Pedro Toste

Revista mensal nº 108 - março - 1988

INTERCÂMBIO

• Pascoal Clemente da Gama

P.O. Box 18693

Luanda, R.P. Angola

• Maria Genilda Paiva Lino

Rua Silveira Filho 1296

João XXIII - Fortaleza

CE - Brasil

CEP 60520

• Sheila de Oliveira Bezerra

Rua Cel. Manuel Bandeira, Nº 2162

Academia Movimento - Imperatriz

MA - Brasil

CEP 65900

• José Manuel Agostinho (Zezinho)

C. P. 14699

Luanda, Angola

• João de Deus

C. P. 218

Sumbe, Angola

• André Luiz Pontin

Rua Tiradentes, Nº 57 Apto. 01

Canoas - RS

Brasil

CEP 92010

• Antônio Arantes

Rua 19, Nº 81 Apto. 102

Setor Oeste - Goiânia

GO - Brasil

CEP 74000

• Mauro Fontenelle Oliveira

Rua Cadete Polônia, Nº 759 casa 01

Sampaio - Rio de Janeiro

RJ - Brasil

CEP 20961

• Paulo Cesar Honorato

Rua Senador Vergueiro, Nº 98

Cobertura 02

Flamengo - Rio de Janeiro

RJ - Brasil

CEP 22230

• Denilson Cruz

Bacu Do Vostrebovania - 107

URSS

• Francineide F. Santos

Rua Barão de Aretanha, Nº 696

Centro - Fortaleza - CE - Brasil

CEP 60050

• Oscar Caffaro

Conciliación 42-19

La Teja

Montevideu - Uruguai

• Tarcísio Joaquim Nascimento

R. Aniceto do Rosário 48/64

Maputo - Moçambique

• José Carlos Miguel Pereira

C.P. 233

Benguela - Angola

• Adriano Pedro Neto

C.P. 2954

Luanda - Angola

• Fernando Barroso da Silva

R. Engº Fernando Mendes Ribeiro,

25, Bl. 08, apto 202 - Partenon

Porto Alegre - RS

Brasil

Cep 90620

• Regina Helena Abuyaghi

R. Dias da Rocha 75 / 602

Copacabana - Rio de Janeiro

RJ - Brasil

Cep 22051

• Fernando Hilário

Av. Goiás 756 / 162

Centro - Goiânia

GO - Brasil

Cep 74130

• Manoel Gomes da Silva Neto

Caixa Postal 3601

Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Cep 20001

• Carla Santos Rios

Cx P: 453

Namibe - Angola

• Luiz Vargas Leal

Caixa Postal 89

Cruz das Almas

Bahia - BA

Brasil

• Bettina Mello Alvez

José E. Rodó 1661 apt 302

Montevideu - Uruguai

• Marcos André R. Sousa

R. Ernestina 12 apt 402

Lins - RJ

Brasil

Cep 20710

• Luís Alberto Falso

I.P. de Economia N20

INTI - PEREDO

Ilha da Juventude

Cuba

• Antônio Chimbisso Lucas (Luís

Alberto Falso)

I.P. de Economia N20

INTI - PEREDO

Ilha da Juventude

Cuba

• Carla Marisa Silva Xavier

C. Postal 207

Benguela - Angola

• Miguel Teixeira Pedro

R. Vasco da Gama

Cx. P. 1046

Malange - R.P. Angola

• Eliseu Adalberto Gomes Dias

R. João de Deus, 16

C.P. 1294

Benguela

Angola

Desconto de até ~~25%~~ 43%

PREÇO DA ASSINATURA
CONGELADO ESTE MÊS.
DESCONTO DE ATÉ 43%
EM RELAÇÃO AO PREÇO
DA BANCA.

Em um ano será muito mais%

**Considere os inevitáveis aumentos
nos próximos meses e verifique
que você ganhará da inflação.
Aplique em boa informação!**

Assine
CADERNOS DO
**terceiro
mundo**

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela ao lado, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Efetuando apenas 1 assinatura, a sua ou de um amigo(a), não deixe de preencher também o cupom do brinde.

| Nº DE ASSINATURAS | VALOR POR ASSINATURAS CZ\$ | TOTAL A PAGAR CZ\$ | BRINDES |
|-------------------|----------------------------|--------------------|--|
| 1 | 1.620,00 | 1.620,00 | 1 Livro de nossa escolha |
| 2 | 1.470,00 | 2.940,00 | 2 Livros de nossa escolha |
| 3 | 1.440,00 | 4.320,00 | 1 Disco de "Radamés Gnattali" |
| 4 | 1.420,00 | 5.680,00 | 1 Assinatura de "Cadernos" |
| 5 | 1.350,00 | 6.750,00 | 1 Disco de "Radamés Gnattali" mais 2 livros de nossa escolha |

1 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

5 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

2 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

ESTE PEDIDO REFERE-SE A: Assinatura(s) captada(s) junto aos amigos.
 Assinatura(s) de presente aos amigos.

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto Cz\$.
em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal - ag. Lapa,
em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.
Aguardo o brinde a que tenho direito.

3 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

4 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.

NICARÁGUA



O "pacote" impôs medidas drásticas de contenção da inflação, visando recuperar o poder aquisitivo dos salários

Guerra aos especuladores

O governo sandinista decreta drásticas mudanças na economia para conter a inflação e reduzir o poder de manobra dos atravessadores

Jaime Brener

Inflação de mais de mil por cento ao ano, escassez de produtos básicos, perda do poder aquisitivo dos salários, a população indo às compras com grandes pacotes de dinheiro. Este era o quadro da economia nicaraguense antes do dia 14 de fevereiro passado, quando o presidente Daniel Ortega anunciou a mais ousada reforma econômica da história do país. O pacote foi batizado de "Operação Mártires de Quilali", em homenagem aos 18 ocupantes de um ônibus civil mortos durante um ataque

dos "contras", em janeiro último.

Entre outras medidas, o governo substituiu o *córdoba*, a moeda nacional, pelo *córdoba novo*, com três zeros a menos, cortou grande parte dos subsídios às importações e elevou em 500% o preço dos combustíveis e a tarifa de energia elétrica. Os salários tiveram um aumento médio de 383%, superior àqueles autorizados para os 46 produtos e serviços que formam a cesta básica. O presidente Ortega também decretou uma anistia para cerca de 23 mil famílias que haviam contraído empréstimo para construir ou reformar suas casas.

Uma semana após o decreto da reforma, ao encerrar a primeira fase da

"operação", Ortega anunciou um corte de 10% nos gastos públicos e a reestruturação do aparelho estatal, destinada a deslocar para o setor produtivo centenas de técnicos que vinham exercendo tarefas burocráticas.

A "Operação Mártires de Quilali" foi organizada como uma grande e cuidadosa manobra militar. "O plano estava pronto desde 1985, quando a inflação disparou. A partir daí, as novas notas e moedas começaram a chegar de um país amigo e foram guardadas em segredo", disse Ortega. Nos dias que antecederam a divulgação da reforma, dezenas de milhares de reservistas foram convocados. Com suas mochilas e fuzis

soviéticos AK-47, eles subiram em caminhões militares, acreditando dirigir-se para uma grande ofensiva contra a guerrilha anti-sandinista.

Operação sigilosa

Ao invés disso, desembarcaram nos campos da Universidade Nacional e em outras repartições públicas previamente requisitadas. Ali, sem poder se comunicar com suas famílias, receberam instruções sobre como trocar todo o meio circulante do país em apenas 72 horas.

O segredo e a rapidez da operação tinham como objetivo golpear os "doleiros" e "atravassadores", que concentravam em suas mãos grandes quantias em córdobas velhos. Os saldos bancários foram imediatamente convertidos à nova moeda, mas cada família ou empresa só pôde trocar o equivalente a 10 mil córdobas novos - 200 dólares no câmbio negro. O restante foi transformado em saldo bancário compulsório e será devolvido em prazo ainda não fixado, desde que os proprietários possam provar a origem do dinheiro. Isso dá ao governo um importante mecanismo de pressão para reduzir a atividade do setor "informal" da economia, que controla hoje 75% do comércio nicaraguense.

Fazendo o balanço do "pacote", Daniel Ortega afirmou que 20% do dinheiro que havia no país foram retirados de circulação, sendo que 11,4% nem chegaram a ser trocados. "Esse é o dinheiro que estava com os 'contras' e 'atravassadores'", disse Ortega. Durante os três dias em que durou a troca da moeda, as fronteiras nicaraguenses com a Costa Rica e Honduras permaneceram fechadas para impedir que os "contras" instalados naqueles países trocassem seus córdobas velhos.

O "Plano Quilali" foi recebido com simpatia mas sem entusiasmo nas ruas de Manágua, a capital. Uma pesquisa realizada por emissoras de rádio apontou quase 100% de aprovação para o plano no primeiro dia e quase 100% de dúvida no segundo. Dúvida que cresceu com a anarquia instalada no sistema de preços após o anúncio das novas medidas. Como quase tudo aumentou, ninguém sabia a que preço vender seus produtos. Comer um prato de "camarões ao molho americano", no restaurante mais caro de Manágua, tornou-se



Presidente Daniel Ortega: reforma corajosa



Sergio Ramírez: "Nós não temos ilusões"

então mais barato que comprar no mercado os ingredientes para uma prosaica média-com-pão-e-manteiga.

A reforma apanhou de surpresa a oposição conservadora, cuja perplexidade ficou estampada nas páginas do jornal *La Prensa*, principal porta-voz anti-sandinista, alinhado com a administração Reagan. Em sua edição de 16 de fevereiro, a confusão levou o *La Prensa* a publicar duas manchetes contraditórias, uma pedindo "rigidez" no combate à inflação e a outra criticando o governo por forçar os comerciantes a cumprirem a tabela.

Realismo

Apesar do impacto do plano, o governo nicaraguense é realista. "Não vamos eliminar a inflação; queremos apenas controlá-la. Não temos ilusões de chegar à estabilidade econômica em meio à guerra", afirmou o escritor Sergio Ramírez, vice-presidente do país. Segundo Ramírez, os sete anos de conflito com os "contras" provocaram prejuízos de 3,8 bilhões de dólares à economia da Nicarágua e a Defesa Nacional deverá engolir este ano 50% do orçamento do Estado, ocupando 20% da população ativa.

O principal objetivo da reforma econômica foi cortar pela raiz os subsídios às importações, através da unificação das cotações do dólar. Até 14 de fevereiro, um proprietário rural poderia adquirir dólares a 70 córdobas velhos para comprar um trator, enquanto suas exportações eram liquidadas a 25 mil córdobas por dólar. O Banco Central financiava a diferença com novas emissões de moeda, alimentando a inflação e dívida externa, de 6,1 bilhões de dólares, segundo os últimos dados oficiais, referentes a 1986.

O recuo dos subsídios elevou o déficit fiscal a 20% do PIB e as perdas cambiais a 14% do PIB no ano passado. Como a Nicarágua exportou em 1987 cerca de 260 milhões de dólares e importou três vezes mais, cada dólar produzido no país exigiu uma aplicação de 0,3 de dólar em importações sustentadas pelo Estado. A Nicarágua tinha então uma das economias mais subsidiadas do mundo, onde encher o tanque de um carro com gasolina importada custava o mesmo que dois pedaços de

melancia nacional. A facilidade de importação levava muitas cooperativas a aposentar suas máquinas agrícolas prematuramente.

A nova política econômica do governo envolve um realismo maior nas importações, mesmo porque a URSS, principal parceiro econômico da Nicarágua – e que injetou no país mais de 2 bilhões de dólares em ajuda não-militar desde 1979 –, anunciou os limites desse auxílio: 300 milhões de dólares anuais até 1990, e só.

Recuperar os salários

Outro eixo da "Operação Quilali" foi recuperar o poder de compra dos salários, desviando para os bolsos dos trabalhadores parte das rendas dos "atravessadores". E o principal instrumento para isso será o tabelamento dos preços da cesta básica. De acordo com o sistema nicaraguense de "economia mista", cada produtor vende ao Estado metade de sua produção e pode comercializar livremente a outra metade. O Estado abastece com sua "metade" supermercados especiais, garantindo a cesta básica a baixos preços. Nos últimos meses, entretanto, a maior parte dos médios e pequenos proprietários vem levando toda sua produção ao mercado "livre", atraída pelos melhores preços. Isso fez com que o preço da cesta básica disparasse, corroendo os salários. Em 1979, o salário médio diário de um trabalhador era suficiente para comprar cinco quilos de arroz ou quatro e meio de feijão. Hoje, o mesmo salário compra apenas dois quilos e meio de arroz ou um e meio de feijão.

Com a queda do poder aquisitivo, veio a queda da produtividade do trabalho. As faltas aumentaram e muitos funcionários de empresas públicas ou estatais "escapam" durante o expediente para vender água gelada ou refresco nas ruas, melhorando o orçamento familiar. O descontentamento vinha então crescendo perigosamente entre os assalariados, base tradicional de apoio da Frente Sandinista.

Como no Brasil do "Plano Cruzado" ou na Argentina do "Plano Austral", boa parte do sucesso da "Operação Quilali" depende da capacidade dos sandinistas em garantir o cumprimento da tabela de preços; o que não é fácil,

porque o governo já declarou que não tem estoques reguladores capazes de fazer frente à oferta do mercado negro. E os especuladores sabem disso.

O governo parece disposto a jogar duro e começou a mobilizar as aguerridas "bases" sandinistas, que a oposição conservadora chama de "turbas divinas", em analogia aos seguidores do aiatolá Komeini, no Irã. Em vários pontos do território nicaraguense, manifestações dirigidas por militantes sandinistas forçaram os comerciantes a cumprir a tabela. Dezenas de comerciantes ilegais foram expulsos do mercado

frear por algum tempo o ritmo inflacionário. Mas o pacote tem contradições que refletem o próprio impasse da "economia mista", sistema que mescla um certo controle estatal sobre a economia à lógica de mercado capitalista. Se o governo não controlar o mercado negro, por exemplo, os salários continuarão perdendo a corrida contra os preços e a reforma terminará penalizando os trabalhadores, o que não faz parte do projeto original.

Por outro lado, se o controle for muito rígido, parte dos produtores privados – que respondem por 62% do PIB



Os assalariados, tradicional base de apoio dos sandinistas, estavam descontentes

oriental, depois de uma verdadeira batalha com as "turbas". E o governo respaldou a atitude, anunciando que todo aquele que desconhecer a tabela poderá ser sancionado com penas de um a quatro anos de prisão. Daniel Ortega também afirmou que o regime destinará 55% da renda das *diplo tiendas* (lojas estatais que vendem produtos de luxo em dólares), para comprar gêneros de primeira necessidade, fortalecendo a rede "alternativa" aos especuladores.

Seja qual for o resultado da "canal-de-brasão" entre o regime e os intermediários, os sandinistas conseguiram

nicaraguense – poderá reduzir ainda mais seus investimentos, aumentando a escassez. Aliás, prevendo essa hipótese, Ortega anunciou o congelamento das dívidas de 12 mil pecuaristas, o setor rural mais resistente ao sandinismo.

A dúvida agora é se os sandinistas conseguirão manter o equilíbrio de classes, que caracteriza a "economia mista", ou se terão que optar por um novo projeto estratégico, em plena guerra. ●

Foto 2 p. 12: Waller Santos



O próprio exército hondurenho está envolvido nos "desaparecimentos" de opositores



Os civis também são vítimas da violência

As provas do delito

O presidente Azcona está cercado de evidências da prática do "desaparecimento" de pessoas durante o seu governo e, a cada dia, tem menos condições de se mostrar alheio ao problema

Gregorio Selser

Desde o primeiro dia em que José Azcona Hoyo assumiu a presidência do país, pelo Partido Liberal (PL), em janeiro de 1986, sucedendo seu correligionário Roberto Suazo Córdoba, o Comitê de Direitos Humanos de Honduras (Codeh) começou a enviar-lhe denúncias de prisões arbitrárias de opositores políticos de esquerda (ou suspeitos de serem de esquerda), torturas em prisões clandestinas, assassinatos e "desaparecimentos".

Em todas as denúncias, o Codeh forneceu dados precisos e minuciosos. A prática desses atos, cometidos principalmente pelo Batalhão 3/16 do exército — supostamente um organismo especializado em ações de inteligência militar —, havia começado antes mesmo que Sua-

zo Córdoba iniciasse seu mandato, em 1982. Quando este deixou a presidência, o número de desaparecidos, com nome e sobrenome, já passava de 150, sem que duas comissões de inquérito do próprio exército conseguissem determinar se a corporação militar estava ou não envolvida nesses atos.

Ninguém é alheio aos fatos

Não é possível supor que o presidente Suazo Córdoba ignorasse o que estava acontecendo no país. Como também não se pode acreditar que as forças armadas não pudessem determinar a origem e a autoria dessas violações dos direitos humanos. Todo o país sabia que esse novo "costume" havia sido introduzido em Honduras por Gustavo Alvarez Martínez, no mínimo desde 1981, durante o período em que era chefe da Força de Segurança Pública

(policia militarizada dependente do exército e, portanto, com autonomia limitada).

O então coronel Alvarez Martínez transformou esse organismo, tradicionalmente dedicado a manter a ordem pública e controlar a delinquência comum, em um corpo com atividades repressivas nos campos político e sindical. Considerado um psicopata incurável, Alvarez Martínez foi promovido irregularmente a comandante-em-chefe do exército e a general-de-brigada (quatro estrelas), por conselho do então embaixador dos Estados Unidos, John Negroponte. Foi destituído do seu cargo em 31 de março de 1984, a bofetadas, empurrões e pontapés por seus próprios colegas, que em seguida o mandaram para o exílio, além de dar-lhe baixa.

Seu sucessor, o general da aeronáutica Walter López Reyes, prometeu publicamente investigar os crimes de Alvarez Martínez. Ao ser também destituído sem contemplações um ano mais tarde, pelo Conselho Superior das Forças Armadas — que na prática tem mais poder de decisão do que o próprio Executivo —, não havia realizado nenhuma investigação. Pior ainda, os crimes e as violações aos direitos humanos continuaram, sem que o então recém-empossado presidente Azcona mostrasse qualquer preocupação a respeito ou se sentisse obrigado a dar explicações. Durante a gestão do novo chefe do exército, general Humberto Regalado Hernández, dobrou a média de crimes cometidos por policiais e militares: já

somam cerca de 200 e são classificados eufemisticamente de "mortes violentas não-esclarecidas".

Ninguém em Honduras pode alegar desconhecer o que acontece no país. As informações sobre esses crimes foram amplamente divulgadas. Honduras conta com uma imprensa muito mais livre e sem autocensura do que a da Costa Rica, El Salvador e Guatemala. Jornais como *Tiempo*, de San Pedro Sula, e *La Tribuna*, de Tegucigalpa, ambos de orientação liberal, assim como os identificados geralmente como situacionistas, têm dado ampla cobertura a essa tragédia que se repete há anos.

No final do ano passado, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Cidh) – acima de qualquer suspeita de ser "terrorista" ou "subversiva" já que foi criada pela Organização de Estados Americanos (OEA) – realizou um julgamento na Costa Rica, fundamentado nas denúncias do Codeh e outros organismos religiosos e humanitários hondurenhos, referentes aos "desaparecimentos" de cinco pessoas: dois costarriquenhos e três hondurenhos. (ver **terceiro mundo**, nº 107, p. 19). Suas conclusões condenaram, de forma clara, o governo de Azcona.

A documentação foi de tal forma volumosa e clara, que os implicados – os policiais e militares da Força de Segurança Pública (Fusep), da DNI (Direção Nacional de Investigações) e do sintonio Batalhão 3/16, se limitaram a fazer um desmentido pouco convincente e formal. Poucas semanas depois, era assassinado, em plena luz do dia, um dos principais dirigentes do Codeh. E o presidente do Comitê, Ramón Custodio, denunciou que ele mesmo já estava condenado à morte pelo exército hondurenho, devido a suas denúncias e revelações.

As pressões sobre Azcona

Depois de intensas gestões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos-Cidh, a 23 de janeiro desse ano, compareceram perante ela, novamente na Costa Rica (já que em Honduras a Comissão não havia recebido garantias oficiais), o tenente-coronel Alexander Hernández – até pouco tempo, major do exército e principal acusado pelos crimes da época de Alvarez Martínez –



Azcona (esq.) condecora Regalado Hernández: negligência em esclarecer os crimes

o tenente Marco Tulio Regalado Hernández, irmão do comandante-em-chefe, e o coronel Roberto Núñez Montes, chefe do G-2 – órgão da inteligência militar – e do Batalhão 3/16.

Os três tentaram invalidar os depoimentos dos seus acusadores. Alegaram que as denúncias de sequestros, torturas, prisões clandestinas, assassinatos e desaparecimentos de pessoas eram "calúnias, injúrias e difamações". Núñez tentou defender o Batalhão 3/16, garantindo que "é uma entidade acadêmica, dedicada ao ensino de inteligência militar, mas que não realiza atividades práticas". Apesar da sua veemente defesa, estão em poder da Cidh depoimentos, feitos sob juramento, de ex-membros do Batalhão que, com detalhes, mostram que tipo de atividades "acadêmicas" realizavam lá e quem foi torturado e assassinado "academicamente" em seus centros clandestinos.

Em 29 de janeiro, uma manifestação de mais de 10 mil pessoas exigiu do presidente Azcona a revisão das atividades dos corpos militares e da polícia secreta. Em um documento público, entregue previamente ao presidente, se afirmava: "Parece que o sr. está mais preocupado com o respeito às normas internacionais e direitos humanos por parte de outros governos do que com o seu próprio".

Na carta, assinada por 24 organizações sociais, sindicais e pelo Pinu (Partido de Inovação e Unidade), Azcona era acusado de "ter recompensado generosamente" os responsáveis pelos crimes, em uma referência direta à promoção do major Alexander Hernández, apesar da oposição de diversas organizações religiosas, políticas e humanitárias.

Para pôr um fim aos protestos e depois de ter concordado, pela primeira vez em dois anos, em receber o Codeh, Azcona resolveu "reorganizar" a Fusep: colocou 12 tenentes-coronéis no lugar de oficiais da polícia, que estavam nas direções regionais dessa organização paramilitar. Ao terminar a reunião com Azcona, o presidente do Codeh, doutor Ramón Custodio, declarou que o chefe de estado se comprometera a investigar os assassinatos políticos – que já chegam a 500, contando os cometidos durante a sua gestão e a de seu antecessor – e havia se mostrado "atingido e aflito" com as críticas que lhe foram feitas com total franqueza durante a reunião.

Azcona chegou a afirmar que não estava "devidamente informado sobre tais atos de violência". O mesmo ele alega para defender-se das constantes denúncias de que permite a utilização do território de Honduras pelos "contras" e da Swan Island ("ilha do cisne") pela CIA.

Os traficantes tomam a iniciativa

Os partidos políticos, a igreja católica e o governo da Colômbia expressaram, por meio de diferentes canais, a necessidade de buscar em conjunto uma saída para a situação pela qual o país atravessa, em consequência da violência dos grupos paramilitares e do tráfico de drogas. Essa onda de terror deixou um saldo de mais de 11 mil mortos em 1987 e chegou ao auge com o sequestro e posterior assassinato, em meados de janeiro deste ano, do procurador geral da República, Carlos Mauro Hoyos.

Depois do assassinato de Hoyos, o principal partido de oposição da Colômbia, o Partido Social Conservador (PSC), do ex-presidente Misael Pastrana Borrero (1970-1974), ofereceu seu apoio ao governo para "defender a democracia, juntamente com todos os setores com poder de direção no país".

Por sua vez, a direção nacional da União Patriótica (UP) — a organização política legal do movimento guerrilheiro Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) — condenou o assassinato do procurador geral e propôs realizar um reunião de cúpula, "de onde surjam propostas sensatas que encaminhem o país para a democracia e paz". *El Espectador*, o segundo jornal de maior circulação no país e o mais radical no combate à máfia dos traficantes de drogas, convocou os dirigentes políticos dos principais partidos para que participem de uma "cruzada pela salvação nacional".

A Central Unitária de Trabalhadores (CUT), que reúne 80% dos assalariados sindicalizados, concordou com todos os setores políticos na necessidade de um diálogo que "permita levar a Colômbia ao caminho da democracia e da justiça social".

O Movimento Guerrilheiro 19 de

Abril (M-19), em uma declaração veiculada nos meios de comunicação, assinada pelo comandante da organização, Carlos Pizarro, afirma que a crise na Colômbia "está mexendo fundo" e apóia as propostas de unir esforços da igreja, do PSC, da CUT e da Coordenação Nacional de Movimentos Cívicos, em busca de "soluções favoráveis para a maioria da população".

Os próximos meses dirão se todas as propostas, que coincidem no espírito do diálogo, têm condições de sair do terreno das boas intenções para se transformarem, na prática, em instrumentos efi-



O Procurador Geral, Carlos Mauro Hoyos



O jornal "El Espectador" convocou os colombianos para uma "cruzada pela salvação nacional"

cazes contra o crescente poder do narcotráfico e dos paramilitares. Os massacres de camponeses e dirigentes sindicais, ocorridos no mês de fevereiro, não permitem excessivo otimismo a respeito.

Na matéria que se publica a seguir, escrita antes do assassinato de Hoyos, se descrevem os danos que a ação dos paramilitares está causando à sociedade colombiana, se analisa a origem dessa violência e se avalia a situação do go-

verno diante da cada dia maior ingerência da extrema-direita e dos traficantes de drogas na vida política do país.

Laura Restrepo, jornalista colombiana que inicia, neste número, sua colaboração com **terceiro mundo**, foi editora da revista *Semana*, participou da Comissão de Paz, na época de Belisario Betancur, e é autora do livro "História de uma traição", que conta como terminaram as negociações entre o governo e a guerrilha.

A hora dos paramilitares

O governo parece paralisado, enquanto a violência política lança o país numa crise de medo e incerteza

Laura Restrepo

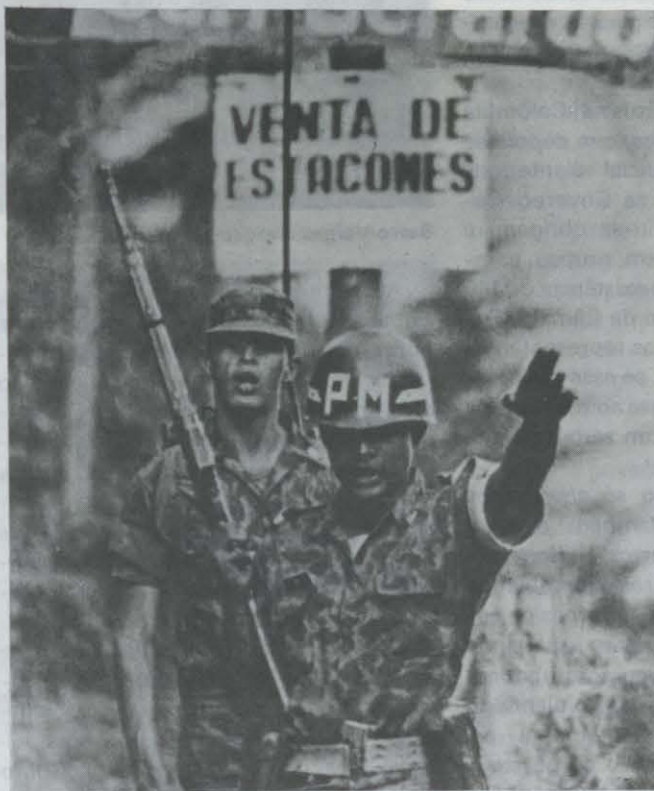
O dono de um dos mais férteis latifúndios que circundam a cidade de Bogotá convenceu-se da necessidade de equipar e treinar o seu próprio "grupo de autodefesa". Ele ficou alarmado com a crescente onda de passeatas camponesas e invasão de terras em outras regiões do país e achou melhor prevenir do que remediar.

Ele contava, para isso, com o pleno apoio do ministro da Defesa, Rafael Samudio, que autorizou e justificou publicamente, há alguns meses, a existência de tais grupos. Ele sabia que, amparado por essa autorização militar, não lhe seria difícil conseguir do exército os portes de armas para o seu capataz e peões. Também não lhe seria difícil, a troco de um almoço regado a cachaça, que algum sargento se mostrasse disposto a dar treinamento ao "grupo" todos os sábados.

O latifundiário calculou que isso podia custar uma quantia considerável, mas em todo caso muito inferior ao que podia perder se a guerrilha ou os invasores comessem a rondar sua fazenda. Assim, tomou a decisão. Salvo uma ou outra vez em que o sargento se excedeu na bebida, ameaçou os vizinhos de morte, atirando para o ar, e depois acabou dormindo, os treinamentos aos sábados andaram bem, o capataz ficou contente com seu fuzil M-16, logo puderam "limpar" a área de um ou outro elemento indesejável. Assim, o "grupo", já famoso na região, escolheu o seu próprio nome: "Os homens do milho", por exemplo, ou "Morte aos ladrões de gado", ou "Os setemachos".

Quem são os assassinos?

Há pouco tempo, um jovem apelidado de Jonas - seu verdadeiro nome era Gonzalo Ortega - confessou a jornalis-



Policiais militares impedem a entrada no rancho onde apareceu o corpo de Carlos Hoyos, vítima da violência no país

tas que tinha sido contratado pelos serviços militares de inteligência para assassinar, no dia 16 de agosto do ano passado, Alvaro Garcés, prefeito filiado à União Patriótica (UP), de oposição, no povoado de Sábana de Torres. Receberia 400 dólares pela tarefa, desde que cumprisse "limpamente" as instruções do capitão Luis Orlando Ardila, chefe da seção de inteligência (S-2) do Batalhão Ricaurte, que tinha insistido com ele em que "fizesse as coisas bem, sem que ninguém se desse conta de que havia sido o exército". No final, Jonas se arrependeu, não quis matar Alvarez e tornou público o episódio.

Esses são apenas dois exemplos dos milhares de mecanismos pelos quais o terror foi se apoderando da Colômbia, num ritmo crescente, que busca eliminar qualquer forma de protesto e reali-

zar uma "limpeza social" à imagem e semelhança das efetuadas pelas ditaduras fascistas. Essa decisão de extermínio deixou uma média de quatro assassinatos políticos por dia em 1987. Com isso, a Colômbia se coloca atualmente no ponto mais alto da violência na América Latina.

Como matam

Às vezes, os paramilitares colombianos cometem erros. Foi o que aconteceu, quando quiseram atacar um grupo de grevistas no estado de El Chocó e balearam uma garota de 15 anos que passava pelo local, cuja morte causou vários dias de protestos dos moradores da localidade. Ou quando procuraram um legendá-

rio dirigente de greves cívicas do estado de Antioquia, Ramón Emilio Arcilla, e acabaram assassinando, por confusão, um irmão dele com quem se parecia fisicamente. Isso, para não falar nas crianças que foram vítimas de atentados contra seus pais.

Mas esses "descuidos" não são a regra geral, nem é verdadeira a versão difundida de que a violência é produto exclusivo do caos, ou dos excessos da delinquência ou do tráfico de drogas, como a enorme campanha de desinformação posta em marcha tenta fazer crer.

O certo é que, na Colômbia, está em plena fase de execução um plano sistemático, consciente e centralizado, sob responsabilidade do alto comando do exército, que - segundo já foi denunciado em inúmeras oportunidades - o de-

nomina de "Plano Condor". Essa campanha não está distante, nem em propósitos nem em métodos, de velhos esquemas de contra-insurreição aplicados em outras partes do mundo para exterminar dezenas de milhares de adversários políticos, como o "Plano Fênix" dos anos 60 no Vietnã, ou como outro "Plano Condor" – o original –, executado nos anos 70, no Cone Sul (Chile, Uruguai, Argentina).

A máquina do terror na Colômbia chegou a ser tão maciça, que depois de meses de silêncio oficial diante dos massacres, o ministro de Governo, César Gaviria Trujillo, viu-se obrigado a reconhecer que existiam grupos paramilitares e referiu-se à existência de 140 deles, durante a sessão da Câmara. Segundo o comentário dos representantes da oposição presentes, se esse era o dado oficial, para se chegar ao real se teria que acrescentar mais um zero à direita, pelo menos.

O terror cresce não só em termos quantitativos, como também a nível técnico. Apesar dos "erros" e dos "excessos", os paramilitares colombianos gostam de manter certas normas de estilo. Por exemplo, contratam assassinos profissionais treinados como atiradores de elite que, apesar de agirem diante de testemunhas ou frequentemente no meio de uma aglomeração de pessoas, nunca são identificados nem, muito menos, detidos.

Outra dessas normas é que os desaparecimentos não deixem nenhum vestígio, embora sejam executados à luz do dia e mesmo diante das câmaras de televisão, como aconteceu, a 7 de novembro de 1985, com os 11 empregados da lanchonete do Palácio de Justiça, em Bogotá, depois da tomada do Palácio pelo M-19 (ver *terceiro mundo* n° 87). Eles foram televisionados saindo com vida do prédio, sob custódia militar. No entanto, mais tarde, apareceram na lista oficial dos que tinham morrido, supostamente, durante a ação.

Quem morre?

Esse aperfeiçoamento forçou o governo a destinar 60% do orçamento nacional para a guerra interna, a duplicar a quantidade de efetivos do exército e a conseguir dois bilhões de dólares adicionais para a compra de armamentos.



Barco Vargas: imagem desgastada

As vítimas são friamente escolhidas. Todas fazem parte, de uma forma ou de outra, da oposição popular e das lideranças democráticas ou guerrilheiras do país, que foram ganhando terreno durante os últimos três anos. A responsabilidade dos paramilitares nesses crimes foi reconhecida até pelo porta-voz oficial, o conselheiro presidencial Carlos Ossa. Ele declarou que 80% da criminalidade política imperante no país proviham de grupos de direita.

Com o acordo político firmado entre a guerrilha e o governo, em 1984, o movimento armado consolidou suas simpatias populares e encheu as praças públicas dos povoados e cidades. Como consequência direta desse fato, imediatamente se colocou em marcha a primeira fase do "Plano Condor": o assassinato de muitos dos membros da direção nacional do M-19, inclusive aquele que era o seu primeiro comandante, Alvaro Fayad, fuzilado em meados de 1986 num apartamento no centro da capital.

Durante 1986 e 1987, foi outro grupo guerrilheiro, as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e sua frente legal, a União Patriótica (UP), que, atendo-se à letra dos acordos assinados com o governo anterior, tomaram a iniciativa e se tornaram o centro da oposição (ver *terceiro mundo* n° 107). Os paramilitares fizeram com que eles pagassem caro o seu sucesso político, assassinando cerca de 500 dos seus quadros, inclusive sua principal figura eleitoral, Jaime Pardo Leal, morto a 11 de outubro do ano passado, numa estrada na periferia de Medellín, quando viajava num jipe com sua mulher e os

três filhos.

Em junho desse mesmo ano, a região noroeste do país se viu paralisada por uma greve total que durou três dias. Nas semanas seguintes, 16 dos líderes que a organizaram foram assassinados. Por essa mesma época, a Universidade de Antioquia se mobilizou contra a violência, mas o movimento se diluiu quando, num período de 20 dias, foram assassinados 12 professores e estudantes desse centro docente. Depois veio uma greve de 15 mil trabalhadores das empresas bananeiras da região de Urubá: os paramilitares mataram o presidente do sindicato e cerca de 30 dos seus militantes. Em seguida, foi uma greve de operários das indústrias de cimento: antes que fosse resolvida a questão, o presidente do sindicato foi assassinado.

O principal evento político deste ano na Colômbia é a eleição de prefeitos, convocada pela primeira vez para este mês de março e na qual os candidatos da guerrilha e dos movimentos cívicos têm grandes possibilidades de vitória. A implacável lei do terror não deixou que nem mesmo eles escapassem: mais de 50 candidatos já foram mortos.

Uma série de personalidades democráticas atreveu-se a protestar, a denunciar os militares implicados na matança e a exigir do governo civil que lhes ponha um limite. Porém, enquanto o governo parece paralisado, 400 desses democratas foram citados em "listas negras", nas quais aparecem condenados à morte, depois da respectiva enumeração de suas "culpas". Por exemplo, da lista constam dois generais reformados acusados de "traição às forças armadas"; vários jornalistas por terem "manchado a imagem da instituição militar"; muitas mulheres (artistas ou profissionais de renome), tachadas de "amantes de guerrilheiros"; políticos liberais ou conservadores, acusados de "namoros com a esquerda"; diplomatas, por serem "agentes internacionais do comunismo"; líderes dos direitos humanos, por serem "idiotas úteis da guerrilha"; estrelas da televisão, por despertarem "excessivas simpatias populares"; professores, por "corromperem a juventude com idéias estrangeiras"; um ex-procurador geral da nação, por ser "inimigo maior das forças armadas"; conhecidos artistas, por "ho-

mossexuais e imorais".

O primeiro dos ameaçados, efetivamente executado, foi o presidente do Comitê de Direitos Humanos de Antioquia, o médico Héctor Abad Gómez, um patriarca sexagenário, liberal, que percorria o país denunciando assassinatos. Segundo costumava dizer, brigava pelo "direito à alegria e a essa maravilha, que é a vida humana".

Um detalhe curioso foi a sofisticação com que agiram seus assassinos: mataram-no quando assistia ao sepultamento de um dirigente do magistério, que também tinha sido morto por eles.

O assassinato seguinte foi o de Jaime

Pardo Leal, dirigente da UP, que causou indignação nacional, pequenas manifestações de insurreição em alguns bairros das grandes cidades, um enterro acompanhado por uma multidão e vários cadáveres nas ruas.

A partir daí, formou-se uma longa fila de sobreviventes, que tiveram que se exilar. Começaram, também, a se realizar fantasmagóricas "Passeatas de Silêncio" pelas avenidas colombianas – as quais são assistidas por milhares de pessoas que arriscam a vida para exigir o direito de viver – e os coloridos e barulhentos "Carnavais contra o medo e a violência", onde as pessoas saem dan-

çando e gritando para espantar a violência.

Os que olham para o outro lado

Diante de tanta morte, o que faz o presidente da Colômbia, Virgílio Barco Vargas? A opinião pública parece estar dividida entre aqueles que opinam que ele está de acordo com a violência dos militares e aqueles que acham que ele está contra, mas que não pode fazer nada. Os primeiros o repudiam por ser cúmplice; os segundos, por ineficaz. O certo é que as notícias dos jornais referem-se a ele para informar que viajou para o exterior, que ficou doente, que foi hospitalizado, que voltou ao país, mas nunca que se pronunciou contra os assassinatos maciços ou que exigiu os nomes dos culpados.

Barco Vargas parece ter chegado ao esgotamento prematuro do seu mandato. Diante da crise histórica do esquema de governo baseado no pacto de alternância no poder dos dois partidos tradicionais, o Liberal e o Conservador, no qual a oposição não tem vez, Virgílio Barco tentou montar uma jogada de laboratório. A manobra consistia em que os liberais fossem o governo e os conservadores a oposição, para canalizar o explosivo descontentamento popular por vias conhecidas e institucionais. A jogada não enganou ninguém. Só serviu para enfurecer os conservadores, que perdiam com ela a sua cota de vantagens burocráticas, e para dispersar a oposição que, em parte, seguiu os passos da guerrilha, e, em parte, assumiu a estratégia da insubordinação civil.

Diante do fracasso da sua proposta, o presidente deixou o país à mercê da repressão militar e do massacre dos paramilitares, promulgou leis draconianas, endureceu os decretos do estado de sítio crônico e multiplicou o orçamento militar. De vez em quando, seja para melhorar a sua desgastada imagem, seja para evitar que seus generais o dominem, vai à televisão para fazer etéreas e anônimas advertências às "tentativas de desestabilização", ou envia um ministro para que o represente no enterro de alguma vítima. Daí que se tenha popularizado entre os colombianos um ditado, segundo o qual "o governo atual tem uma mão armada, que mata, e uma mão civil, que dá os pésames aos parentes dos assassinados". ●



Militantes da UP correm com o ataúde do seu líder, Jaime Pardo, morto por paramilitares

O fim de uma ilusão

A consagração do candidato situacionista reafirma a continuidade do regime ditatorial



Bill Hinchberger

Por mais que Leslie-François Manigat se considere presidente de "todos" os haitianos, seu único apoio real parecem ser os militares. Muito poucos eleitores votaram no pleito realizado em janeiro passado e o novo chefe de Estado tomou posse do cargo em meio à indiferença popular.

Os resultados eleitorais confirmaram o temor de que o Haiti continue sob um regime que mantém as características da época duvalierista, sem a presença do ditador Jean-Claude Duvalier. Os militares apoiaram decididamente Manigat, um professor universitário que passou parte da sua vida adulta no exílio e tem uma história de resistência an-



Temendo a repetição do terror instalado pelos militares e que motivaram a anulação das primeiras eleições, muita gente fugiu da capital, sem votar

tiditatorial, mas que ultimamente – de forma inexplicável, para muitos dos seus companheiros de luta e de ideal – aproximou-se das forças armadas e aceitou ser o candidato da situação.

Para evitar eleições num segundo turno, o candidato oficial "ganhou" com a porcentagem necessária de 52,9% dos votos dados. Hubert de Ronceray, candidato pelo Partido de Mobilização para o Desenvolvimento Nacional, colocado em segundo lugar, denunciou que os resultados foram fraudados. "Manipularam os resultados da votação para que Manigat ganhasse no primeiro turno", afirmou o dirigente oposicionista. Já antes das eleições, o candidato do Partido Social Cristão tinha denunciado que vários chefes dos destacamentos rurais do exército tinham recebido ordens para "fazer pressões a favor de Manigat".

Ao apoiarem um ex-exilado pela ditadura de Duvalier, as forças armadas tentaram mostrar uma fachada democrática para dar legitimidade a um governo que, de fato, continuará sob domínio efetivo dos militares. Estes especulam com a possibilidade de que Manigat consiga o fim das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, França e CEE (Comunidade Econômica Européia), depois dos sangrentos epi-

sódios ocorridos durante as eleições de novembro.

Os verdadeiros vencedores

Se existe alguém que possa realmente se considerar vencedor das eleições realizadas a 17 de janeiro último, é o movimento de oposição que propôs o boicote ao pleito. Os índices de comparecimento às urnas variam de 35%, segundo o cálculo do governo, até 2,5%, estimado pela oposição. As agências internacionais de notícias divulgaram uma participação de 20%. Alguns habitantes de Porto Príncipe, a capital, votaram com os pés: abandonaram a capital em massa, temendo uma repetição dos violentos conflitos que motivaram a anulação das eleições de novembro de 1987.

A convocação à abstenção foi feita pelo Comitê para um Acordo Democrático, uma coalizão que reúne quatro partidos dos principais candidatos nas eleições de novembro: Gérard Gourge, da Frente Nacional de Centralização; Marc Bazin, do Movimento para a Instauração da Democracia no Haiti; Sylvio Claude, do Partido Democrata Cristão; e Louis Déjoie, do Partido Nacional Agrícola e Industrial. Juntos, eles representam 80% do eleitorado, abrangendo

desde a esquerda até o centro da cena política.

O boicote foi apoiado por 50 organizações populares, pelo menos, inclusive sindicatos, trabalhadores rurais, grupos religiosos, organizações de direitos humanos e associações políticas. O movimento oposicionista também coordenou uma greve geral para a véspera das eleições.

A votação foi realizada com grandes irregularidades. Pessoas transportadas de ônibus dos bairros pobres afirmaram ter recebido cinco *gourdes* (equivalentes a um dólar) para votar. Em muitos casos, votaram jovens menores de 18 anos (idade mínima para participar de uma eleição) e foram vistos vários eleitores depositando mais de um voto nas urnas. Alguns correspondentes estrangeiros chegaram a votar.

Controle militar

Os sangrentos fatos ocorridos a 29 de novembro do ano passado — dia da primeira eleição — marcaram o início do controle militar aberto. Nesse dia, soldados do exército e ex-membros dos *tonton macoutes* — a força de segurança de Duvalier, declarada ilegal depois da sua queda — aterrorizaram os eleitores com ataques armados que deixaram um saldo de 34 mortos e 80 feridos.

O Conselho Nacional de Governo (CNG), a junta no poder, imediatamente destituiu todos os membros do Conselho Eleitoral Provisório (CEP), que tinham sido eleitos por mandato constitucional. As organizações religiosas e de direitos humanos, encarregadas pela Constituição de nomear os membros do CEP, se negaram a substituir o Conselho destituído. O CNG, então, nomeou,

sem consultar ninguém, um novo CEP, que agiu sob controle do homem forte do regime, o ministro do Interior, general Williams Regala.

Alguns políticos norte-americanos e haitianos, naquele momento, pediram a intervenção dos Estados Unidos para garantir a realização das eleições. Walter Fauntroy, delegado pelo Distrito Federal de Washington ao Congresso norte-americano, chegou a solicitar o envio de "uma força norte-americana

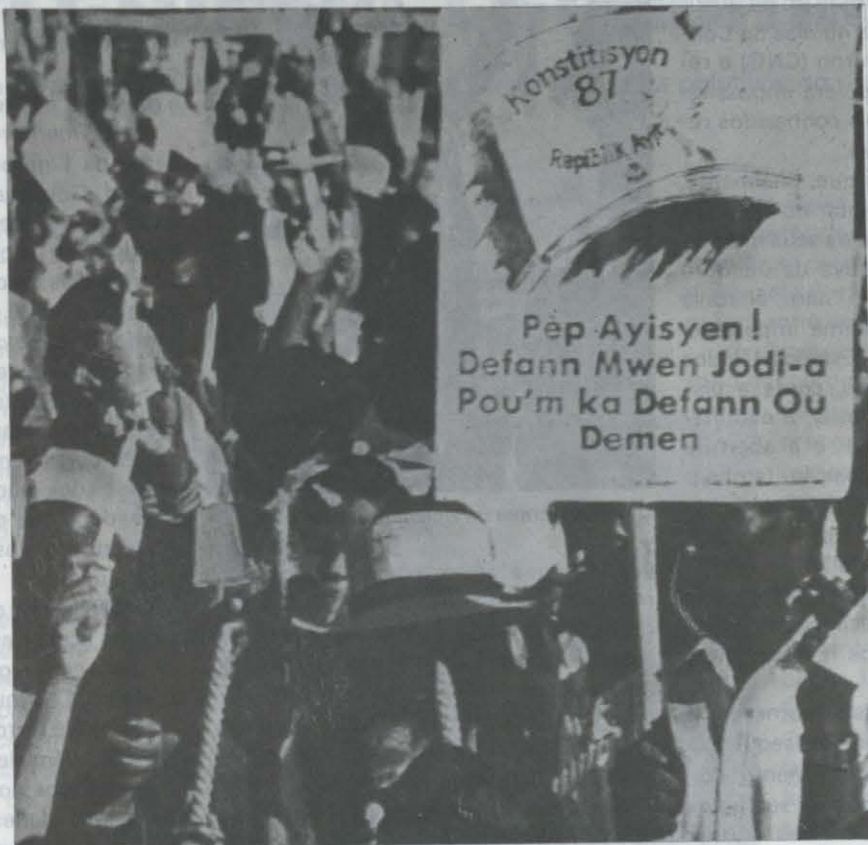
de centro-esquerda", os dirigentes e militantes haitianos que compartilharam com ele muitos anos de exílio afirmam que seu discurso atual não passa de uma "salada" de cristianismo, social-democracia e capitalismo, feito para angariar simpatias nos círculos diplomáticos e entre os conservadores haitianos. "Ele está convencido de que, a partir do poder, vai ter condições de mudar a situação do Haiti e de abrir uma nova página na história do país, mas os próximos

meses vão demonstrar que ou ele é um ingênuo ou, intimamente, não acredita nas suas próprias palavras".

Dificuldades para governar

Manigat acha que a participação dos militares na política de seu país "é uma realidade inevitável". As limitações que lhe foram impostas pelas forças armadas, Manigat deverá acrescentar a fraqueza do seu partido político, mais a falta de uma maioria parlamentar com poder de decisão e, especialmente, o fato de que grande parte do povo permanecerá indiferente ou hostil à sua administração.

O Haiti é o país mais pobre do continente e sua economia se deteriorará ainda mais, salvo se as sanções econômicas forem suspensas o mais breve possível. De qualquer maneira, será impossível para Manigat transformar o sistema econômico, baseado fundamentalmente no mercado negro que, segundo afirma a oposição, está em mãos das forças armadas. Várias indústrias estrangeiras instaladas no Haiti, pouco antes da queda de Duvalier, estão se retirando devido à instabilidade política que reina no país.



Milhares de haitianos foram às ruas da capital, em protesto contra a "vitória" de Manigat

de paz", embora posteriormente tenha retificado sua posição. A opinião de Fauntroy foi compartilhada pelo candidato à presidência e dirigente da oposição democrata cristã, Sylvio Claude. O deputado norte-americano Dante Fascell, presidente do Comitê de Assuntos Externos do Congresso, também afirmou que os Estados Unidos deviam estar dispostos a "apoiar militarmente os adversários de Namphy", se isso fosse solicitado. Alguns jornais e revistas norte-americanos apoiaram e discutiram a idéia da invasão.

Apesar de o novo mandatário haitiano se autodefinir como "um pragmático

Um plano friamente calculado

Jean-Claude Duvalier fugiu do país a 7 de fevereiro de 1986, mas a estrutura de poder que o sustentava — o sistema *macoute* — sofreu apenas alguns golpes. O novo governo, durante os primeiros meses, compartilhou o poder com pessoas provenientes de setores antiduvalieristas, como Gérard Gourgue, que foi ministro da Justiça durante os primeiros 40 dias do Conselho Nacional de Governo (CNG) e renunciou quando viu que era impossível prender e julgar os mais conhecidos representantes da ditadura.

Washington pensou que, finalmente, tinha conseguido implantar no Haiti um governo de acordo com os seus interesses, sem a carga negativa da ditadura duvalierista, mas que não alterava substancialmente o sistema imperante. As concessões que os Estados Unidos consideravam inevitáveis, como a distribuição das terras ociosas, a eliminação da corrupção estatal e a abertura política às forças de oposição, também pareciam aceitáveis aos setores dominantes, isto é, o exército (que se fortaleceu com a saída de Duvalier), a oligarquia e os setores da burguesia ligados aos enclaves de exportação, que dependem das doações e dos investimentos estrangeiros.

No entanto, as coisas começaram a tomar outro rumo, em consequência do fortalecimento do movimento popular, que nasceu poucos meses antes da fuga do ex-ditador e cresceu vigorosamente durante todo o ano de 1987, liderado por católicos e protestantes progressistas. Essas forças começaram a fazer as suas próprias reivindicações e a desenvolver ações comuns que ultrapassaram a escassa iniciativa da cúpula política.

O povo do Haiti elegeu uma Assembleia Constituinte que devia redigir uma Carta Magna, num processo que começou com um plano destinado a promulgar uma Constituição ineficaz e acabou se transformando numa autêntica conquista democrática. A mesma coisa aconteceu com o Conselho Eleitoral Provisório (CEP).

Em junho de 1987, as forças populares chegaram a um grau de desenvol-



Uma das vítimas da violência nas eleições

vimento que ameaçava os planos dos militares de dar continuidade ao sistema ditatorial. O CNG, que já tinha perdido suas veleidades populistas, passou a uma política ofensiva contra o cada vez mais organizado movimento popular: a 22 de junho, dissolveu a Central Autônoma de Trabalhadores Haitianos (CA-TH) e tentou dissolver o Conselho Eleitoral Provisório, organismo que havia ficado sob a influência dos movimentos populares e democráticos.

O decreto de dissolução do CEP foi considerado como uma tentativa de golpe de Estado e os fatos posteriores demonstram o acerto dessa definição. As maciças mobilizações fizeram o CNG retroceder na sua tentativa de dissolver o CEP, mas o povo continuou nas ruas em defesa dos seus direitos. O exército e o CNG estavam no seu ponto mais fraco e o povo haitiano mostrou, nessas jornadas, sua maturidade política, inclusive garantindo a ordem na capital.

Washington decidiu, então, dar total apoio ao CNG. O subsecretário de Estado Adjunto para Assuntos Caribenhos, Richard Holwill, viajou até Porto Prínci-

pe para solucionar as diferenças internas do CNG e dos militares, e para, segundo palavras de um embaixador latino-americano, "terminar com o vazio que tinha sido criado", e que estava dando margem a uma dualidade de poder entre o CNG e o movimento popular.

A partir dessa visita, o CNG adotou uma posição dura e inflexível e começou a repressão aberta. O povo e suas organizações se desmobilizaram, confiados em que a "desmacoutização" seria possível com as eleições de 29 de novembro, sem necessidade de manter a presença nas ruas.

O ex-membro do CNG e ex-presidente da Liga pelos Direitos Humanos, Gérard Gourgue, foi escolhido candidato às eleições presidenciais representando o movimento popular. Nos últimos dias da campanha, Gourgue era o político com mais possibilidades de vitória, o que explica a decisão do CNG de pôr fim à experiência eleitoral.

Daí em diante, como muitos haitianos reconheceram na tarde do domingo, 29 de novembro, "só a fé popular nas eleições não deixou que se visse a realidade que estava patente". Ou seja, o retorno dos piores momentos do duvalierismo.

O CNG, que depois de 22 de junho, pareceu aceitar as eleições, na realidade adotou a estratégia de abortar o processo eleitoral. Criou obstáculos técnicos e um clima de terror nas ruas e nos meios políticos, além de usar a fundo todos os erros políticos do CEP, dirigido por nove personalidades civis antiduvalieristas sem experiência política.

O terror político das quadrilhas *macoutes* começou a se fazer sentir de maneira particular, quando o CEP, interpretando os poderes que a Constituição lhe conferia, recusou as candidaturas de conhecidos duvalieristas: Clovis Desinor, Frank Romain e François Raymons, entre outros.

Apesar de muitas evidências em contrário, o CEP achou que podia ganhar a briga com apoio externo e interno, mesmo com o preço em vidas humanas cada vez mais alto, que o terrorismo *macoute* causava. Essa confiança excessiva levou os membros do CEP a não prever a possibilidade de anulação das eleições por parte do CNG.

Alberto Rabilotta (Alasei)

ANGOLA

Planejamento socialista e reforma econômica

Roberto de Almeida analisa a situação do seu país e explica os objetivos do novo plano

Beatriz Bissio/Neiva Moreira

Membro do Comitê Central do MPLA-PT e secretário para a Esfera Ideológica, Roberto de Almeida concedeu recentemente uma entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, na qual aborda o tema da reforma econômica e financeira que está em curso em Angola.

Atualmente, Angola está empenhada em mudanças econômicas que até foram apresentadas na imprensa ocidental como uma "flexibilização do socialismo". Como o sr. descreveria essas mudanças? Quais são os seus reais objetivos?

— Não se trata de mudanças definidas agora, nem muito menos do abandono do socialismo. Em dezembro de 1985, o MPLA-Partido do Trabalho realizou o seu 2º Congresso. Naquela altura foram adotadas definições importantes com vistas a corrigir, sobretudo no plano econômico, as distorções que havia e que prejudicavam o avanço dos objetivos que nos propusemos a atingir naquela época. Todo o programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) data desse Congresso, no qual reafirmamos nossa via socialista de desenvolvimento, mesmo nas condições de guerra em que vivíamos.

Havia algumas opiniões, segundo as

quais, seria necessário primeiro acabar a guerra para podermos depois desenvolver economicamente o país. Mas prevaleceu a opinião corrente de que, simultaneamente à guerra, nós temos que desenvolver a economia. Reafirmamos ainda a absoluta prioridade à



Roberto de Almeida: "corrigir as distorções"

defesa e segurança, primordiais à própria sobrevivência do país.

Constatamos que devíamos melhorar o planejamento socialista que Angola vinha seguindo até então. Verificamos que não havia muita conjugação entre os três instrumentos fundamentais da nossa economia: o plano nacional, o orçamento geral do Estado e o orçamento

cambial. Havia investimentos que estavam planejados mas que não tinham o montante correspondente previsto no orçamento geral do Estado. Havia defasagem entre esses três instrumentos.

Verificamos também que era necessário definir uma nova política que consistiria no enquadramento da economia de tipo familiar dos camponeses à iniciativa privada, sob um determinado controle. Definimos também a necessidade de assegurar a atividade regular dos agricultores através de fornecimento de sementes, instrumentos de trabalho, assim como a comercialização no campo. Essa atividade está sendo desenvolvida com o apoio às cooperativas, às associações de camponeses e a camponeses individualmente.

Portanto, voltando à sua pergunta, aquilo que se toma hoje como uma mudança de Angola no plano econômico já estava delineado desde o 2º Congresso do Partido, em dezembro de 1985.

Redefinir o setor estatal

Houve, ainda, nesse Congresso, uma reavaliação do papel do Estado...

— Sim. Decidimos, também, redefinir o papel do setor estatal, reenquadrando o setor privado. Era necessário definir mais concretamente que empresas devem estar sob administração do Estado e que empresas devem ser entregues à iniciativa privada, dinamizando o



aparelho de Estado.

Nós temos uma definição a respeito que está inserida na nossa lei dos investimentos. Agora, essa lei está sendo revista. Mas penso que o setor bancário, por exemplo, deve ficar sob controle do Estado; o comércio exterior, só uma parte; transportes e comunicações, não totalmente (as telecomunicações, porque os meios de comunicação são uma questão à parte, que nem sequer dependem do Estado e sim do Partido). Mas o petróleo permanecerá como setor estatal.

Atualmente, estamos integrados nas grandes organizações financeiras, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e nós temos nos beneficiado de alguns créditos de outras organizações, como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e também o Banco Árabe. A partir dessa reestruturação econômica que pretendemos levar a cabo no país, tencionamos continuar a contar com recursos estrangeiros para levar adiante a reconstrução de Angola.

O capital estrangeiro

Em que condições Angola aceita o ingresso de capitais estrangeiros?

— Nas condições atuais, de guerra, enfrentamos situações de baixa produtividade, de degradação geral das infraestruturas econômicas. Os recursos estrangeiros são necessários para podermos reorganizar os setores vitais da

nossa economia. Nós estamos abertos a todos os investimentos estrangeiros, desde que não tenham condições inaceitáveis, que signifiquem uma diminuição da nossa soberania e da nossa condição de país independente. Todo investimento terá que ser associado ao Estado angolano. Uma empresa estrangeira pode se instalar no nosso país como sócia. Se o capital vai ser minoritário ou majoritário, isso será definido no momento em que se passe à fase de revisão da lei de investimentos.

A situação da agricultura

De que forma as mudanças na economia irão influenciar a produção agrícola?

— Certos problemas do setor agrícola poderão ser superados através da aplicação desse programa. É o caso de situações que hoje nós vivemos em algumas províncias, as quais produzem determinados bens ou produtos mas, devido aos problemas de transporte, eles se estragam, se perdem. Com a aplicação do novo programa, que vai permitir, entre outras coisas, melhorar a produtividade, estamos certos de que nós poderemos satisfazer algumas necessidades fundamentais da nossa população, sobretudo no que diz respeito ao abastecimento de alimentos.

Esse programa de saneamento econômico já está sendo aplicado?

— Não. Ele ainda está em elaboração. Tencionamos aplicá-lo agora, em 1988.



As mudanças da política econômica que estão sendo implementadas em Angola foram definidas em 1985, no 2º Congresso do Partido, e visam a valorizar o salário real do trabalhador angolano

Neste momento, estamos na primeira fase, que é a da divulgação e esclarecimento sobre os objetivos que nos propomos atingir, e que, no fundo, é a valorização do salário real do trabalhador angolano, deteriorado pela inflação e pela falta de uma política monetária estável. (O salário mínimo é mais ou menos de 3.500 kuanzas, ou seja, cerca de 100 dólares.)

Formação e emprego de quadros

Outro problema que está sendo encarado como prioritário é a formação de quadros, não é verdade?

— Nós temos dedicado ultimamente uma particular atenção ao problema da formação de quadros. Ao longo desses 12 anos de independência, não temos tido a capacidade de dar o devido acompanhamento aos estudantes que fazem a sua formação no exterior. Por isso, alguns ficam desligados da realidade angolana e, como é natural, isso provoca alguns problemas.

Outros problemas são os decorrentes da própria situação de Angola. Os jovens às vezes voltam casados, há a questão da habitação, da adaptação ao meio e até alguns problemas de não aproveitamento do recém-chegado. Nós temos procurado superar todas essas dificuldades da melhor forma, mas não posso negar que existem problemas e os quais, às vezes, provocam uma certa frustração inicial no recém-chegado ao país.

Anos de desafios

Qualquer governo que viva um desafio como o de Angola, de superar a herança colonial e ainda enfrentar uma guerra, tem que contar com apoio da sua população. Não sendo assim, o desgaste desse esforço de guerra, somado às dificuldades do desenvolvimento, acaba por corroer as suas bases de sustentação. Como o senhor avalia a resposta do povo angolano aos apelos do MPLA-Partido do Trabalho, para enfrentar todas essas adversidades?

— Temos tido oportunidade de verificar que grandes setores da nossa população estão permanentemente mobilizados para o esforço de guerra, correspondendo assim ao chamado, ao apelo do Partido. Não devemos esquecer que a maioria do nosso exército é formado por jovens saídos das escolas e das universidades, jovens quadros que, até em muitos casos, são desviados dos setores da economia para dar a sua contribuição à defesa da pátria.

O nosso Partido, que é um partido jovem (completou em 1987 o seu 10º aniversário), está em crescimento. Nós temos 50 mil militantes filiados. É ainda um número pequeno, mas preferimos sacrificar a quantidade, pois achamos que ele tem que ser dinâmico, e isso depende da qualidade dos seus membros.

O povo, em geral, tem correspondido ao chamado do Partido e tinha que ser assim, senão não sobreviveríamos todo esse tempo. Mas existem em Angola também as organizações de massa. A Organização da Mulher Angolana (OMA) tem mais de um milhão de filiadas. Temos a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (Unta), com mais de 27 mil filiados e um grande trabalho realizado em apoio às iniciativas do Partido.

Apesar de todas as mentiras veiculadas na mídia ocidental em relação a Angola, o Partido, com o apoio do nosso povo, tem conseguido fazer face à situação político-militar, que é extremamente perigosa, com poderosas forças estrangeiras intervindo diretamente no nosso território. É um fato concreto que, nesses 12 anos, as agressões não conseguiram vencer o nosso povo. ●

Fotos: p. 23, B. Bissio; p. 24, Christine Pinheira



O presidente Kenneth Kaunda (esq.), da Zâmbia, também preside a organização

Criada há 25 anos, a organização continental africana enfrenta dois problemas fundamentais, a dívida externa e a grave situação na África Austral

Sam Sikazwe

Em meio a tensões e incertezas, a Organização da Unidade Africana (OUA) fará, em maio, suas bodas de prata. Assim, 1988 será um ano de desafios para a organização e seus 51 Estados membros.

No plano político, cabe destacar a crescente tensão na África Austral, onde o regime racista sul-africano representa um permanente fator de desestabilização. Devem também ser assinalados os conflitos fronteiriços, como o da Líbia e Chade, na disputa pela faixa de Aouzou e suas riquezas minerais, e a guerra do Marrocos contra a Frente Polisario, no Saara Ocidental. No plano econômico, esta ano, será encontrar saídas para tirar o continente da grave crise provocada pela sua dívida externa, calculada em um total de 200 bilhões de dólares.

Fundada em 1963, durante o auge do panafricanismo, a OUA sempre en-

frentou situações difíceis. Os países que a integram representam 10% da população mundial, porém participam com menos de um por cento da produção industrial do planeta. Dos 31 países mais pobres do mundo, 20 pertencem a esse continente. O produto per cápita é o mais baixo do mundo, e só dez dos 51 Estados, incluindo os exportadores de petróleo, ultrapassam os 300 dólares anuais.

O presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda — também atual presidente da OUA — insiste na necessidade do continente se manter unido devido a seus crescentes problemas políticos e econômicos. Ao abrir os trabalhos da Assembleia Nacional da Zâmbia, em 15 de janeiro, o presidente reiterou o compromisso de seu país de desempenhar um papel ativo na organização continental.

O conflito entre a Líbia e o Chade tem sido um dos problemas que mais preocupa a OUA. Há cinco anos, essa questão quase provocou o colapso da organização. Mas Kaunda conseguiu,

A criação da OUA

□ A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada em 25 de maio de 1963 em Addis Ababa (Etiópia), cidade onde está localizada a sede do organismo, com a participação de 32 países do continente. Os principais promotores da iniciativa foram os presidentes Kwame N'Krumah, de Gana, Sekou Touré, da Guiné, e Gamal Abdel Nasser, do Egito.

Dessa conferência, participaram como observadores os movimentos de libertação de Angola, Quênia, Moçambique, Zimbábue e Suazilândia, que, anos depois, passariam a fazer parte da

organização na sua qualidade de estados independentes. Atualmente a OUA conta com 51 países membros.

Em 1985, ocorreu uma mudança qualitativa dos objetivos e prioridades da OUA, quando foi aprovada a "Declaração de Addis Ababa", na 21ª Reunião de Cúpula do organismo. Como definira o presidente Aristides Pereira, de Cabo Verde, "até recentemente, as reuniões da OUA se ocupavam, particularmente, dos problemas políticos e da libertação nacional. Hoje, temos o nosso continente praticamente libertado". Assim,

com essa meta alcançada, a OUA passou a estudar os problemas econômicos que afetam a África, onde está o maior número de países incluídos pelas Nações Unidas na lista dos mais pobres do planeta.

"Havia uma necessidade de reorientar a OUA", assinalou Aristides Pereira. Os estadistas africanos concluíram que só o desenvolvimento integrado da economia do continente e o desenvolvimento concomitante do setor dos transportes e das comunicações poderiam ajudar a materializar o objetivo de superar o subdesenvolvimento. A recessão eco-

nômica africana fora agravada nesses anos pelas intensas secas e pelo avanço da desertificação. Esses problemas tiveram repercussões dramáticas na área alimentar e, de um modo geral, no desenvolvimento agrícola. Em 1980, a África só satisfazia 86% de suas necessidades alimentares, e essa taxa vem diminuindo ano a ano.

Por outro lado, a crise nas relações internacionais e a sua consequência na diminuição da cooperação dos países ricos com o Terceiro Mundo, exige da África o reforço da sua capacidade de negociação e o estudo das formas de racionalizar os seus recursos, através da integração econômica.

em setembro passado, um acordo de cessar-fogo, que se tornou efetivo, e foi considerado um grande avanço para a OUA.

Uma reunião do Comitê da OUA, responsável pelo conflito líbio-chadiano, deve realizar-se em Dacar, capital do Senegal, assim que o Comitê (inte-

grado por Nigéria, Argélia, Gabão, Senegal, Camarões e Moçambique) receber o trabalho preparatório dos juristas e cartógrafos sobre a disputa.

Kaunda, que foi eleito em julho passado, pela segunda vez, presidente da organização panafricana, fez um apelo de cooperação aos países africanos para

que resolvam seus problemas sem interferências extracontinentais. Nesse sentido, o conflito líbio-chadiano é a primeira prova para a OUA. Diplomatas africanos, em Lusaka, crêem que da reunião de Dacar possa sair uma solução pacífica.

A inviolabilidade das fronteiras

No conflito do Saara Ocidental, Kaunda acredita que a OUA estabeleceu um princípio importante que deveria ser sempre adotado quando ocorressem problemas dessa ordem: a inviolabilidade das fronteiras herdadas da época colonial. O Marrocos, no entanto, não respeitou esse princípio. Quando a administração colonial espanhola se retirou do Saara, no final de 1975, o Marrocos ocupou o território. Desde então, enfrenta os nacionalistas da Frente Polisário, apoiados pela Argélia, que proclamaram a República Árabe Saaraui Democrática (Rasd) e lutam para libertar seu território de nova ocupação.

"O próprio Marrocos sofreu o processo de colonização. Esperamos que abandone pacificamente a idéia de se apoderar da República Árabe Saaraui", declarou Kaunda à Assembléia Nacional



A seca que afeta muitos países é uma das causas da grave crise econômica africana

zambiana.

Na tensa questão da África Austral, a OUA obteve pouco apoio internacional para acabar com o regime sul-africano do *apartheid*. O cumprimento das sanções obrigatórias contra o governo de Pretória – impostas pela ONU – tem sido rejeitado pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Federal. Os seis países da Linha de Frente (Zimbábue, Zâmbia, Moçambique, Angola, Botsuana e Tanzânia) também não conseguiram tornar efetivas as suas próprias sanções contra o regime sul-africano.

Depois da resolução de apertar o cerco contra o *apartheid* – adotada, em setembro passado, pelos chefes de estado e de governo da Commonwealth (Comunidade Britânica de Nações), na reunião de cúpula de Vancouver –, o Comitê de ministros das Relações Exteriores da Commonwealth se reuniu em fevereiro passado, em Lusaka, capital da Zâmbia, sem a participação do Reino Unido. A reunião pretendia encontrar fórmulas para pôr fim ao *apartheid*; pressionar Pretória para que suspenda o estado de emergência; assegurar a libertação de todos os presos políticos; convencer o regime sul-africano a suspender a proscrição de diversos partidos políticos de oposição e iniciar discussões a fundo para estabelecer, de fato, um governo não-segregacionista no país. Os cinco pontos foram levados, pela primeira vez, ao governo racista de Pretória, em 1986, por um grupo de personalidades influentes da Commonwealth.

“Não haverá paz duradoura na região até que a África do Sul abandone o *apartheid*, ponha fim à ocupação ilegal da Namíbia, cumprindo a resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e abandone sua política de desestabilização dos países da Linha de Frente”, declarou o presidente Kaunda.

A Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano), que trava, há 23 anos, uma guerra de guerrilhas contra as forças de ocupação sul-africanas na Namíbia – antiga África do Sudoeste –, anunciou que durante a comemoração do 25º aniversário da OUA, em maio próximo, fará pressões para que a ONU redobre seus esforços para acelerar a independência da Namíbia e o fim do *apartheid*.

Posição comum sobre a dívida

A ação da OUA tem sido praticamente nula no que se refere à situação econômica, que se deteriora sem parar, e à dívida externa dos países do continente. Quando a organização foi fundada, em 1963, deu-se ênfase à cooperação econômica para possibilitar a integração continental. Mas, até agora, não se conseguiram resultados positivos, tanto pelo enfraquecimento e dependência das economias de seus Estados

coordenadas.

A OUA reconheceu que os Estados membros devem cumprir com suas obrigações externas, mas pediu que os credores públicos e privados aceitem uma moratória de juros por dez anos a partir deste ano, e que abram mão do pagamento da amortização de todos os empréstimos bilaterais anteriores.

Assinalou também que as nações e bancos credores deveriam aumentar o fluxo líquido de recursos para a África, mediante o incremento de sua assistência bilateral, e deveriam ser reduzidos



A guerra entre o Marrocos e a Rasd é uma das questões que desafiam a OUA

membros, como pela orientação basicamente política que a organização adotou. Naquela época, a Comissão Econômica para a África (CEA), das Nações Unidas, com sede em Addis Ababa (capital da Etiópia), estava em melhores condições para ajudar.

No entanto, nos últimos 21 anos, a OUA tem mostrado um grande interesse pelos problemas econômicos. Em uma reunião especial sobre a dívida externa africana, realizada em Addis Ababa, em novembro último, a OUA aprovou um documento – “A posição comum da África sobre a crise da dívida externa africana” –, no qual, pela primeira vez, os países membros defendem posições compartilhadas e

os tipos de juros e amortização, estendendo, ao mesmo tempo, os períodos de carência para todos os empréstimos, financeiro ou comercial.

Na reunião de Addis Ababa, foi proposto também que se concedam períodos de amortização de 50 anos, com dez de carência. De acordo com essa proposta, o total que um país deveria pagar, a cada ano, pelos juros de sua dívida não poderia exceder uma porcentagem razoável de suas receitas por exportações. Kaunda defendeu a declaração da OUA, assinalando que o continente não busca um confronto com seus credores, mas sim deseja encontrar uma solução para a crise baseada na cooperação. ●

Silenciar a oposição

O semanário independente "New Nation" está sendo sufocado pelas pressões e pela censura impostas pelo regime do "apartheid"

Fundado em janeiro de 1986, o *New Nation* começou como um jornal quinzenal, mas logo depois sua circulação cresceu tanto que ele se tornou semanal e, no final do ano passado, já estava vendendo 250 mil exemplares por edição. Nenhuma outra publicação na África do Sul registrou um crescimento tão rápido de tiragem num espaço de tempo tão curto. O segredo do sucesso editorial do *New Nation* está na sua posição contra o *apartheid* e no empenho de sua direção em denunciar as perseguições policiais contra organizações de base nos subúrbios negros das principais cidades sul-africanas.

A posição do jornal, financiado pela "South African Catholic Bishops Conference (SACBC) e editado por jornalistas independentes, tornou inevitável um choque com o governo, especialmente depois da implantação do estado de emergência em agosto de 1987. O *New Nation* tornou-se o alvo principal da campanha de intimidação e pressões deflagrada pelo Ministério do Interior contra a imprensa independente. Outros jornais, como o *Sowetan* e *Weekly Mail*, também ficaram na alça de mira das autoridades, mas o *New Nation* tem sido o mais atingido.

Seu editor-chefe, Zwelakhe Sisulu, 35 anos, foi preso em dezembro do ano passado e todos os apelos pela sua libertação têm sido sistematicamente recusados. Zwelakhe é filho de Walter Sisulu, secretário geral do Congresso Nacional Africano (ANC) e que cumpre pena de prisão perpétua há 25 anos. A mãe do editor do *New Nation*, Albertina,



Albertina Sisulu, mãe do editor do "New Nation" e uma das líderes da UDF

também é uma figura muito conhecida entre a população negra sul-africana, pois ela é uma das líderes nacionais da Frente Democrática Unida (UDF), a maior organização anti-racista de massas no país.

Em 1980, Zwelakhe foi banido por três anos, isto é, não podia ter o seu nome mencionado em jornais e rádios,



A denúncia das perseguições policiais é um dos motivos do sucesso do jornal

bem como não podia locomover-se sem prévia autorização policial. Um ano depois, foi preso, para ser solto dois anos mais tarde, quando foi para o exílio nos Estados Unidos, onde frequentou a Harvard University, durante um ano.

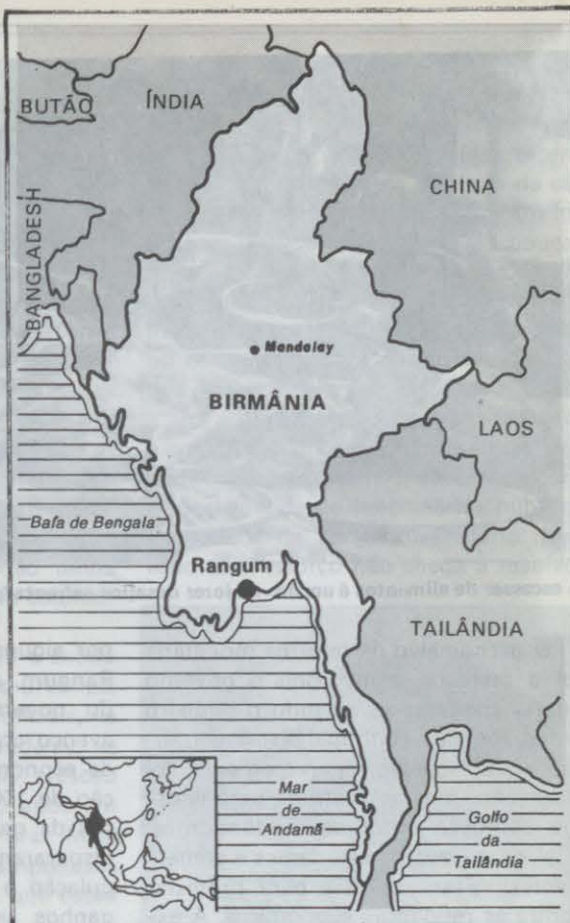
Em dezembro de 1986, o editor interino, Gabu Tugwana, esteve na Europa para buscar apoio internacional para a luta do *New Nation*, cuja sobrevivência passou a ficar ameaçada por uma dupla ofensiva do governo. As autoridades sul-africanas não só ameaçaram fechar o jornal durante três meses, como também intensificaram as pressões e intimidações contra os membros da redação. A polícia branca passou a realizar sistemáticas batidas nas instalações do jornal, bem como fazer ameaças aos jornalistas e suas famílias. A SACBC manteve seu apoio à equipe de redação, o que levou o governo a evitar, temporariamente, um choque direto com a hierarquia católica, tanto na África do Sul quanto no exterior, mas a pressão continuou e não há a menor dúvida de que o governo do *apartheid* está decidido a silenciar definitivamente o *New Nation*.

Em Londres, o Instituto Católico de Relações Internacionais lançou uma campanha de apoio ao jornal, pedindo o envio de mensagem de protesto ao ministro do Interior e da Informação (Mr. J.C.G. Botha, Civitas Building, Struben Andries Street, Pretória 0001, South Africa). Mensagens de apoio podem ser enviadas para a SACBC (Khanya House, 140 Visagie Street, Pretoria 0001, South Africa).

BIRMÂNIA



Os jovens de Rangum assediam os estrangeiros querendo comprar roupas



O socialismo isolado

O descontentamento popular cresce em meio a uma crise econômica que continua piorando

Philip Smucker

Qualquer estrangeiro que sair à rua em Rangum, capital da Birmânia, será imediatamente cercado por garotos interessados em comprar tudo o que o assustado visitante estiver vestindo, inclusive as peças íntimas. O assédio é intenso e prolongado, porque os garotos que passam o dia nas redondezas de hotéis, restaurantes e pontos turísticos da cidade, necessitam de produtos estrangeiros para revendê-los logo depois a intermediários no próspero mercado negro.

Uma boa parte dos funcionários públicos participa também dessa economia clandestina. Em cidades como

Mandalay, na região central da Birmânia, os empregados de hotéis e restaurantes trabalham à noite como contrabandistas e traficantes de pedras preciosas ou peças de jade. Trata-se de um recurso para elevar a renda familiar ou pessoal, permitindo a compra de produtos essenciais como sal e açúcar, só disponíveis no mercado negro a preços exorbitantes.

Desde que o general Ne Win e seu Partido do Programa Nacional chegaram ao poder, em 1962, a "via birmânica ao socialismo" impôs, aos 38 milhões de habitantes do país, uma vida extremamente dura e austera. Passados agora 25 anos, o governo realizou, em fins do ano passado, a sua mais importante reforma econômica, ao liberar o comércio de um grande número de

bens e alimentos essenciais, incluindo-se entre eles o arroz, comida básica da população.

Os camponeses aplaudiram aliviados essa abertura econômica, mas, logo em seguida, o governo voltou a reduzir o consumo popular, realizando uma ampla reforma monetária, que extinguiu 80% das moedas e cédulas em circulação. Em questão de dias, os birmânicos tiveram que trocar rapidamente todo o dinheiro que possuíam pelas novas moedas e cédulas, sendo ainda obrigados a comprovar a origem das quantias trocadas. Essa operação foi especialmente complicada para os profissionais liberais autônomos, como motoristas de táxi e pequenos comerciantes, que fazem transações com o público sem recibo ou comprovante.



A escassez de alimentos é um dos maiores desafios enfrentados pelo governo.

O grande alvo da reforma monetária foi o mercado negro, pois o governo queria apoderar-se de todo o dinheiro em mãos dos contrabandistas e traficantes. O objetivo, aparentemente, foi alcançado, mas ao custo de uma enorme confusão entre os consumidores, a tal ponto que os estudantes e comerciantes saíram às ruas para protestar contra as mudanças econômicas. A explosão do descontentamento popular nas últimas semanas de outubro passado, complicou a situação do governo, que já enfrenta sérias dificuldades por causa de rebeliões na região norte do país.

A reforma monetária foi considerada,

por alguns diplomatas estrangeiros em Rangum, com um gesto desesperado do governo para tentar controlar o avanço constante do mercado negro e da economia informal. Com uma inflação de 100% ao ano em 1987, os preços da gasolina e arroz, por exemplo, dispararam, obrigando a maioria da população a ter que complementar seus ganhos usando recursos ilegais. "O mercado paralelo é ilegal, mas todo mundo está metido nele", disse um economista birmanês, que pediu para não ser identificado.

O serviço da dívida externa da Birmânia consome, aproximadamente, 50% dos ganhos com exportações.



Um dos hotéis de Rangum da época colonial: tráfico ilegal de pedras preciosas

Nessas condições, sobram escassas divisas para pagar as importações essenciais. As exportações têm se mantido estáveis em termos quantitativos, mas o país está recebendo cada vez meros dólares por causa da queda dos preços das matérias-primas no mercado internacional. Com isso, o país passou a enfrentar problemas adicionais na importação de alimentos. A escassez de comida atingiu até as áreas rurais, tradicionalmente auto-suficientes.

Para contrabalançar a perda de receita das exportações, o governo decidiu reduzir as importações em aproximadamente 62%, em relação aos totais de 1981. A consequência foi que a maioria dos produtos importados, que antes eram vendidos em lojas do governo, desapareceram das prateleiras e ressurgiram no mercado negro com preços até dez vezes maiores.

Os pouquíssimos turistas que visitam a Birmânia, via Tailândia, não deixam de passar pelo *free-shop* de Bangcoc. Ali, compram cigarros e bebidas alcoólicas, por 15 dólares, e depois os revendem por até cem dólares a unidade, no caso do uísque. Até os produtos nacionais estão fora do alcance da população local. Quem não tiver amigos no governo ou entre os militares, poderá ficar sem produtos, como pasta de dentes ou sabonetes, pois as lojas oficiais não vendem esses artigos há vários meses por falta de estoque de reposição.

"Compra" de empregos

As dificuldades econômicas se tornam ainda mais expressivas quando se constata que a renda per capita da Birmânia é uma das mais baixas do mundo, cerca de 180 dólares anuais. A falta de empregos bem-remunerados faz com que centenas de jovens procurem trabalho em firmas estrangeiras instaladas no país. Há também o caso de recém-graduados na universidade, que após a conclusão do curso procuram emprego como marinheiros em barcos estrangeiros, pagando "cotas de ingresso" de até 50 mil kyats (7 mil dólares ao câmbio oficial). Para eles, é um investimento que vale a pena, porque nesses navios podem receber, em apenas quatro anos, o equivalente ao que ganhariam trabalhando toda a vida em algum órgão estatal.

O governo justifica os seus problemas e o atraso na economia como uma "consequência de fatores externos desfavoráveis". Diplomatas estrangeiros admitem que as autoridades têm alguma razão nesse aspecto e garantem que a maior parte da crise financeira na qual o país está mergulhado, resulta do alto custo dos combustíveis e dos baixos preços do arroz exportado.

As autoridades estão otimistas quanto aos resultados da liberalização do comércio do arroz e da nova lei que obriga os camponeses a pagar impostos em dinheiro e não mais em produtos.

O alto preço dos combustíveis está, no entanto, prejudicando os pequenos produtores rurais, uma vez que o transporte dos campos de colheita até os centros distribuidores acaba provocando uma elevação absurda de custos. Isso se reflete também na redução do número de veículos disponíveis para o deslocamento da safra, de e para as regiões mais afastadas, já que muitos transportadores não se arriscam mais a levar uma carga para um local distante, onde provavelmente não encontrarão compradores, diante dos preços elevadíssimos, e seguramente não terão combustível para a viagem de regresso.

Nos 40 anos passados desde a independência do país, pouca coisa mudou na sua economia. Os camponeses continuam usando técnicas rudimentares, a irrigação das lavouras de arroz ainda é feita em muitos lugares manualmente, e os tratores são muito raros. A exploração da madeira, depois de um período de progresso após a independência, vive agora uma situação difícil, gerada pela necessidade de ir buscar troncos cada vez mais longe - o que encarece o transporte - e pela falta de serrarias.

Mas o que mais desgasta o governo é a longa guerra promovida por grupos rebeldes na região setentrional da Birmânia. Mais de dez grupos guerrilheiros, com cerca de 25 mil homens em armas, lutam pelo direito à autonomia das regiões localizadas na fronteira com a Tailândia. Embora os guerrilheiros tenham uma enorme dificuldade para escapar do constante cerco organizado pelo exército regular, eles controlam, no entanto, os pontos estratégicos por onde entra e sai o contrabando de pedras preciosas, madeiras raras, ópio, produtos eletrônicos e armas.

A crise habitacional

Nas cidades da Birmânia não se vê tanta pobreza e miséria como em outros centros asiáticos, como Manila e Calcutá. Em Rangum, as famílias pobres não se amontoam em favelas próximas ao centro da cidade. A população miserável se aglomera em áreas rurais localizadas nos subúrbios. Isso faz com que a paisagem urbana das principais cidades do país não tenha mudado muito desde o fim do colonialismo britânico.

A partir de 1948, aumentou o êxodo rural em direção aos centros urbanos. Segundo estatísticas semi-oficiais, a população de Rangum e Mandalay, as duas maiores cidades do país, cresceu mais de 50% nos últimos 20 anos em consequência da migração rural. Mais recentemente, o êxodo de camponeses foi intensificado por aqueles que estão fugindo da guerra no norte.

A vida nos subúrbios de Rangum é muito diferente da da maioria das outras grandes cidades asiáticas. Em um bairro pobre da periferia de Rangum, as mulheres cultivam hortas embaixo de suas casas, construídas sobre estacas de madeira. A água é extraída de poços comunitários e a energia elétrica não chega a fazer grande falta, pois toda a atividade acaba com o pôr do sol. O aumento da população de Rangum não está associado ao desenvolvimento industrial; por isso, a cidade ainda mantém muitas áreas verdes e um ar não-poluído.

Para tentar resolver o problema das populações miseráveis da periferia, a prefeitura de Rangum anunciou um projeto de construção de cidades-satélites para abrigar os recém-chegados do interior. Na verdade, o que as autoridades estão fazendo é entregar a cada interessado um pedaço de terra de 12 por 20 metros, no qual podem construir qualquer tipo de habitação. Os novos núcleos habitacionais, na realidade favelas com um mínimo de urbanização, têm uma densidade populacional menor do que a das aldeias tradicionais da Birmânia, onde as casas estão pratica-

mente grudadas umas nas outras.

Em 1986, um grande incêndio destruiu uma das cidades-satélites recentemente construídas na periferia da capital. As casas de madeira pegaram fogo com grande facilidade e, em poucas horas, cerca de 40 mil pessoas ficaram sem teto. Trinta mil delas ainda continuam morando em casas de parentes ou em centros para refugiados montados pelo governo.

As autoridades começaram também a construir habitações para a classe média num esforço para melhorar as condições de vida de funcionários públicos e técnicos de nível universitário. Mas todo esse esforço não chega a resolver



Na periferia, a pobreza é mais evidente

senão uma parcela muito pequena do imenso problema habitacional da Birmânia.

As perspectivas futuras não parecem muito promissoras, porque dificilmente o governo poderá melhorar a situação econômica, caso não haja uma melhoria dos preços das matérias-primas exportadas e uma redução substancial no percentual das exportações destinado ao pagamento dos juros da dívida externa. Há poucas perspectivas de que isso aconteça a curto prazo, o que aumenta as chances do governo de Ne Win ter que enfrentar crises sociais e políticas cada vez mais frequentes e intensas.

PALESTINA

Reportagem numa área proibida

Driblando os controles militares israelenses, o nosso colaborador Adrián Soto, que visitou os territórios ocupados em fevereiro, entrou num dos campos de refugiados da Faixa de Gaza e de lá nos descreve o dramático dia-a-dia do povo palestino, em meio à greve de resistência à ocupação e sob o toque de recolher



Durante o toque de recolher no campo de Jalabalya, soldados israelenses controlam toda pessoa que entra e sai

Adrian Soto

Quando entramos na Faixa de Gaza (juntamente com o fotógrafo Markku Niskanen, que nos acompanhou em toda a viagem), deixando para trás o posto de controle militar israelense, descobrimos que as estradas e as ruas estavam desertas. Tínhamos colocado no nosso carro um grande cartaz com os dizeres *sajafa*, isto é, "imprensa", e por isso fomos alvo de algumas pedradas.

O meio milhão de palestinos que vivem nessa faixa de terra já estavam na sua sétima semana de greve. Nos oito

campos de refugiados que existem em Gaza, tinha sido imposto o toque de recolher e o exército israelense os tinha declarado zonas militares, impedindo, dessa forma, a entrada de qualquer civil neles.

A ordem é atirar

Em um dos bairros da cidade de Gaza, encontramos Mohammad queimando pneus e construindo uma barricada. Depois de conversar conosco, Mohammad aceitou ser nosso guia.

Nas portas do campo de refugiados de Jalabalya, assim como na entrada do campo de Shatti, o exército israelense tinha tomado medidas extremamente

rígidas. Os soldados tinham ordem de atirar contra tudo aquilo que se movesse dentro desses campos. O toque de recolher estava em vigor. A maioria dos palestinos residentes nesses campos, durante toda a sua vida, não tinha conhecido outra coisa que não fosse humilhação e violência.

Os soldados se mantêm em suas posições como se estivessem preparados para uma campanha de guerra. Nos seus olhos, há uma ponta de ódio. Era como se esses jovens judeus quisessem se vingar dos palestinos pelas humilhações e violências sofridas por seus antepassados na Europa. Eles não sabem, ou não querem saber, que nenhum árabe teve culpa disso. Por esse ódio e por

sua impressionante superioridade militar, os israelenses permanecem prisioneiros do seu próprio medo.

A tática é humilhar

Nosso guia nos levou até o campo de Nusseirat. Nesse campo, como nos anteriores, os soldados vigiam as entradas e patrulham constantemente os becos e ruas.

Mohammad mandou que nós deixássemos o carro bem distante do campo e nos levou por um caminho marginal por laranjeiras. Depois de caminharmos algum tempo, chegamos a uma esquina abandonada do campo. Mohammad nos pediu que esperássemos por ele e correu agachado por um beco até o interior do campo. Depois de alguns minutos de dramática espera, ele voltou, acompanhado de um outro rapaz palestino. Pediram, então, que nós os seguíssimos.

Quando entramos no campo, notamos o estado fantasmagórico dos seus becos vazios. Um pequeno grupo de jovens palestinos começou a nos rodear, falando entre eles num sussurro nervoso. Ali, também, os soldados israelenses tinham ordem de atirar contra tudo que se mexesse. De repente, fomos literalmente arrastados para dentro de uma casa. Aí, nossos guias respiraram aliviados. Durante muitas semanas, os 40 mil habitantes desse campo tinham vivido um período de terror.

Fomos informados de que as últimas rações de comida tinham entrado no campo já há vários dias e ninguém sabia quando os alimentos chegariam novamente. Nos campos, tudo depende da vontade dos soldados israelenses: a comida, a vida e a morte.

O dono da casa era um ex-professor primário, demitido de seu emprego pelas autoridades israelenses, e que também é um dos chefes religiosos do acampamento. Oferecendo-nos um pouco de chá, explica: "Na noite passada, por volta da meia-noite, os soldados judeus nos levaram, todos os homens, para a mesquita. Lá, nos dividiram em grupos e nos obrigaram a correr em direção às posições militares. Quando chegamos lá, os soldados começaram a nos espancar e humilhar até de manhã". O ex-professor nos mostrou, então, seu pijama completamente sujo de lama.



Soldados israelenses fortemente armados revisam os documentos de um ancião

"Eu acho que os nazistas nunca cometeram contra os judeus os abusos que eles estão fazendo conosco. A tática israelense da violência é nos humilhar. Mas eu tenho certeza de que a violência só levará a mais violência", disse-nos nosso anfitrião, pai de nove filhos. Recentemente, ele tinha sido detido e levado para a prisão de Ansar, onde, segundo seu depoimento, foi espancado brutalmente e encarcerado por um período de 18 dias.

Naquela prisão está recluso um bom número de palestinos, que são tratados de forma humilhante. "Diga aos seus leitores que preferimos viver em barracas e tomar água salgada do mar, mas em liberdade e com dignidade. Faremos todo o possível para nos libertar da opressão. Inclusive, nós não precisamos dessas moradias modestas. Não queremos outra coisa senão viver livres, como qualquer outra nação da terra".

Na mira do helicóptero

Em seguida, nossos guias nos levaram mais para dentro do campo. No teto de uma das casas mais altas, dois garotinhos de pouco mais de 10 anos nos informaram que o caminho estava livre de patrulhamento militar. Com muito cuidado para não serem vistos, corremos através dos becos, saltando em cada esquina para esconder melhor nossa presença.

Finalmente, entramos no quintal de uma modesta casa. Um grupo de crianças de idade indefinida nos recebeu com os olhos muito abertos, à beira do pânico. Nessa casa, de menos de cem metros quadrados, vivem três famílias,

num total de 25 pessoas. Eles também têm uma história amarga para nos contar.

"Há alguns dias, uns 10 soldados chegaram num tanque e atacaram nossa casa. Derrubaram uma das paredes e espancaram homens, mulheres e crianças", nos conta um dos chefes de família, que nos levou a uma esquina, onde uma jovem mãe grávida tentava consolar duas criancinhas.

"Os soldados também destruíram nossa comida e tentaram levar Ahmed preso, mas ele fugiu pela janela", nos contou nosso anfitrião. Ahmed é um garoto de 10 anos, de olhos muito vivos. Quando lhe perguntei por que tinha fugido, ele me respondeu com um sorriso tímido: "Fiquei com medo deles me quebrarem os braços, como fizeram com um dos meus amigos".

Nesse exato momento, um helicóptero militar sobrevoou a casa. Com certeza, estávamos na área de mira da tripulação. Crianças e adultos olharam com pânico para o alto. Tinha chegado o momento de abandonar o campo. O helicóptero podia comunicar nossa presença por rádio ao comando militar e uma patrulha poderia nos surpreender a qualquer momento.

Quando deixamos o campo, estávamos felizes por ter burlado as linhas militares. Mas, ao mesmo tempo, estávamos profundamente preocupados pelo que poderia acontecer com essa gente, que tinha tido a coragem de falar conosco, se os soldados descobrissem que tinham nos ajudado a entrar clandestinamente no campo, debaixo dos seus próprios narizes.

Fotos: M. Niskanen

CRESCENTE VERMELHO PALESTINA

A luta contra a adversidade

O doutor Fahti Arafat, irmão do dirigente máximo da OLP, explica a forma como é tratada a questão da saúde do povo palestino

Claudia Neiva

O dr. Fahti Arafat, presidente da Sociedade do Crescente Vermelho Palestina, participou do VI Congresso da Cruz Vermelha Internacional, realizado no Brasil, pouco antes da explosão do conflito nos territórios árabes ocupados por Israel. O médico palestino concedeu uma entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, na qual deu detalhes da angustiante situação dos palestinos na Cisjordânia e Gaza e nos campos de refugiados.

A Crescente Vermelho Palestina foi criada em 1969 por uma resolução do Conselho Nacional Palestino (parlamento no exílio), com o objetivo de entregar aos próprios palestinos o cuidado da saúde do seu povo. A instituição tem instalações em quase todos os países árabes pelos quais a população palestina no exílio está dispersa. Segundo explicou o dr. Fahti Arafat, a Crescente

Vermelho Palestina desempenha o papel que teria o ministério da Saúde num Estado palestino independente.

Assistência gratuita

"A metade dos palestinos reside nos territórios ocupados e a outra metade está distribuída por diferentes países, em particular no Mundo Árabe, principalmente na Jordânia, Síria, Líbano e Egito". Na África, através de convênios entre a OLP e os governos de 14 países, também existem equipes médicas da Crescente Vermelho. "Isso dá a oportunidade dos médicos palestinos trabalharem com outros povos e, ao mesmo tempo, estabelecer boas relações com pessoas do mundo inteiro", declarou o dr. Arafat.

"Em cada um dos países onde estamos estabelecidos, temos hospitais, clínicas e centros de primeiros-socorros. Até os palestinos dos territórios ocupados têm garantida a assistência médica gratuita. Onde quer que estejam, basta

ir a um de nossos hospitais e serão atendidos sem pagar nada", assinala o presidente da Crescente Vermelho Palestina. A instituição possui mais de 100 clínicas e 70 hospitais, além de centros especializados - como o Centro para Mutilados de Guerra e o Centro para a Infância. Outro importante trabalho da instituição é a promoção de cursos de enfermagem.

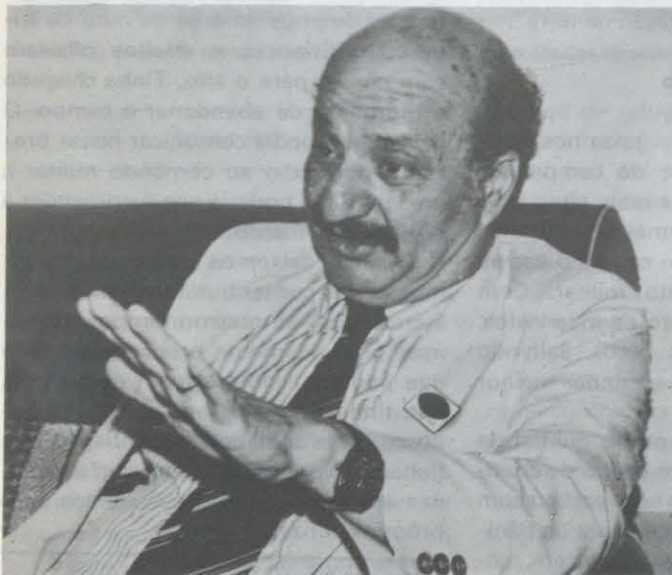
Mas a Crescente

Vermelho não atua só na área médica. A instituição também presta assistência social às famílias palestinas. Nesse sentido, o dr. Fahti Arafat explica que uma das tarefas da Crescente Vermelho é melhorar o nível de vida da população. "Aproveitamos as nossas tradições culturais e estimulamos as mulheres palestinas a fazerem vestidos típicos, com a riqueza de bordados que caracteriza as roupas das diferentes regiões da Palestina. É algo positivo porque, por um lado, elas podem trabalhar em suas próprias casas, estejam nos territórios ocupados ou nos campos de refugiados. Por outro, nós promovemos exposições, temporárias ou permanentes, em todo o mundo, divulgando esse trabalho, que faz parte da nossa cultura. Depois, vendemos os vestidos e repassamos o dinheiro arrecadado para as próprias mulheres".

A invasão do Líbano de 1982

O ano de 1982 foi particularmente difícil para o povo palestino e, naturalmente, isso teve graves repercussões para a Crescente Vermelho. A invasão israelense ao Líbano comprometeu seriamente as suas atividades naquele país, onde se encontravam as instalações mais importantes da instituição. O dr. Arafat conta que, após a invasão, alguns médicos e enfermeiras palestinos foram obrigados a abandonar o país. "Tivemos, então, que fazer um grande esforço para substituir o pessoal expulso por outros profissionais palestinos - que tivessem a mesma especialidade e experiência -, capazes de continuar nosso trabalho no Líbano".

"Durante a invasão israelense, vários de nossos hospitais foram completamente destruídos, principalmente os localizados no sul do país. Até os hospitais situados em Beirute foram bombar-



Dr. Fahti Arafat: "Nosso povo vive sob permanente stress"

deados. Obviamente, depois dos ataques a alguns de nossos acampamentos, como Burj-el-Barajneh, Sabra e Chatila, tivemos que reconstruir tudo de novo. E não podíamos deixar de fazê-lo, porque, justamente, nosso objetivo é levar assistência médica e social a todos os palestinos, não importa sob quais circunstâncias."

O dr. Fahti Arafat enfatiza que, como qualquer instituição dedicada à saúde em um país do Terceiro Mundo, a Crescente Vermelho Palestina enfrenta diversos problemas: financeiros, de planejamento, a falta de experiência na área de administração e estatísticas e carência de recursos humanos.

"Além disso, como palestinos, nós enfrentamos outros problemas, específicos", assinala. "Em primeiro lugar, problemas psicológicos. Nosso povo está vivendo permanentemente sob stress. Ninguém sabe o que vai acontecer no dia seguinte. A insegurança é tanta que uma mãe de família, por exemplo, deixa de comprar uma cadeira nova para sua casa ou uma geladeira, porque ela não sabe o que vai acontecer amanhã: não sabe nem se vai poder continuar no país em que está vivendo ou se vai ser expulsa".

As principais vítimas dessa situação são as crianças. "Nos territórios ocupados, desde que nascem, elas são obri-



Mulheres e crianças: principais vítimas

gadas a conviver com bombardeios, a verem seus pais serem presos ou expulsos e suas casas destruídas. As mulheres palestinas também sofrem muito as consequências desse estado de coisas. O índice de bebês prematuros, por exemplo, é muito alto", revela o dr. Arafat.

O segundo problema levantado pelo presidente da Crescente Vermelho Palestina é a precária situação legal em que vivem os palestinos. "Na maioria dos países em que residimos, as leis nos são desfavoráveis. E nos territórios ocupados, a nossa vida privada está nas mãos do governador militar, que tem poder de decisão total em tudo que diz respeito a deslocamentos, educação, trabalho, e até saúde dos cidadãos palestinos. Isso contraria a Convenção de Genebra, sobre territórios sob ocupação militar", assinala.

Proibição de viajar

"À ameaça permanente de expulsão deve-se acrescentar a proibição de viajar livremente para os países vizinhos. Por exemplo, os palestinos da Síria não têm permissão de ir para o Líbano e vice-versa. Isso dificulta muito o nosso trabalho de deslocar médicos palestinos de um país para outro. O fato de termos de prestar assistência a uma população dispersa nos obriga a trabalhar numa área tão extensa como a superfície dos Estados Unidos ou do Brasil", compara.

"Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, além dos problemas que enfrentamos em qualquer outro lugar - explica o dr. Arafat -, temos alguns muito específicos. A ocupação não só agrava as condições de saúde do povo palestino, como também afeta o nível de vida em geral. A situação econômica dos palestinos nos territórios ocupados é muito precária". E acrescenta: "Até as fontes de água potável estão nas mãos dos israelenses. Por isso, a água para os campos de refugiados é muito racionada; às vezes, só há água algumas horas no dia. Naturalmente, quando os militares israelenses diminuem a quantidade de água destinada aos acampamentos ou cidades palestinas, o número de doenças aumenta".

O dr. Fahti Arafat conclui com um apelo à solidariedade internacional: "Como palestinos, nós precisamos de vocês. Somos um povo que está lutando pela sua liberdade. Nossa luta, assim como o nosso trabalho específico na Crescente Vermelho Palestina, necessitam da solidariedade e do apoio da comunidade internacional".

Fotos: Walter Santos; ONU

Apelo à comunidade internacional

Em face da repressão desencadeada durante os últimos tempos, nos territórios palestinos ocupados por Israel (Cisjordânia e Faixa de Gaza), o presidente da Sociedade do Crescente Vermelho Palestina, dr. Fahti Arafat fez um apelo à solidariedade internacional. A seguir, o trecho final do documento:

"As medidas arbitrárias de repressão inflingidas, coletivamente, pelas autoridades israelenses de ocupação, a civis inocentes nos campos, aldeias palestinas e cidades da Cisjordânia e de Gaza, contribuíram para uma maior deterioração da saúde e das condições sociais dos habitantes. Tais medidas constituem uma grave violação de todas as leis hu-

manitárias internacionais.

"A Sociedade do Crescente Vermelho Palestina apela ao comitê internacional da Cruz Vermelha, à Liga da Cruz Vermelha e sociedades do Crescente Vermelho, às organizações mundiais de saúde, ao Unicef e a todas as outras organizações concernentes, governamentais ou não-governamentais, a que intervenham imediatamente para pôr fim a essas práticas desumanas das autoridades israelenses de ocupação contra os civis, e assegurar a sua proteção, de acordo com os costumes e as leis internacionais, ratificadas pela Convenção de Genebra, relativas à proteção dos habitantes civis, e de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos."

A lista negra de medicamentos

Uma lista negra de medicamentos foi preparada por especialistas da ONU, preocupados com a legislação excessivamente branda dos países do Terceiro Mundo, que não controla nem a qualidade nem os efeitos reais dos produtos farmacêuticos

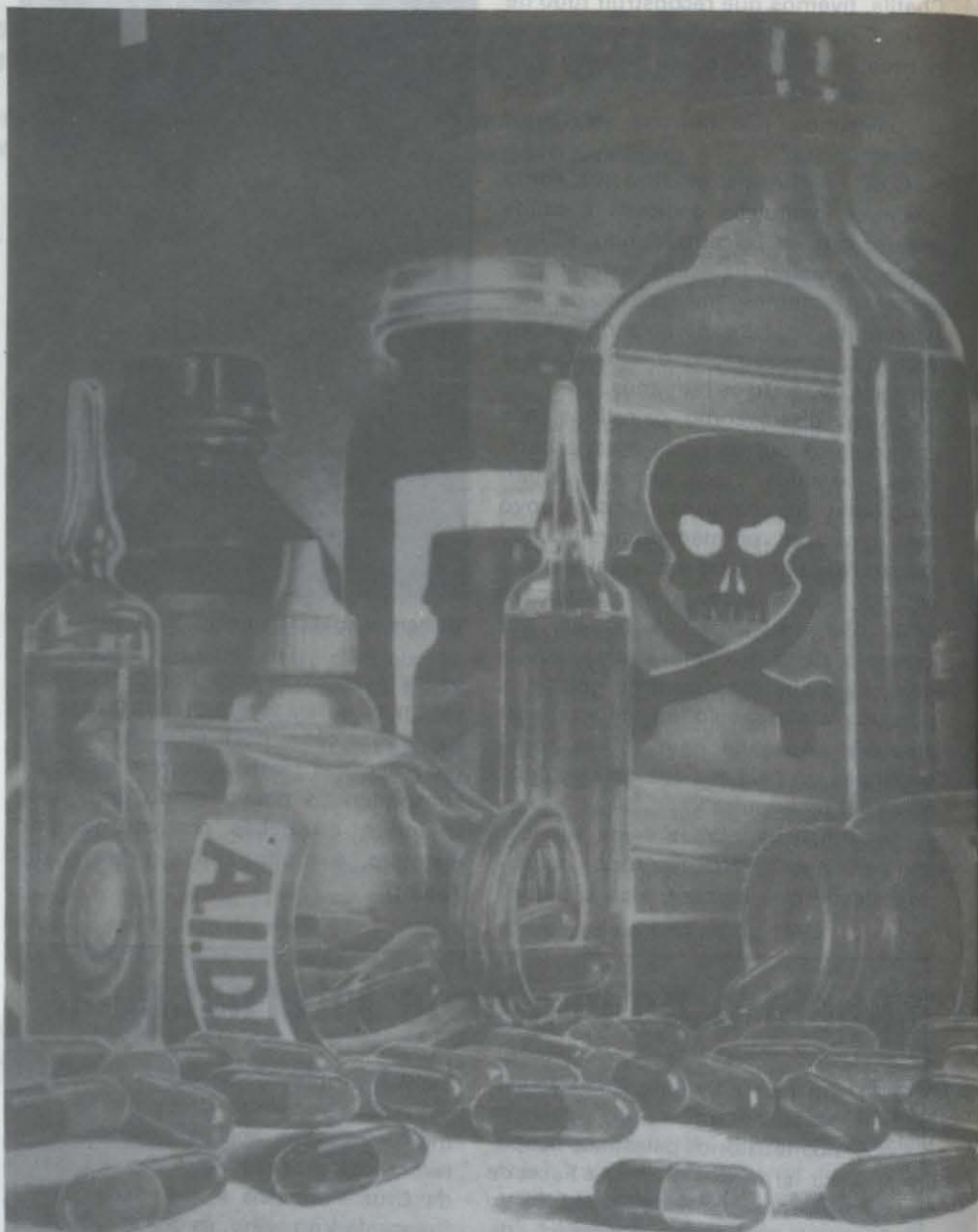
Mario de Cautín



Com base em relatórios oficiais de 75 países, a Organização das Nações Unidas (ONU) acaba de divulgar uma nova e alarmante "lista negra", com nomes genéricos dos de 394 medicamentos e produtos farmacêuticos e 52 combinações consideradas perigosas e inúteis para a saúde do ser humano.

Entre eles, estão vários antibióticos, um antisséptico usado em talco e sabonetes que já matou 30 bebês, compostos hormonais, anticoncepcionais, duvidosos remédios para problemas cardíacos, gastrointestinais, antialérgicos, vitaminas, minerais, a dipirona para crianças e até as, aparentemente inocentes, aspirinas. A maior parte desses produtos foi proibida ou drasticamente restringida em muitos países desenvolvidos, mas continuam sem restrição sua fabricação e exportação para a maioria dos países do Terceiro Mundo, onde a comercialização é praticamente livre.

"Os maiores fabricantes e distribuidores para o Terceiro Mundo estão, precisamente, em cinco países onde a legislação é mais rigorosa (Estados Unidos, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha, França e Itália)", explica o doutor Arturo Lomeli, representante regional da Organização Internacional de Uniões de Consumidores (locu). No Terceiro Mundo, Bangladesh, considerado talvez o país mais pobre do mundo, está encabeçando os que proíbem ou restringem a venda, fabricação e distribuição dos produtos dessa "lista negra", o que lhe tem custado várias



represálias políticas das empresas. Na América Latina, a Venezuela é o país que faz o controle mais rigoroso nesse campo.

A inquietante "lista negra" foi preparada com base em relatórios oficiais de 75 países, 29 a mais do que na primeira, divulgada em 1984.

Um mercado infestado de produtos perigosos

Essa listagem, concebida para asses-

sorar os governos na elaboração de suas próprias leis e regulamentos, recebeu também a colaboração da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Escritório Internacional de Registro de Produtos Químicos Potencialmente Tóxicos e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"A rigor, o mercado mundial está infestado de produtos químico-farmacêuticos perigosos, ineficazes, impróprios, irracionais, inúteis ou muito caros", afirma Lomeli. "A universal aspiri-

Todos os seus documentos em um único cartão

Não arrisque perder os seus documentos. Use a partir de agora o **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL**. Todos os seus documentos ficam concentrados em um único e elegante cartão.

Na frente, o seu NOME, ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE e o NOME e TELEFONE da pessoa que deve ser avisada em caso de emergência.

No verso, a CARTEIRA DE IDENTIDADE, CPF/CIC, CARTEIRA DE TRABALHO, TÍTULO DE ELEITOR, CARTEIRA DE MOTORISTA, CERTIFICADO DE RESERVISTA e outras informações que você julgar importantes como CARTÕES DE CRÉDITO, CADERNETA DE POUPANÇA, GRUPO SANGÜÍNEO etc.

Peça hoje mesmo o seu **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL** preenchendo o formulário de pedido e enviando à Distribuidora RAGAZZI pelo Correio.

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

NOME DANIEL HOLZ

ENDEREÇO R. DO IMPÉRIO, 599

EM CASO DE ACIDENTE, AVISAR:

NOME MARIANA TELEFONE 221-0

CART. IDENTIDADE 068405 38-0

CART. PROFISSIONAL 64150-027

CPF 785 196 327 34

TIT. ELEITOR 313409303/88

CERT. RESERVISTA 01 019 205284 2

CART. MOTORISTA 30 6152037

OUTUBR/1988

CREA GLA 4321 / 691

3ª REGIÃO CROSS

RELEN Nº 2392E19

GOLDF N.º 2392E19

PASSAPAS Nº 348548

QUALISIPOL Nº 348548

G. SANGÜÍNEO "O"

TAMANHO REAL 9,5 x 6,5 cm

Apenas Cz\$ 400,00

UTILÍSSIMO

Formulário de pedido de Cartão de Identificação Pessoal



Distribuidora RAGAZZI

Nº PEDIDO _____ CÓDIGO _____ DATA ENTRADA _____ DATA SAIDA _____ DATA RECEB. _____

Rua do Riachuelo, 42 - Sobreloja - Ed. Ragazzi - Caixa Postal 11070 - Rio de Janeiro - RJ

NOME _____ Preencha este formulário em letra de forma, usando um quadro para cada letra.

ENDEREÇO _____

AVISAR EM CASO DE EMERGÊNCIA

NOME _____ TELEFONE _____

CART. DE IDENTIDADE Nº _____ DO ÓRGÃO _____ EST. _____ CPF Nº _____ CONTROLE _____ CERT. RESERV. _____ CAT. _____

CART. TRABALHO _____ SERIE _____ T. ELEITOR Nº _____ ZONA _____ EST. _____ CART. MOTORISTA Nº PRONTUÁRIO _____ EST. _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES (Cartões de Créditos, N.º Contas Bancárias, alergias, RH e outras se você precisar)

Solicito a emissão do meu Cartão de Identificação Pessoal na condição de pagamento abaixo assinalada (marque com "X")

- A vista — Estou remetendo cheque ou vale postal no valor de Cz\$ 400,00 para a agência central dos Correios, Rio de Janeiro.
- Pelo Cartão de Crédito — Prefiro debitar o valor no meu cartão: _____
- Pelo Reembolso Postal — Pagarei ao retirar, o valor acrescido das despesas postais.
- Nome do cartão _____
- N.º _____
- Assinatura _____

PARA PEDIDOS ADICIONAIS, TIRE XEROX DESTA FORMULÁRIO

Acerte sua vida.



Prêmios para quadra, quina, Sena, Sena anterior

Acerte na Sena.



e Sena posterior. Aposta única: 60 cruzados.

Todo mundo está perguntando.

SENA? O que é SENNA?

É o rio da França?

É cena de filme?

Não é nada disso.

SENA é uma nova Loteria de Números, onde você só pode apostar 6 números.

O que dá a todo mundo as mesmas chances de ganhar.

Quem acerta os 6 números sorteados faz a sena.

É fatura milhões de cruzados.

Ganha também quem fizer a **quadra**, a **quina**, a **sena anterior** e a **sena posterior**.

Sena anterior é o acerto de cada um dos números imediatamente anteriores a cada um dos números sorteados.

Sena posterior é o acerto de cada um

dos números imediatamente posteriores a cada um dos números sorteados. Veja o quadro.

COMO CONFERIR SEU JOGO EXEMPLO

DEZENAS SORTEADAS: 05 12 17 26 39 46

| SENA ANTERIOR | SENA | SENA POSTERIOR |
|---------------|-----------|----------------|
| 04 | 05 | 06 |
| 11 | 12 | 13 |
| 16 | 17 | 18 |
| 25 | 26 | 27 |
| 38 | 39 | 40 |
| 45 | 46 | 47 |

Fácil, não?

Assim, todo mundo que vivia raspando a sorte tem agora mais chances de ganhar.

Também pode ocorrer da SENNA acumular. Tanto na sena como na sena anterior e na sena posterior.

Não se esqueça. Você tem a semana inteira para apostar.

E o sorteio é toda segunda-feira.

Ficou mais fácil acertar sua vida.

Acerte na SENNA.

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**


Anuncie aqui

CADERNOS DO
terceiro mundo

Niemeyer
os 80 anos
de um gênio

Angola
avancando
apesar da guerra

A INFORMÁTICA



É NOSSA

O MUNDO,
VISTO PELO
TERCEIRO MUNDO

TRICONTINENTAL EDITORA (LISBOA)
EDITORA TERCEIRO MUNDO (RIO DE JANEIRO)
PERIODISTAS DEL TERCER MUNDO (MEXICO)



GUIA DO TERCEIRO MUNDO

HISTORIA • GEOGRAFIA • ECONOMIA • POLITICA

É mídia certa

O TERCEIRO MUNDO VISTO PELO
PRÓPRIO TERCEIRO MUNDO PARA
350 MIL LEITORES QUE DECIDEM
O PRESENTE E O FUTURO DE SEUS POVOS.
SÃO CERCA DE 3 BILHÕES E MEIO
DE PESSOAS QUE ESTÃO EMERGINDO
COM DETERMINAÇÃO.

VOCÊ NÃO PODE FICAR DE FORA
DESTE MERCADO.
ENTRE PELA PORTA CERTA.

Jornalismo independente há 14 anos – circulação em 70 países

Mais de 300 antibióticos, anti-sépticos, anticoncepcionais, vitaminas etc., considerados perigosos, constam da lista negra da ONU

desses produtos, afirma a ONU.

Entre os analgésicos questionados, a "lista negra" menciona o *acetaminofel*, que pode atingir o fígado; a *dipirona*, que afeta a medula óssea e gera deficiências metabólicas; e a *propifenazona* (vendida como *cibalena* e *tonopan*) que provoca anemia.

Dos antibióticos, suspeita-se de que o *clorafenicol* provoque a leucemia e cause danos à medula óssea. Retirada do mercado, nos países do Norte, por sua "ineficácia", a *tetraciclina* (em xarope) prejudica o desenvolvimento ósseo das crianças e afeta as mulheres grávidas. O *clorofórmio* – anestésico antigo e já descartado das salas de operação – continua sendo vendido, embora já tenha sido comprovado que é agente cancerígeno. Entre os gastrointestinais, a *donpiridona* e a *fenoltaleína* podem causar problemas cardíacos e dermatites.

Em 1972, segundo o relatório da ONU, 30 crianças francesas morreram ao usar um talco que continha, em excesso, um produto chamado *hexaclorofeno*, também muito utilizado em desodorantes, pastas de dente e cosméticos. Outro medicamento que pode afetar o sistema nervoso das crianças é o *loperamida*, usado como gastrointestinal. O *nandrolona* é recomendado pelos laboratórios como estimulante do apetite e até para combater a desnutrição. A locu considera essa publicidade "inaceitável e imoral".

O *trazodona*, receitado para equilibrar o sistema nervoso, está proibido em alguns países desenvolvidos porque provoca o câncer, e o *triazolam*, recomendado como sedativo, provoca paranóia, pesadelos e sentimentos suicidas, segundo a ONU.

Na "lista negra" há também um grupo de produtos hormonais, receitados para compensar as deficiências das glândulas endócrinas. Os países desenvolvidos advertem de que não há provas de sua eficácia e segurança. É o caso da *prasterona*, a *testosterona* (hormônio masculino) e os *estrógenos* (hormônio feminino), suspeitos de causar o câncer.

E o até há pouco tempo inocente *ácido bórico*, muito usado em produtos de beleza e colírios para os olhos, também aparece como causas de reações tóxicas, perturbações circulatórias, convulsões e até morte.



Indústria farmacêutica alemã: muitos dos produtos comercializados pelas transnacionais no Terceiro Mundo estão proibidos nos EUA e na Europa

Misturas perigosas

A "lista negra" da ONU contém também 52 combinações de produtos farmacêuticos, cujo uso pode ser desastroso para a saúde do ser humano se forem receitados erroneamente ou ingeridos pela tão difundida automedicação. A maior parte dessas combinações é criada pelos laboratórios "para evitar um eventual controle de preços ou para dar uma nova imagem a um produto velho".

O ácido acetil-salicílico com cafeína, antibióticos com corticóides, anti-histamínicos com anti-diarréicos, estrógenos com testosterona, penicilina com tetraciclina figuram entre essas misturas perigosas.

"O caos no sistema farmacêutico mundial já chegou a um ponto intolerável", enfatiza o especialista da ONU. Lomeli fundamenta essa afirmativa em uma contundente estatística: no mercado internacional existem, mais ou menos 50 mil marcas comerciais para aproximadamente 700 composições químicas, que formam a base da medicina moderna. Ou seja: uma média de 70 nomes para cada composição.

"A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece apenas 254 medicamentos essenciais, suficientes para enfrentar os problemas de saúde de qualquer país", assinala o especialista. ●

na (ácido acetil-salicílico) é responsável, em 10% dos casos, por todas as reações negativas a medicamentos registradas em hospitais do Ocidente. Outros produtos são receitados para curar um mal, mas acabam provocando outros", assegurou o técnico.

Especialistas que não trabalham em laboratórios das empresas transnacionais comprovaram, por exemplo, que 80 a 90% de algumas infecções são resistentes a um ou mais antibióticos. A causa é "o extenso e indiscriminado uso"

EUA EXPORTAM ALIMENTOS CONTAMINADOS

Durante este ano, 500 mil quilos de inseticidas serão lançados sobre as frutas e verduras produzidas na Califórnia. Desses produtos químicos, 28 foram considerados cancerígenos pelo governo norte-americano e o restante, em sua maioria, nunca foi submetido a nenhum teste. Quase todos esses inseticidas são "sistêmicos" e não-superficiais, o que significa que não se diluem com a chuva ou a irrigação.

David Martínez, dirigente da organização Agricultores Unidos da América (UFW), com sede na Califórnia, afirmou que a colheita este ano constitui "um desastre em potencial". "Neste momento, estão sendo utilizados mais inseticidas do que nunca. Estamos frente a uma quantidade completamente desconhecida e perigosa", acrescentou Martínez, de 36 anos, tem 20 de experiência na luta da UFW contra a utilização de inseticidas na agricultura.

Segundo essa organização, outros produtos cancerígenos são utilizados para desinfetar frutas e verduras californianas. Além disso, se utilizam substâncias que podem causar alergias crônicas, defeitos congênitos e mutações genéticas.

Segundo Martínez, esta situação afeta mais o Terceiro Mundo: "Os Estados Unidos exportam o pior para América do Sul e para o resto dos países subdesenvolvidos", revela.

A CRISE PROVOCA DESNUTRIÇÃO INFANTIL

Estudos realizados por diversas instituições mexicanas e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que a recessão e a crise econô-

mica são as principais causas da diminuição do gasto em alimentos dentro do orçamento familiar, assim como dos níveis de desnutrição que afetam 50% da população infantil do México.

Durante os últimos cinco anos, a maioria da população sofreu um retrocesso drástico nas suas condições de nutrição, voltando praticamente à mesma situação alimentar de 17 anos atrás. As causas do fenômeno são atribuídas ao baixo poder aquisitivo dos salários e aos altos índices de inflação (130% ao ano), que obrigam a diminuir os gastos com alimentação.

Segundo um boletim da Organização Mundial de Saúde, 50% da população infantil mexicana padecem de desnutrição, situação que condena milhões de crianças a morrerem antes de completarem um ano de idade e muitas outras antes dos cinco anos. A causa está na situação sócio-econômica. O poder aquisitivo do salário mínimo caiu, em 10 anos (de 1976 a 1986), quase 50%, enquanto que a inflação alcançou uma média de 105,7%, segundo a Comissão Nacional do Salário Mínimo e do Banco do México.

CHILE: ADOLESCENTES GRÁVIDAS

Durante o ano de 1979, o governo eliminou toda publicidade oficial sobre o uso de métodos anticoncepcionais, devido à queda da taxa de natalidade. Os consultórios do Sistema Nacional de Serviços de Saúde (SNSS) só dão anticoncepcionais quando expressamente solicitados.

Isso tem ocasionado um aumento enorme de gravidez em adolescentes, fenômeno que foi qualificado de "gravíssimo" pelo especialista em medicina social e preventiva, dr.

Benjamin Viel Vicuna.

De acordo com a informação oficial, em 1950, 33% das mulheres grávidas eram solteiras e menores de 20 anos. O último censo do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) mostra que em 1984 esse índice subiu para 55%. "Isso significa - disse Viel - que cerca de 20 mil crianças nascem a cada ano sem proteção paterna, e de mães despreparadas psicologicamente para assumir seu papel como tais".

Para Viel, trata-se de um problema de política educacional, já que a informação científica não faz parte dos programas educativos. "A mulher deve ser livre para escolher o momento em que quer ser mãe e o casal somente deve gerar aqueles filhos que poderá alimentar e educar sem grandes dificuldades", assinalou.

A Associação de Proteção à Família (Aprofa) iniciou sua campanha de planejamento familiar, há 22 anos, e seu trabalho contribuiu para a queda da taxa de mortalidade infantil e materna de 95,4 casos por mil nascidos vivos em 1965, para 19,7 por mil em 1985.

Para evitar as consequências de uma gravidez indesejada é necessária uma educação sexual que hoje está muito longe de ser satisfatória. É preciso saber quais os métodos contraceptivos existentes, a sua eficácia, os efeitos secundários que poderão ocorrer e qual a ética do seu uso. "A falta de informação é o que cria o risco", enfatiza o médico.

Antes da Aprofa iniciar sua campanha de planejamento familiar, 50% da mortalidade materna se originavam nos abortos ilegais. "Deve-se evitar o aborto", diz Viel. "A morte da mãe e os nascimentos não-desejados devem ser evitados, sob pena de nascerem crianças marginalizadas, que não recebem afeto e muitas vezes são condenadas à desnutrição".

A destruição dos recifes

A extração de areia e corais para a indústria de construção civil deixa o litoral indefeso frente à ação do mar

Carol Aloysius



A pesca artesanal é uma das atividades prejudicadas pela destruição do litoral

Todo o litoral de Sri Lanka está cedendo à medida que a areia e os recifes de coral são consumidos pela indústria de construção civil, deixando o solo exposto à ação inexorável das marés. Calcula-se que na região sul, nos distritos de Colombo, Kalutara e Galle, 76% da costa apresentem maiores índices de erosão que a média em outras partes do país.

As autoridades, ao mesmo tempo que reforçam a costa com um quebramar de cimento e rochas, estão empenhadas numa batalha perdida contra a principal ameaça ao ecossistema natural: a extração de areia e corais. O roubo dos recifes, assim como a extração de areia dos rios, trabalho executado por pessoas contratadas pela indústria de construção civil, não é um fenômeno novo no Sri Lanka.

Os efeitos mais devastadores são sentidos em toda a faixa litorânea do território, ameaçando a subsistência das comunidades que ali habitam. Cada que vez que chega a época das chuvas, centenas de pescadores abandonam suas casas para protegerem-se da fúria do mar.

A erosão marítima também causou graves danos aos edifícios, hotéis e ruas construídos na costa; provocou a desvalorização das terras vizinhas e acarretou uma grande distorção no sistema de pesca e navegação. Calcula-se que,

ao longo do trecho que se estende entre Kalpitiya e a Baía Parque Nacional Yala, a erosão, facilitada pela extração de areia e corais, destrói anualmente de 175 mil a 285 mil metros quadrados de terra.

Alternativas para os trabalhadores

O Departamento para a Conservação do Litoral (DCL) calculou que a extração de corais emprega em torno de 200 mil pessoas, enquanto que a de areia ocupa 1.900 trabalhadores. O coral é a principal fonte para a fabricação de cal na indústria de construção civil do país. Também é utilizado como fertilizante barato para solos ácidos.

Em Sri Lanka, os recifes de coral estão dispostos em faixas próximas do litoral e desempenham um papel muito importante para a sua estabilidade, ao atuar na dispersão da energia das ondas. Por outro lado, por se acharem perto das praias, estão vulneráveis à exploração humana.

Tradicionalmente, só eram explorados os sedimentos depositados na costa. Mas, com a rápida expansão da indústria de construção civil, no final da década de 60 e princípio da de 70, a extração aumentou e atingiu os recifes mais distantes que serviam de barreira natural para a contenção das marés, ao longo de todo o litoral.

Um estudo feito pelo DCL revelou que, da costa dos distritos de Ambalagoda e Dickvella, já foram extraídas 18 mil toneladas de coral. O Departamento de Conservação do Litoral apresentou um projeto ao Ministério da Pesca, com o objetivo de ser cumprida a legislação existente, proibindo a extração de areia e coral. Para isso, uma das metas é proporcionar fontes alternativas de emprego para os trabalhadores atualmente ocupados nessa atividade e tomar medidas para a reabilitação de todo o litoral afetado pela erosão.

Os trabalhadores já estão sendo orientados para a pesca nos rios e para a criação de camarões. Muitos deles aceitaram as novas alternativas que lhes foram apresentadas, porém outros ainda terão que ser convencidos a mudar seu meio de vida.

Para a proteção das áreas afetadas pela erosão, foi posto em prática um novo método que consiste na "realimentação" do litoral com areia de mar aberto. "Esse método teve excelentes resultados em diferentes lugares do mundo e esperamos que também tenha êxito em nosso país", afirmou um porta-voz do Departamento de Conservação do Litoral.

Fotos: J. P. Hein/ONU

NOTAS

A PESCA DO "KRILL"

Um estudo das Nações Unidas, que faz previsões sobre as reservas alimentares para o século XXI, atento ao problema do crescimento demográfico, dá um valor especial ao *krill*, um pequeno crustáceo – semelhante ao camarão até no gosto –, que existe em enormes quantidades no oceano Antártico.

Alguns países já superaram a etapa de simplesmente calcular o valor nutritivo do *krill* e começaram, há alguns anos, sua pesca e aproveitamento integral. É o caso do Japão, que utiliza grandes frotas pesqueiras no mar Antártico, e da URSS, que foi pioneira nessa pesca e já passou à fase industrial.

O Brasil mantém equipes científicas ocupadas com o *krill*, mas ainda não começou a exploração em escala econômica do pequeno crustáceo, que cientificamente leva o nome de *Euphasia superba* e não chega a sete centímetros de comprimento. Por motivos ecológicos, os cientistas vêm em alarmados a captura intensiva desse habitante dos mares do sul.

Os países mais desenvolvidos em termos de indústria pesqueira – particularmente a União Soviética e o Japão –, embora tenham certos cuidados ecológicos, não se preocupam muito com a espécie, estimulados pela rápida reprodução do crustáceo. Nos últimos anos, a reprodução do *krill* se beneficiou da paulatina extinção da baleia. Uma baleia – cujo alimento preferido é o *krill* – pode comer diariamente centenas de quilos do crustáceo. Por vários motivos, mas principalmente por causa da pesca predatória, outros comedores de *krill* estão em processo de constante diminuição. É o caso do polvo, da foca, do pinguim e diversas aves marinhas.

A assombrosa dimensão dos cardumes de *krill* é explicada pela longevidade que caracteriza as espécies que vivem nos mares da Antártida. Cada exemplar dura de quatro a seis anos. Existem cardumes de vários

quilômetros de comprimento. Apesar da pesca do *krill* estar apenas começando, calcula-se que sua captura anual poderá chegar breve aos 100 milhões de toneladas anuais.

Se o *krill* ainda não se tornou um alimento de primeira necessidade para consumo humano, é por causa da quantidade de flúor que se acha entre a carapaça e o músculo do crustáceo.

O consumo direto em quantidades consideráveis exigiria uma tecnologia



A pesca indiscriminada causa estragos em todos os mares do planeta

que ainda não existe ou um tratamento muito caro.

Por esse motivo, o *krill* é utilizado basicamente como alimento para animais, aproveitando-se assim o seu elevado conteúdo protéico e suas gorduras de alta qualidade.

Os soviéticos estão na vanguarda em tudo que se refere ao aproveitamento integral do *krill*. Da carapaça, extraem a quitina e, desta, o *chitozan*, substância muito utilizada para fins industriais. •

CHILE: PESCADORES DEFENDEM ESPÉCIES EM EXTINÇÃO

A Federação de Pescadores Artesanais do Sul do Chile iniciou uma campanha em defesa dos recursos marinhos, em especial das espécies

em perigo de extinção, em consequência da exploração indiscriminada. A Federação, que reúne pescadores de algas, moluscos e peixes, criou o Comitê Coordenador de Defesa dos Recursos do Mar, com o objetivo de promover a criação de entidades semelhantes em todo o país.

A iniciativa dos pescadores artesanais se soma à advertência e denúncias de biólogos marinhos e organizações ecologistas sobre a de-

predação de recursos ictiológicos, causada por uma exploração excessiva. Esse fenômeno foi estimulado por uma intensa política de promoção das exportações de pescado aplicada pelo governo de Pinochet, dado os altos preços desses produtos nos Estados Unidos e Europa.

Um dirigente dos pescadores, Arturo Paredes, afirmou que alguns tipos de algas foram praticamente exterminadas, enquanto que *el loco*, um delicioso molusco dos mares chilenos, se extinguirá em muito pouco tempo, se não se aplicar proibições rígidas à sua pesca.

Algo semelhante ocorre com o ouriço e a merlusa, afirmou Paredes. "Se não tomarem medidas de controle no tamanho dos peixes capturados, em um ou dois anos essas espécies também se extinguirão".

Combate à salinização

No planalto norte da China, está sendo realizado com êxito um projeto de dessalinização de terras, baseado na participação e gestão dos camponeses

Essma Ben Hamida

China, com apenas oito por cento do total de suas terras cultiváveis, tem que alimentar os 22% da população mundial, que vivem em território chinês. Por essa razão, qualquer pedaço de solo fértil que perca, representa um perigo para a produção de alimentos do país. Uma grande extensão de terra, pronta para ser semeada, encontra-se atualmente sob ameaça de salinização. Só no planalto norte, onde está localizada a quarta parte das terras férteis do país, existem seis mil hectares afetados pela salinização.

Quando começam a aparecer manchas de sal na superfície, o rendimento do solo cai e a terra torna-se estéril. Trata-se de um problema secular, que até hoje afeta o meio ambiente e diminui o rendimento agrícola de muitas regiões da Ásia, África e América Latina.

Paisagem lunar

Na aldeia de Wang Zhuang, no estado de Hebei, no planalto norte da China, Juo Chang En ganha a vida processando o sal em uma vasilha de barro cheia de vapor. Trabalha cercado de uma paisagem com características quase lunares: vertentes profundas e pequenos montículos de terra se espalham por todos os lados; algumas moitas de capim são a única vegetação que consegue germinar neste solo salinizado.

Agora, se se olha para o horizonte, vê-se uma linha de bosques verdes que



A China tem que alimentar 22% da população mundial

margeia campos com plantações de trigo, hortaliças e árvores frutíferas. O pequeno canteiro lunar foi preservado propositadamente para que as gerações futuras saibam como era a região e cuidem da terra para garantir sua fertilidade.

Dois dos municípios mais pobres do estado de Hebei – Nanpi e Quzhou – são os mais afetados pelos pântanos e pela salinização em combinação com períodos de seca. Os mais velhos lembram as sucessivas épocas de fome, especialmente a de 1943, que forçou a população a emigrar para não morrer de inanição. A única forma de conter o êxodo

rural, de reduzir a pobreza dos camponeses e de reverter o desastre ecológico, é fazer com que as terras voltem a ser produtivas.

“Este país não tem outra alternativa senão melhorar a fertilidade das terras aptas de que dispõe atualmente”, afirma Ferdinand Stoces, um especialista das Nações Unidas em desenvolvimento agrícola da China. Duas experiências-piloto realizadas nos últimos anos da década de 70, pelo Instituto Agrícola de Beijing (Pequim), demonstraram que a situação desesperadora em que se encontram grandes regiões do planalto norte da China pode ser revertida.

Guerra ao sal

Em 1982, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), com sede em Roma, autorizou um empréstimo de 25 milhões de dólares para facilitar o lançamento de uma campanha integral de combate à

salinização de terras. O governo chinês doou 26 milhões de dólares para a mesma finalidade e o Programa Mundial de Alimentos (WFP) proporcionou uma assistência em alimentos, avaliada em oito milhões de dólares, para financiar os camponeses que trabalham na construção de obras de infra-estrutura agrícola. Toda a mão-de-obra disponível nas aldeias foi mobilizada. Homens, mulheres e crianças; velhos e jovens, agricultores e não-agricultores somaram esforços para construir canais de irrigação e drenagem e plantar novas árvores.

Desde o início dos trabalhos, foi re-



Toda a mão-de-obra disponível das aldeias foi mobilizada para aumentar a produtividade da terra

recuperada a metade dos 18 mil hectares de terras afetados pelo sal: 10 mil foram aplainados e nove mil foram incorporados ao sistema de irrigação. Cinco mil hectares, que antes eram inaproveitáveis, foram transformados em prados e bosques. Ampliou-se o sistema de eletrificação rural e água potável para atender as 238 aldeias localizadas na área do projeto e criaram-se duas escolas agrotécnicas, de nível secundário, para capacitar os agricultores mais jovens e os trabalhadores especializados.

Concessão das terras recuperadas

Todo esse esforço não teria trazido tão bons resultados, se não fosse o papel desempenhado pelo revolucionário sistema de "responsabilidade familiar",

incorporado pelos chineses para substituir o velho sistema de comunidades rurais. Já aplicando o novo esquema de organização do campo, as terras recuperadas foram concedidas a cada uma das 45 mil famílias de Nanpi e Quzhou, proporcionalmente ao tamanho do grupo familiar e à sua capacidade para a lavoura.

Com o objetivo de diversificar a produção e estimular os produtores, cada família pode escolher o que quer plantar, levando em consideração o que acha mais produtivo e rentável. Depois de entregar a parte do governo, cada unidade produtiva familiar pode vender, a preços mais altos, no mercado livre, o que sobrar de sua colheita. Esse incentivo estimula os agricultores a produzir mais para ganhar mais. A maior parte

das verbas provenientes do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) foi utilizada para conceder empréstimos, com juros baixos, aos agricultores, individualmente, ou às aldeias, coletivamente.

Mudar o microclima

Os empréstimos – quase todos pagos em dia – possibilitaram a compra ou aluguel de máquinas, ferramentas, motores diesel e tratores, assim como pesticidas, fertilizantes e sementes de melhor qualidade. Uma vez restituído, o dinheiro volta a ser emprestado às aldeias para o estabelecimento e desenvolvimento de pequenas empresas, que geram empregos.

"Ainda é muito cedo para avaliar os resultados do projeto. No entanto, acho que podemos afirmar que a salinização tem sido substancialmente reduzida e os bosques estão num processo que vai mudar o microclima", afirma Li Yunchu, professor do Instituto Beijing e diretor de um posto experimental que pertence ao projeto. A produtividade agrícola para o milho, sorgo e cevada aumentou em 92%. O cultivo do trigo passou de 1,5 tonelada por hectare em 1982 para 3,9 toneladas por hectare em 1986.

"Atualmente produzimos uma quantidade importante de alimentos. Mais do que podemos consumir. Portanto, vendemos uma parte ao Estado e armazenamos outra", afirma Wang Xing Lan, um ex-produtor de sal que, em 1982,



Os agricultores recebem empréstimos para compra ou aluguel de ferramentas e sementes

recebeu quase um hectare de terra onde plantou trigo e hortaliças. Como a maior parte dos agricultores entrevistados, Yao Fu admite que a mudança se deveu à política correta aplicada e à assistência recebida do Fida; mas, ao contrário de outros camponeses que, humildemente, se esquecem de que são os principais atores e arquitetos do sucesso, Yao Fu afirma: "Nós, produtores agrícolas, trabalhamos duramente para conseguir essas mudanças".

Um exemplo desse esforço é Li



Uma pausa no trabalho de irrigação

escrupulosa integridade do povo chinês – tanto os camponeses como os funcionários do governo não têm contas em bancos suíços.

Os produtores rurais desse país, além de serem muito trabalhadores, criaram suas técnicas de exploração agrícola ao longo de muitas gerações. "Eles precisam conseguir os meios para aplicar suas habilidades produtivas inatas e as novas técnicas que aprenderam", afirma o funcionário do Fida.

A salinização da terra muitas vezes



As técnicas agrícolas tradicionais contribuem para o sucesso do programa de recuperação do solo

Xiang Qing, uma mulher de 38 anos. Levanta-se às seis horas da manhã e passa o dia todo trabalhando no campo, cuidando dos seus filhos e alimentando os animais, além de fazer as tarefas domésticas. Li nunca volta para sua casa antes das sete da noite. "Nós trabalhamos muito e ganhamos muito pouco. Porém, agora nosso nível de vida melhorou. Se for necessário, estou disposta a trabalhar mais", nos disse.

Talvez a mobilização dos agricultores seja o principal fator para explicar o êxito da luta contra a salinização da terra, mas não é o único. A direção do projeto foi descentralizada, com responsabilidades divididas em diferentes níveis e há pouca burocracia na relação entre o governo central e os estados, municípios, povoados e aldeias. O sistema de "responsabilidade familiar" contribuiu para aumentar, ao mesmo

tempo, a produção rural, a receita dos camponeses e o bem-estar dos produtores através de diferentes incentivos. Isso foi um fator importante para o sucesso das medidas.

Stoces, supervisor do projeto do Fida para a China, afirmou que "quase todos os planos de desenvolvimento aplicados neste país têm tido sucesso. O sistema político contribui para que não haja o 'favoritismo' entre os diferentes setores da economia e das diversas áreas do país. De acordo com o novo método, as decisões não são impostas pelo governo central, mas tomadas pelos interessados diretos".

Decisão política e honestidade

Segundo Stoces, outro fator que contribui para o sucesso dos projetos é a predominância da decisão política e a

ocorre por causa da irrigação inadequada. Calcula-se que a recuperação das terras salinizadas fica mais barata do que continuar a construção de novos sistemas de irrigação e é mais efetiva para o aumento da produção de alimentos.

O projeto de combate à salinização, aplicado no estado de Hebei, pode servir, tecnicamente falando, para todo país, em qualquer parte do mundo, que estiver enfrentando um problema parecido com esse. "O que não será tão fácil encontrar é o elemento humano e a capacidade gerencial que tornaram possível seu êxito na República Popular da China", afirma Shao Yu, segundo homem na hierarquia administrativa do estado de Quzhou.

Fotos: FAO; Gubb-JB Pictures



Porta aberta à esperança

O primeiro centro de reabilitação de mulheres da Nicarágua não tem trancas de ferro nem guardas armados e está preparado para ajudar as detentas a reintegrarem-se na sociedade

Isabel Rodriguez

No final do ano passado foi inaugurado, perto de Manágua, um centro de reeducação de mulheres que cumprem penas por diversos tipos de delitos. A penitenciária, cujo nome é "A Esperança", está projetada segundo as concepções mais modernas em matéria de política carcerária e criminologia. Um dos pilares do sistema penitenciário dessa nação centro-americana é o princípio de que os delinquentes podem ser reeducados, permitindo sua reintegração à sociedade, como cidadãos úteis.

O Centro é uma granja onde se vive com liberdade, à qual todas as mulheres condenadas poderão ter acesso, independente da gravidade do delito cometido: "Desejamos um sistema peniten-

ciário modelo, não para exibi-lo, mas por princípios humanos que estão de acordo com a nossa maneira de ser", disse o comandante Tomás Borge, ministro do Interior do governo sandinista, ao inaugurar o presídio de mulheres.

O estabelecimento tem capacidade para 120 presas, em uma área de 2.143 metros quadrados. Em cada pavilhão, com janelas envidraçadas, decoradas com cortinas feitas por elas mesmas, poderão conviver até 24 mulheres. Os dormitórios têm banheiro com cucha e vaso sanitário. Um espaçoso refeitório com mesas de madeira e enfeitado com flores, uma sala de televisão, uma pequena lanchonete e uma piscina completam a casa de reabilitação penal, que no passado pertenceu a um funcionário do regime somozista.

"A Esperança", situada na estrada que liga a capital à cidade de Masaya,

conta ainda com um ateliê de costura, com 30 máquinas doadas por uma organização não-governamental irlandesa. As presas trabalham oito horas por dia e fabricam peças para exportação, trabalho pelo qual elas receberão uma boa remuneração que será entregue a suas famílias.

Futuramente, afirmou o ministro Tomás Borge, elas mesmas poderão desenhar os vestidos que confeccionarem e existem planos para abrir uma fábrica de produtos de beleza e outro ateliê, de trabalhos manuais. As detentas terão direito a receber visita de seus maridos e amigos, assim como de familiares, durante todo o domingo.

O estabelecimento inaugurado é parte de um esforço para transformar em realidade o princípio adotado, pelos nicaraguenses, para seu sistema penitenciário: não se considera a prisão co-



Tomás Borge: ministro do Interior

mo um lugar de vingança da sociedade contra os infratores, mas como um centro de reeducação. Por isso, as guardas de "A Esperança" - chamadas "combatentes" - não usam armas. "Esperamos que elas sejam um exemplo de solidariedade no tratamento com as internas e que estas tenham uma conduta exemplar", disse Borge.

Durante a inauguração, as presas permaneceram em uma pequena praça ao ar livre. Blanca Eli Moraga, de 20 anos, conta que há dois anos foi detida com outros companheiros pela polícia hondurenha, perto da fronteira do Espino. Depois, quando foi libertada e voltou à Nicarágua, foi presa e acusada de traição.

Tere Rodriguez, 30 anos, cumpre pena de um ano de reclusão por porte de drogas e durante o tempo que permanecer no centro de reabilitação trabalhará na fábrica de bonecos. "Aqui nosso horário começa às cinco e meia da manhã para fazer a limpeza das instalações. Logo depois temos que tomar banho e o café-da-manhã. Começamos a trabalhar no ateliê às oito da manhã e paramos ao meio-dia. Descansamos duas horas e, em seguida, iniciamos o turno da tarde", explicou.

"Temos um bom tratamento"

Sofia Mayorca, 37 anos, mãe de quatro filhos, cumpre pena de três anos de reclusão por posse ilegal de ouro. Ao se referir ao novo centro de reabilitação, disse que se sente "útil" e, embora não conheça as normas que regerão a vida na nova prisão, acha que ali estará melhor do que em seu centro de detenção anterior. Sofia, que tem o segundo grau e é modista, desenhista e bordadeira,

disse que não tem nenhuma queixa das guardas.

Também Eva Martínez Salcedo, de 56 anos, declarou que não tem nenhuma queixa das funcionárias do presídio. Disse que confia nela, apesar de ser acusada de colaborar com a contra-revolução, emprestando sua casa para reuniões de pessoas interessadas em formar uma frente interna da "contra", em Jalapa, ao norte do país. Martínez deve cumprir uma pena de sete anos e é a chefe da fábrica de bonecos que fica na granja onde se localiza o centro de recuperação. Um dos seus filhos está

prestando serviço militar e outros dois trabalham para o Estado. "Inclusive meu marido não foi prejudicado", afirmou e explicou que tem 35 hectares de terra, gado e plantação de arroz.

Na Nicarágua, existem 7.733 presos, segundo informou o ministro do Interior. Destes, 1.590 foram julgados por delitos contra-revolucionários, 1.873 são ex-guardas somozistas, sendo que 50% dos presos são réus comuns. Do total de presos de todo o país, 194 são mulheres detidas por diversas causas. ●

Foto p. 44: María Morrison

NOTAS

CUBA: AUMENTA A ESPERANÇA DE VIDA

Cuba tem hoje um dos menores índices de fecundidade da América Latina, um fato que os especialistas atribuem à intensa participação da mulher na vida social, ao maior nível cultural e escolar, ao desenvolvimento do sistema de saúde e à ruptura dos laços que mantinham a mulher numa situação de dependência.

Segundo dados mais recentes, a taxa bruta de reprodução apresenta, desde 1978, uma tendência decrescente. A média de idade dos cubanos aumentou em dois anos e seis meses, desde o censo de 1981 e chegou a 31,8 anos. Esse aumento se deve, basicamente, à diminuição da taxa de mortalidade (6,2 mortes em cada grupo de mil habitantes, em geral, sendo o índice de mortalidade infantil de 13,6 por mil). A esperança de vida ao nascer é de 74 anos, uma das mais altas do mundo.

ÍNDIA: PROIBIDA A IMOLAÇÃO DE VIÚVAS

O Parlamento da Índia aprovou uma lei que proíbe, sob pena de morte ou prisão perpétua, o *sati*, uma antiga prática da religião hinduísta de

queimar vivas as viúvas na pira fúnebre de seus esposos.

A lei foi promulgada depois que a opinião pública reagiu diante das notícias de um caso desse tipo ocorrido em setembro de 1987, quando uma jovem viúva foi sacrificada no pequeno povoado de Deorala, no estado de Rajasthan, a oeste do país. Segundo fontes oficiais, o incidente de Deorala "despertou a preocupação em todo o país diante de um eventual surgimento dessa prática social erradicada há muitos anos".

Embora alguns informes iniciais afirmassem que a imolação de Roop Kanwar, uma jovem viúva de 18 anos, tenha sido voluntária, investigações posteriores demonstraram que ela tinha sido coagida por pressões familiares e da comunidade, assim como por motivos políticos e religiosos.

O *sati*, que foi proibido nos estados de Bengala e Madrás, durante a época da colonização britânica, foi considerado "uma monstruosidade" por várias parlamentares indianas, que denunciaram a existência de documentos históricos que demonstram que as viúvas, em diversas ocasiões, foram drogadas e obrigadas a se suicidarem, queimando-se vivas.

III Encontro Continental

Reunião de mulheres latino-americanas discutirá a dívida externa e as lutas femininas no contexto da crise que o continente atravessa

No decorrer deste ano, provavelmente no segundo semestre, será realizado o 3º Encontro Continental de Mulheres, em Havana, Cuba, de acordo com a decisão tomada em 1987 pelo secretariado da Frente Continental de Mulheres contra a Intervenção (FCM), que promove a reunião. Trata-se, segundo as organizadoras, de propiciar um espaço "onde nós, mulheres, possamos falar dos problemas que afetam nossos países e nós mesmas", para incorporar essa experiência aos processos de luta social. "Será um evento pluralista, democrático e participativo", afirmam.

O tema a ser debatido no Terceiro Encontro Continental é "A mulher e os anos 80 na América Latina e Caribe: avaliação, perspectiva e desafios". Dentro desse tema global, se analisarão as formas de organização da mulher, a vinculação dos grupos de mulheres com outros setores sociais, a mulher frente à crise (e o peso dela, tanto no setor urbano quanto no rural), a situação da mulher em relação aos meios de comunicação, os projetos de comunicação popular de mulheres, as estratégias de sobrevivência e a dívida externa. E, por fim, o direito à vida e à solidariedade.

Para que os temas propostos sejam tratados a fundo, se formarão grupos de trabalho e, por último, todas as análises e propostas serão levadas a uma sessão plenária.



Um espaço aberto para a discussão dos problemas da mulher latino-americana



Comandante Doris Tijerino

A Frente Continental: um instrumento

A Frente Continental de Mulheres contra a Intervenção, que promove o encontro de Havana, foi criada em março de 1982 em Manágua, Nicarágua, após a realização de uma reunião de mulheres latino-americanas. Nessa

oportunidade, surgiu a idéia de se criar uma comissão de coordenação das lutas femininas diante da agressão que o continente sofre nos planos político, econômico, diplomático e social. Representantes de vários países (México, Estados Unidos, Nicarágua, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Panamá e Venezuela) foram escolhidas para formar o comitê organizador.

O 1º Encontro Continental de Mulheres se realizou em junho de 1985 em Havana, Cuba, com a participação de 296 delegadas de 27 países do continente. (Ver **terceiro mundo** nº 80, "A década da mulher"). A coordenadora da Frente Continental de Mulheres é a comandante nicaraguense Doris Tijerino¹, com uma rica história de luta na Frente Sandinista e uma atuação marcante no governo, onde, entre outros cargos, exerceu o de Comandante da Polícia. O 2º Encontro se realizou em Manágua, em 1986.

Fotos: B. Bissio e Hélio Santos

¹ Para maiores informações sobre o 3º Encontro, entrar em contato com a comandante Doris Tijerino, no Apartado Postal 847, Manágua - Nicarágua, ou com o Comitê Organizador do 3º Encontro Continental (Paseo 260, Vedado, Havana - Cuba).

SUPLEMENTO

2011 BRASIL



Um flagelo percorre o mundo – este é o sentimento da Humanidade ante o alastramento da aids. “Flagelo de Deus”, ouviu-se também agora, como se ouviu na Idade Média a respeito de pestes ou mesmo de acontecimentos sociais, como a invasão de povos nômades. Naqueles, como no caso atual, Deus vem à baila em nome do terror que o desconhecido e o incontrolável infundem e na oportunidade, que os moralistas aproveitam, de fustigar o que entendem estar errado no procedimento humano. Contra Átila, bastaria haver um Estado mais organizado; contra as pestes, um sistema sanitário mínimo. Deus não precisaria ser invocado em vão.

A verdade é que a Humanidade se defronta com uma doença ameaçadora: a aids difunde-se com extrema rapidez, mata com extremo sofrimento, resiste com extrema eficiência aos esforços de controle. Como surgiu, como se comporta, o quanto compromete a saúde pública, onde está e de que maneira deve ser encarada – estes são aspectos importantes que a reportagem especial do **Suplemento Brasil** traz ao conhecimento do leitor, transmitindo, ao mesmo tempo, a certeza de que pânico e discriminações nunca poderão fazer parte de qualquer remédio contra o mal.

No caso do Brasil, a doença, concentrada em S. Paulo e no Rio, permitiu o conhecimento público do descalabro do setor do sangue: o espírito de ganância comercial e a ausência de controle propagam o vírus de forma intensa e devastam a comunidade dos hemofílicos, já contaminada em mais de 70%, quadro patético, que explica a dizimação que muitas outras doenças provocam na população brasileira, ano após ano.

A epidemia de aids tem pelo menos o lado positivo de estar levantando debates em torno da fragilidade do sistema de saúde brasileiro. Para tal discussão, esperamos estar contribuindo com esta reportagem.

Aids, a peste do século

A nova doença, seu impacto, como se enfrenta a epidemia no Brasil e no mundo
p. 48-57

O espírito de cátedra atrasa a universidade

A comunidade universitária precisa encontrar caminhos livres para criticar e criar
p. 58-60

Fevereiro

Acontecimentos do mês passado
p. 61-62

As águas que afogam o Rio

A fragilidade do Rio de Janeiro às chuvas exige estudos e lança o debate sobre o processo de urbanização
p. 65-68

O drama dos bancos estaduais

Sob intervenção, os bancos se sentem ameaçados de privatização e reclamam perda de espaços para os grandes conglomerados
p. 69

Opinião

Neiva Moreira analisa o poder concentrado no sistema de comunicação de Roberto Marinho
p. 70-71

O alerta amazônico

Estudiosos, em congresso, fazem advertência contra a devastação ambiental e econômica a que se submete a Amazônia
p. 72



AIDS, a peste do século

Procópio Mineiro e Iacy Nunes

Produto dos laboratórios da guerra bacteriológica ou doença que o prosaico macaco-verde passou a populações africanas, a síndrome da imunodeficiência adquirida (sida/aids) multiplica-se em velocidade espantosa, abatendo, após grandes sofrimentos, suas vítimas, especialmente homossexuais, hemofílicos e viciados em drogas — os grupos que, por contato com sangue contaminado em transfusões ou ferimentos, se tornaram os eleitos da peste. Identificado desde sua descoberta com o comportamento dito liberado, o mal está impondo hábitos sexuais mais contidos e reforçando uma pregação moralista, a qual chega a ver no flagelo sanitário um castigo divino. Estados Unidos (mais de 50% dos casos de todo o mundo), França, Uganda e Brasil lideram as estatísticas mundiais, sem que haja uma explicação precisa para tal classificação, que, entre os 11 países com mais doentes, aponta 90% dos casos entre nações desenvolvidas e os 10% restantes entre nações do Terceiro Mundo, sendo africanas apenas três. Sentença de morte, a aids agrava a dolorosa vida do doente com uma espécie de estigma moral, enquanto o mundo da medicina desdobra-se em estudos e experiências, em busca de um remédio que cure ou da vacina que previna. Aids, o mal do século, um mal do sexo?

A história da saúde humana é pontilhada de traumas periódicos, surpreendentes surtos de males que se abatem sobre populações inteiras, causando em pouco tempo uma mortandade impensável mesmo na mais feroz guerra. De modo geral, mais que a virulência e disseminação da doença, o espanto faz-se acompanhar da impotência, por falta de conhecimento ou de remédios apropriados. O ciclo de estudos, experiências e produção de antígenos cumpre-se em meio à devastação, fase que se torna propícia a manifestações estimuladas pelo terror, como extremismos religiosos, moralismos e atitudes discriminatórias.

Assim, sofreram-se as pestes medievais, oriundas das más condições sanitárias das aglomerações urbanas, tal como, na antiguidade, a lepra, ou, mais modernamente, males como a tuberculose, a sífilis, o câncer. Para cada peste, o homem conseguiu um antídoto, seja um medicamento que cura ou estabiliza as condições de saúde, seja uma vacina, que imuniza o corpo contra a doença, em definitivo.

Com relação à aids, vive-se ainda aquele período de estupor coletivo, em que predominam as atitudes condenatórias contra os supostos culpados: o sexo, o homossexual, o viciado que se injeta drogas, o pecado. A atividade dos cientistas, pelo que já se avançou nos poucos anos desde a explosão da doença, permite prever uma próxima descoberta de remédios capazes de inibir o mal ou mesmo preveni-lo, mas, até lá, a aids continuará a aterrorizar, principalmente nos países que sofrem sua progressão geométrica.

O mal

Descoberta em 1981, nos Estados Unidos, a partir da autópsia de 30 cadáveres de pessoas vitimadas pelo sarcoma de Kaposi (um tipo de câncer, que provoca erupções cutâneas generalizadas e feridas no tubo digestivo, além de formar gânglios) e por pneumonia aguda (*pneumocystis carinii*), que apresentavam a particularidade de um índice extremamente baixo de glóbulos brancos e de serem de homossexuais, a nova doença foi batizada por sua característica básica, a deficiência imunológica, a ausência das defesas orgânicas co-

muns, quebradas de uma maneira insólita: síndrome da imunodeficiência adquirida (sida, ou aids, na sigla em inglês, de *Acquired Immune Deficiency Syndrome*).

O mal gay, como chegou a ser chamado, de início, caiu como uma bomba nos setores sanitários de todo o mundo, alertados pelo quase pânico que tomou conta dos meios médicos norte-americanos e europeus, que consideravam impensável o aparecimento de uma doença desconhecida, neste final do século da tecnologia.

O mal desconhecido, porém, graças ao avanço da ciência, pôde ser pesquisado em curtíssimo prazo: já em 1983, o francês Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, de Paris, identificou o vírus causador da doença, e o chamou de LAV, sendo logo secundado pelo norte-americano Robert Gallo, do Instituto Nacional do Câncer, de Bethesda, Maryland, que o batizou de HTLV (*Human T Leukemia Lymphoma Viruses*, vírus humano do linfoma da leucemia da célula T do sangue).

A primazia da identificação do agente causador do mal ainda gera polêmicas, mas, no início de 1987, um acordo entre os governos dos Estados Unidos e França estabeleceu uma divisão igualitária dos efeitos comerciais dos trabalhos das duas equipes científicas e a criação de uma fundação comum para o combate à aids. Desde 1986, a Organização Mundial de Saúde unificara a sigla científica da doença: HIV (*Human Immunodeficiency Viruses*, vírus da imunodeficiência humana), abandonando a LAV francesa e a HTLV norte-americana.

Viva a camisinha!

Nesses últimos cinco anos, enquanto a doença se espalha pelo mundo em saltos assustadores – que levaram autoridades sanitárias a prever até mesmo que se chegue, dentro de apenas cinco anos, ao total de 100 milhões de infectados oficialmente reconhecidos –, os cientistas conseguiram penetrar nos segredos da aids, mas ainda não chegaram a descobrir seu definitivo ponto fraco.

Descobriram seu modo de agir (desarmar o sistema imunológico do infectado), seus efeitos (deixa o corpo à definitiva mercê de agentes infecciosos),



Na França, máquinas vendem camisinhas

suas preferências (homossexuais masculinos, drogados, hemofílicos), seus meios de penetração (esperma e sangue), sua intensa mutabilidade (muda 100 vezes mais que o vírus da gripe).

Mas, ainda não sabem como se forma ou de onde se originou, desconhecem que droga medicinal possa abalá-lo, apenas ensaiam os primeiros passos em busca de uma vacina, sabem tão somente que, no atual estágio de conhecimento, a salvação está em evitar a infecção, pois remediá-la ainda é impossível.

Assim, a camisa-de-Vênus recuperou prestígio e multiplicou o consumo, pois é o meio considerado mais eficaz de evitar a infecção por via sexual, na medida em que acumula o esperma ejaculado e lhe impede o contato com as membranas e eventuais sangramentos do órgão penetrado, interrompendo a passagem da contaminação de qualquer dos parceiros sexuais para o outro. Mesmo diante da oposição de círculos religiosos – que argumentam que se deve recomendar o sexo considerado regrado e a fidelidade conjugal –, campanhas públicas de prevenção têm colocado a camisa-de-Vênus como o meio mais seguro de impedir a contaminação e vários governos chegaram mesmo a promover sua distribuição gratuita e orientações de uso.

O HIV, como todo vírus, vive em simbiose com uma célula, com a qual tenha afinidade, com o detalhe de que tal simbiose não é igualitária ou interdependente, como ocorre em geral na natureza, em tal fenômeno de convivên-

cia: o HIV submete sua hospedeira e a põe a seu serviço, usando-a como uma base e desvirtuando a natureza desta.

A hospedeira e vítima do HIV é a célula sanguínea T-4, integrante do sistema de defesa do organismo.

Uma vez no organismo, o HIV transmuta seu próprio código genético de ácido ribonucleico (ARN) em ácido desoxirribonucleico (ADN), em reação com a enzima transcriptase, e assim consegue integrar-se ao código genético da T-4, que também é ADN, asse-

três anos, diante da expansão mundial do mal, o que levou maior número de países – além dos Estados Unidos e França, os pioneiros, por serem os mais infectados, desde o início – a desenvolverem campanhas de esclarecimento e a destinarem recursos para o atendimento às vítimas e à pesquisa da doença. Desde o início de 1986, a Organização Mundial de Saúde tem um programa especial para o acompanhamento da aids, o que permite maior troca de informações e mobilização a nível mun-

de mortes do que a aids produzirá em dezenas de anos.

Isso origina frequentemente um dilema cruel: destinar ao combate à nova doença recursos já insuficientes para combater as antigas. No caso brasileiro, por exemplo, calcula-se em 500 mil as mortes anuais de crianças por enterite, sem que haja recursos ou políticas suficientes para estancar o morticínio. Que prioridade estabelecer? Essa é a dificuldade que se antepõe aos minguados recursos geralmente destinados pelas na-



Luc Montagnier descobriu o vírus fatal



Daniel Zagury busca a vacina, realizando testes no Zaire



O cientista Robert Gallo

nhoreando-se da célula e fazendo-a reproduzir-se não mais como a T-4 anti-infecciosa, mas como HIV, estabelecendo uma espécie de encadeamento destruidor da muralha imunológica do organismo.

Assim, está completo o ciclo que torna o infectado um condenado à morte, num prazo que varia de seis meses a cinco anos, e que o transforma, de imediato, num disseminador da doença, seja nos seus contatos sexuais, especialmente os de natureza anal, seja através de eventual contato de seu sangue com o de outra pessoa, como ocorre através da doação de sangue, em ferimentos ou até no parto, entre mãe e filho, e no uso partilhado de agulhas de injeção, frequente em viciados em drogas injetáveis.

Prevenção e combate

A mobilização da ciência para o combate à aids ampliou-se nos últimos

dial. O diretor do programa, o médico norte-americano Jonathan Mann, tem um visão realista dos estragos que o mal fará à humanidade: mais de 130 países já comunicaram a existência de casos de aids em seus territórios; pouco se pode esperar, de imediato, quanto a antígenos, e torna-se necessário, para criar uma barreira preventiva, que as populações sejam efetivamente atingidas por campanhas de esclarecimento, não só através dos veículos de comunicação de massa, mas de palestras e debates a nível de grupos e comunidades, utilizando centros sociais, escolas, igrejas. Ele calcula que o HIV já tenha infectado até 10 milhões de pessoas no mundo e que a doença já tenha se manifestado em até 150 mil delas.

Mann tem destacado um aspecto importante do trabalho contra a aids: a doença representa alto custo, um peso especial para países do Terceiro Mundo, já a braços com males e endemias que provocam, a cada ano, maior número

ções mais pobres à saúde pública.

De alguma forma, a pesquisa sobre a aids beneficia-se do fato de que os Estados Unidos e outros países ricos estejam entre os mais atingidos. Assim, recursos abundantes têm sido destinados aos trabalhos científicos. Já a caminho dos primeiros 100 mil doentes, os Estados Unidos têm um custo aproximado, por aidético, de 140 mil dólares, e calcula-se que, lá, a epidemia já alcançou o total de 100 bilhões de dólares, o equivalente à dívida externa brasileira. Prevê-se, ainda, que, no início da próxima década, o gasto norte-americano com a aids represente algo em torno de 16 bilhões de dólares, por ano.

Sem remédio

Hoje em dia, os dois grandes centros de pesquisa da doença são o Instituto Pasteur, de Paris, onde atua a equipe de Luc Montagnier, e o Instituto Nacional do Câncer, de Bethesda, Maryland, com

a equipe de Robert Gallo, mas já são centenas, pelo mundo inteiro, os pesquisadores que se dedicam a estudar o vírus, o que torna praticamente certo que os antídotos vão surgir.

Entre os remédios anunciados como de alguma utilidade — em geral, apenas prolongando um pouco a vida do doente —, apontam-se o Interferon, In-

terleucina-2, DDC-Dideoxicitidina, Suramina, cloreto de benzalkonium, e os dois considerados como um início de caminho: a Ribavirina (aumenta a taxa imunológica de infectados ainda sem manifestação da doença) e o AZT-Azidotimidina (reforça as defesas dos que já desenvolveram a doença, afetando a reprodução do vírus e prolongando

a luta contra as infecções, mas sem acabar com estas e submetendo o aidético a efeitos tóxicos e a anemia, além de representar um custo excessivo).

As pesquisas para a cura da aids trilharam três caminhos básicos: o primeiro é o que busca a resposta na quimioterapia (remédio que mate o vírus); o segundo é o que procura definir meios de re-

Mal do desenvolvimento?

□ As estatísticas da Organização Mundial de Saúde-OMS indicam que a aids é um mal que predomina em países desenvolvidos, onde se encontram quase 80% dos casos confirmados da doença. Somente os Estados Unidos respondem por 65,16% de todos os casos registrados no mundo (fev/88). A geografia política da aids enfraquece a tese da gênese africana do mal e talvez permita mesmo a concepção de que a contaminação no continente negro possa ter ocorrido por importação, através de turistas norte-americanos, por exemplo. De qualquer modo, a intensidade da disseminação da doença nos Estados Unidos permite antes qualquer tese que atribua origem norte-americana à aids — seja a doença um vírus natural mutante, seja criação da engenharia genética a serviço da guerra bacteriológica.

A versão da origem africana da aids parte do fato de que no macaco-verde, existente naquele continente, foi encontrado um vírus assemelhado ao da aids, pressupondo-se, a partir daí, que esse vírus possa ter passado a pessoas e sofrido uma mutação, transformando-se no HIV. Alega-se, ainda, que se encontrou o vírus da aids em amostras de sangue de africanos, datadas do início da década de 70. Essa versão — aceita por Robert Gallo — é veementemente rebatida pelos africanos, que apontam a descoberta e a mais alta incidência mundial da aids nos Estados Unidos como uma prova de que a epidemia tem outra origem geográfica.

O argumento dos africanos é considerado ponderável por dois aspectos: primeiro, dificilmente se explicaria que um vírus, eventualmente sur-

gido na África, fosse virar epidemia nos ricos Estados Unidos, sem antes dizimar os pobres africanos; segundo, pesquisas dos cientistas canadenses Allan Ronald, G. Hammond e Frank Plummer comprovam que a aids é doença nova na África, provavelmente importada.

A versão de o HIV ser um vírus artificial, criação de um laboratório dedicado à guerra bacteriológica, tem o endosso de nomes como os dos cientistas John Seale, inglês, especialista em doenças sexuais, Jacob Segel, alemão oriental, e Robert Strecker, norte-americano e pesquisador da aids. Segundo essa versão, o vírus foi criado em 1977, no laboratório biológico do Pentágono, em Fort Detrick, Maryland, aliás o mesmo estado em que hoje se situa o principal centro norte-americano de pesquisa sobre a aids, o Instituto Nacional do Câncer, onde trabalha a equipe de Robert Gallo. Presidiários serviram de cobaias, resultando quatro mortes, enquanto os demais, por não apresentarem sintomas, foram libertados ao fim da experiência — como é praxe fazer com os presos que se oferecem voluntariamente para tais testes —, tornando-se os transmissores inconscientes do mal, que quatro anos depois, em 1981, estaria sendo identificado pelos patologistas norte-americanos como a *doença gay* e com forte difusão entre negros pobres, dois tipos de pessoas, aliás, muito encontrados em prisões.

Uma terceira tese aponta para a vacina antivariólica, responsabilizada por uma mutação virótica que teria resultado no HIV. Essa tese oferece suporte para a alegação de que a aids



Na Holanda, viciados têm seringas grátis

teria origem na África, onde se desenvolveram algumas intensas campanhas antivariólicas, como no Zaire. Como a tese do macaco-verde, igualmente não explica por que são os Estados Unidos o país mais contaminado do planeta e o primeiro a ter registrado a ocorrência do mal, além de não oferecer uma explicação para sua alegação de que somente em nações do Terceiro Mundo a tal vacina teria produzido a mutação do vírus. Abaixo, os números da OMS para os países com maior índice de contaminação:

| País | Doentes |
|-----------------------|---------|
| Estados Unidos..... | 53.069 |
| França..... | 3.073 |
| Uganda..... | 2.369 |
| Brasil..... | 2.325 |
| Tanzânia..... | 1.608 |
| Alemanha Federal..... | 1.760 |
| Canadá..... | 1.488 |
| Grã-Bretanha..... | 1.227 |
| Itália..... | 1.411 |
| Quênia..... | 964 |
| Haiti..... | 912 |
| México..... | 713 |
| Austrália..... | 648 |
| Espanha..... | 718 |
| Total Mundial..... | 81.433 |
| % EUA..... | 65,16% |

constituir o sistema imunológico, de modo a que o próprio organismo possa combater a infecção; e o terceiro é o caminho da vacina, que evite a invasão do organismo pelo HIV.

Tudo agora é uma questão de tempo, dizem sempre os especialistas, que variam suas previsões de 5 a 10 anos para que se chegue à vacina, que será o remédio definitivo.

Uma já está em teste, no Zaire, país que se destaca na África pela rápida progressão do número de aidéticos. A par-

tir do trabalho dos franceses Daniel Zagury, do Instituto Curie, de Paris, e Bernard Goussard, que dirige o Setor de Virologia do Instituto de Pesquisas Biomédicas de Kinshasa, voluntários zairenses (prostitutas e soldados) já experimentam uma vacina que toma a base da antivariólica, à qual se juntou a proteína GP-160, extraída da membrana do HIV. A experiência de Zagury tem sido controvertida e não existe ainda qualquer resultado conclusivo, embora ele afirme que já constatou o aumento

da taxa dos linfócitos T-4 nos inoculados, passando de 4% para 26%, o que significa que as pessoas tiveram suas defesas imunológicas notavelmente reforçadas.

Também atrás de uma vacina, trabalha o Instituto Pasteur, havendo uma expectativa quanto ao anúncio de novidades por parte do centro científico francês, no decorrer deste ano. Testes já estão sendo feitos com chimpanzés e prevê-se uma próxima fase com 30 voluntários.

Fiocruz, à frente na América Latina

□ No segundo semestre de 1987, o coordenador do Departamento de Imunologia da Fundação Instituto Oswaldo Cruz-Fiocruz, Bernardo Galvão, em trabalho com sua equipe, conseguiu isolar o vírus da aids (HIV-1). A descoberta tornou possível que o Brasil passasse a figurar como o primeiro país latino-americano a conseguir o que só fora alcançado antes por nações desenvolvidas empenhadas no estudo da imunodeficiência adquirida.

Segundo o pesquisador Bernardo Galvão, "ao isolar o vírus da doença, a Fiocruz abriu caminho para que cientistas brasileiros possam verificar se uma vacina, que venha a ser desenvolvida em outro país, servirá para imunizar nossos pacientes. O isolamento do vírus possibilitará ainda à Fiocruz adaptar uma eventual vacina contra o mal".

A equipe de Bernardo Galvão isolou o HIV dos linfócitos de um aidético já morto, e agora o vírus está conservado em nitrogênio líquido, a uma temperatura de 190 graus negativos, para utilização nos próximos passos da pesquisa.

A descoberta dos cientistas da Fiocruz permitirá ao país fabricar testes para o diagnóstico da doença, o que deverá ocorrer ainda este ano, pois a previsão é de que o laboratório especial entre em funcionamento no correr deste primeiro semestre.

Bernardo Galvão calcula que o trabalho a ser desenvolvido no novo laboratório, identificado pela sigla "P3", levará à produção de conjuntos

de testes em número suficiente para o atendimento de todos os hemocentros da rede pública, barateando em muito os custos para a verificação da qualidade do sangue coletado no país, ponto atualmente ainda muito falho e que tem sido um destacado meio de contaminação.

"Hoje, somos obrigados a importar dos Estados Unidos os conjuntos de testes", frisa Bernardo Galvão, acentuando a economia que representará a fabricação de um produto similar nacional.

Primeiro passo

Para o cientista, o isolamento do HIV-1 ainda é "o primeiro passo", no contexto de grandes descobertas que os pesquisadores brasileiros pretendem realizar com relação à aids.

"Mesmo assim, tal passo foi dado com quatro anos de atraso, em relação aos países desenvolvidos que já conseguiram tal feito. Torna-se agora necessário que isolemos vários vírus, em várias regiões do Brasil, o que será muito importante, uma vez que o HIV pode apresentar características diferentes. Essas diferenças precisam ser estudadas, já que uma vacina desenvolvida fora do país pode não servir para nós. Não quero propor que o Brasil vá competir com os Estados Unidos e a Europa. Não temos tal ilusão. Queremos apenas demonstrar nossa capacidade de desenvolver a tecnologia brasileira, mesmo reconhecendo que pesquisa, no Brasil, vive atrasada 50 anos", ob-



Bernardo Galvão: Fiocruz atrás da vacina

serva Bernardo Galvão. A propósito, chama a atenção para a modéstia das instalações utilizadas pela equipe que isolou o vírus, tão acanhadas que os cientistas precisam trabalhar em turnos, por não caberem todos no local, ao mesmo tempo.

Segundo o pesquisador, a dianteira registrada pelos estudos norte-americanos e europeus decorre do fato de que aqueles pesquisadores já conheciam a biologia do retrovírus, família do HIV, fato que contrasta com a situação da ciência no Brasil, onde as pesquisas esbarram em toda sorte de dificuldade.

"Basta lembrar que pesquisa básica não é prioridade para o governo brasileiro - acentua Bernardo Galvão. Isso gera a falta de condições de trabalho e dificulta a importação de materiais essenciais às pesquisas".

Aids no Brasil, em terreno fértil

A precariedade do sistema de saúde ajuda a propagação da aids: sangue contaminado condena milhares

Embora numa proporção bem inferior aos números dos Estados Unidos e pouco abaixo das estatísticas francesas, o Brasil ocupa lugar de destaque na epidemia de aids, com seus 2.104 doentes oficialmente reconhecidos e a suspeita de possuir dezenas de milhares de infectados desconhecidos.

No combate à aids no país, ganha destaque a questão dos bancos de sangue, setor de precária fiscalização e baixíssima taxa de responsabilidade ética, fonte de inúmeras contaminações, particularmente dos hemofílicos, obrigatoriamente dependentes de doses periódicas de sangue e que se tornaram as mais patéticas vítimas da epidemia (73% dos hemofílicos do Rio de Janeiro já estão com vírus da aids, por receberem sangue contaminado, e várias mortes já ocorreram, como a do cartunista Henfil).

"Este quadro decorre do fato de que a saúde não é assunto prioritário no Brasil", reclama o sociólogo Herbet de Souza, presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids-Abia, irmão do cartunista Henfil, igualmente hemofílico, e também já contaminado pela aids.

Repetindo o ciclo observado universalmente, a aids brasileira é doença metropolitana (S. Paulo e Rio de Janeiro respondem por mais de 70% dos casos) e mantém as mesmas preferências por homossexuais, viciados em drogas injetáveis e dependentes de transfusões de sangue, como os hemofílicos.

A consciência do significado da aids somente cresceu no Brasil nos últimos dois anos, em grande parte devido a uma postura moralizante e discriminatória - mal de homossexuais, prostitutas e viciados - e a uma análise de cunho burocrático, que comparava taxas de mortalidade entre a aids e outras doen-



A morte do cartunista Henfil expôs o drama dos hemofílicos brasileiros

ças existentes no país e os respectivos custos de tratamento.

A situação começou a mudar, porém, ante a progressão dos casos de contaminação e a constatação de que, às antigas doenças, o país tende a incorporar, em pouco tempo, mais uma praga incontrolável. Já se pode admitir que se perdeu um tempo precioso.

800 mil testes

O programa de prevenção e tratamento contra a aids, dos ministérios da Saúde e Previdência, foi iniciado em 1986, e, no final de 1987, o governo federal comprou 800 mil conjuntos de testes, de fabricação inglesa, ao custo de 800 milhões de cruzados. Para este ano de 1988, o Inamps, órgão de assistência médica da Previdência, destinará 4 milhões de cruzados para os centros de hemoterapia estaduais, recursos que deverão ser utilizados na capacitação do pessoal que ficará encarregado de realizar testes no sangue coletado.

Hésio Cordeiro, presidente do Inamps, considera essencial o acompanhamento rigoroso dos trabalhos dos hemocentros públicos e particulares, para que as doações de sangue não continuem a se transformar num ato de consequências mortais. Ao mesmo tempo,

a previsão para este ano é de que se alcance a meta de 650 leitos hospitalares reservados aos aidéticos, em todo o país, e da instalação de atendimento ambulatorial nos Postos de Atendimento Médico (PAM).

"O plano é destinar, em alguns ambulatórios dos grandes centros urbanos, um espaço que permita a consulta aos doentes e também a realização de transfusões de sangue, com controle de qualidade do produto", explica Hésio Cordeiro, assinalando que, entre as campanhas de esclarecimento, uma será destinada às populações pobres, através de cartilhas que explicam a natureza e as manifestações da doença e suas formas de prevenção.

Coincidindo com a época do carnaval, o governo federal lançou em todo o país uma ofensiva de alerta, com a mensagem de "quem vê cara, não vê aids", sob um atraente rosto de mulher, e fechando com a advertência: "Aids, pare com isso", sobre fundo vermelho de um pequeno envelope, do qual saía uma camisa-de-vênus. No miolo da peça de alerta, recomendações sobre a importância de se usar a camisinha, "qualquer que seja seu parceiro sexual", e os perigos que envolvem a utilização de seringas e agulhas já usadas.

Apesar do apuro da campanha, as

Ministro confia nas campanhas

□ "A aids é o mal das futuras gerações", prevê o ministro da Saúde, Borges da Silveira, segundo o qual os responsáveis pela saúde no Brasil devem dispor-se a combater o mal com a preocupação pelos estragos que a doença pode fazer no futuro.

Borges da Silveira confia no efeito mobilizador das campanhas de esclarecimento que o governo vai desenvolver ao longo do ano, ao custo previsto de 4 milhões de cruzados, incluindo a já lançada na época do carnaval. Ele explica que, ao contrário da campanha realizada no ano passado, a atual não recomenda a redução de parceiros sexuais, não cita a questão do uso de drogas injetáveis e não apela para a necessidade de solidariedade aos contaminados.

"Trata-se de uma campanha menos incisiva - define -, que exhibe e fala da camisa-de-Vênus, e não aconselha mudanças comportamentais".

Igreja

Ao tom mais franco e menos moralista, o governo federal espera somar o apoio da igreja no esforço de ampliar o combate à aids, amparar os doentes e esclarecer a população.

"Esperamos contar com tal apoio - afirma o ministro -, através do engajamento da igreja na divulgação das normas de prevenção. Para tanto, intensificarei meus contatos com a CNBB, através de seu presidente, d. Luciano Mendes de Almeida".

Borges da Silveira espera, igualmente, contar com a colaboração de universidades e do movimento comunitário, mas revela estar muito preocupado com o aspecto da contaminação decorrente do uso de drogas injetáveis: "No último ano, triplicou no Brasil o número de pessoas que contraíram a doença, depois de usarem seringas contaminadas", alertou.



Hélio Cordeiro: Cz\$ 4 milhões para melhorar os centros estaduais de hematologia

mulheres a criticaram, por identificar a propagação da aids com a mulher e com a homossexualidade, exatamente dois aspectos secundários na epidemia.

Lentidão fatal

Acompanhando a progressão da aids no Brasil desde o começo, em 1982, o médico Mário Barreto, chefe da clínica médica do Hospital Universitário Gafré e Guinle, foi o primeiro a publicar um livro sobre o assunto, em 1985, e tornou o hospital o principal centro de tratamento de aids do Rio de Janeiro. Ele assinala que, no Brasil, ao contrário do resto do mundo, a tendência de se contrair o mal por transfusões de sangue continua alta, devido à falta de providências efetivas para o controle do sangue doado.

"É aqui, e somente no Brasil - acentua -, que os testes para a verificação da existência do vírus no sangue demoraram a chegar. Tão logo foram descobertos, os testes foram adotados no resto do mundo, isto em 1984, quando países europeus e os Estados Unidos os tornaram obrigatórios. Arrisca-se à prisão quem coletar sangue e não aplicar os testes. Já em 1985, a Organização Mundial de Saúde-OMS considerava o sangue coletado naqueles países livre do perigo da aids. Já no Brasil, no decorrer de 1987, não mais que 30% dos bancos de sangue testavam o material recolhido".

Mário Barreto mede a precariedade do controle oficial pela lentidão das providências (a portaria que obriga aos testes é de 1985, mas a importação dos testes não ocorreu em tempo hábil), secretarias estaduais de saúde desaparelhadas para fiscalizar os bancos de sangue, doações de sangue remuneradas e a predominância de interesses comerciais no setor ("os bicheiros controlam a maior parte do negócio do sangue no Rio").

Segundo o médico, a providência que se impõe é a de o governo garantir o fornecimento de testes aos bancos de sangue, uma vez que ainda não foi liberada a importação a qualquer interessado, e as importações governamentais destinam-se apenas aos hemocentros públicos.

Mário Barreto ilustra o quadro dramático da contaminação sanguínea no país com a história de um doente recentemente falecido no Gafré e Guinle: "Ele morreu de insuficiência cardíaca, intratável devido à doença de Chagas, que lhe foi transmitida por transfusão de sangue. Sem saber que portava a doença, ele foi um habitual doador de sangue, por 20 anos. É possível até que ele tenha feito o teste específico, mas o descontrole é tal, que não há banco que comunique o resultado a outro. Se o governo federal adotasse um sistema de comunicação por computadores, com vistas ao controle dos bancos de sangue, talvez se conseguisse um resultado

A hora da camisinha

□ A reclamação das autoridades e a desconfiança dos médicos, quanto ao pouco interesse da população brasileira em se informar adequadamente sobre a aids, parecem receber um desmentido com o consumo crescente de camisetas-de-Vênus, os preservativos sexuais, o que indica estar aumentando a preocupação com a doença, mas sem o recurso à abstinência ou à parcimônia carnal pregada pelas correntes moralistas.

As indústrias prometem aumentar a produção de preservativos, em 1988, pois calculam que as campanhas de esclarecimento projetadas provocarão incremento ainda maior das vendas do produto.

Em 1986, a Johnson Johnson – que detém sozinha 67% do mercado de “camisetas” no país – vendeu 76 milhões de unidades, o que representou um acréscimo de 50% em relação a 1985. Quanto a 1987, ainda não há números definitivos, mas o cálculo inicial é de que as vendas podem ter triplicado em relação àquele ano, o que elevaria o número de preservativos utilizados a cerca de 150

milhões, considerada apenas a principal fábrica.

A sua maior concorrente, a Indústria Nacional de Artefatos de Látex (Inal), com 30% do mercado, comercializou 21 milhões de “camisetas” em 1986, e calcula ter alcançado mais de 60 milhões no ano passado.

Os responsáveis pelas duas indústrias, no entanto, evitam atribuir o surto de vendas à aids. “As ‘camisetas’ já eram vendidas com muito sucesso, antes da epidemia da aids”, argumenta um representante da Johnson Johnson, enquanto José Gonçalves de Araújo, da Inal, espera “continuar vendendo aqui e no exterior, quando tudo se normalizar”, demonstrando esperança na cura da doença. Nos últimos anos, as quatro marcas fabricadas pela Inal – Olla, Microtex, Lovetex e Colibri – foram exportadas para a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Espanha, Argentina e Chile.

Nas farmácias, a “camisinha” deixou as gavetas discretas para ganhar destaque em prateleiras e gôndolas, lançada à familiaridade dos olhos de

homens e mulheres, que perderam, em grande parte, o constrangimento antigo de solicitar uma caixinha de preservativos.

Clandestino

O aumento de consumo, porém, trouxe um mal, se estiver certo o patologista Paulo César Bonfim, presidente do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids-Gapa, de S. Paulo: fábricas improvisadas estariam inundando o mercado com produtos sem a necessária resistência aos esforços a que são submetidos durante o ato sexual.

“São camisetas-de-Vênus de fundo de quintal, sem a mínima qualidade, sem indicações de fabricantes e origem e, provavelmente, com baixíssima eficácia, tanto na prevenção da gravidez, quanto na da aids”, esclarece.

Segundo Bonfim, a situação é encorajada pela impunidade, uma vez que o Dimed, do Ministério da Saúde, não exerce qualquer fiscalização sobre a qualidade dos produtos. Ele recomenda que o governo aprofunde seus esclarecimentos à população, inclusive para evitar que se use cada peça mais de uma vez.

efetivo”, reclama Mário Barreto.

Sangue de qualidade

A preocupação dos setores sanitários é conseguir um regular fluxo de sangue limpo, mas ninguém se ilude, a ponto de acreditar que a situação possa modificar-se. A equipe do Programa de Coordenação Estadual do Sangue, da Secretaria de Saúde fluminense, faz repousar suas esperanças nos efeitos de uma campanha publicitária bem engendrada, que mobilize o povo do Rio a doar, permitindo a coleta de grandes quantidades de sangue de qualidade.

O programa, de implantação prevista para o decorrer deste ano, pretende o controle absoluto do produto coletado nos hemocentros públicos, com o emprego de testes e bolsas de sangue importados. Vera Alonso da Silva, da Coordenação Estadual do Sangue, acredita na plena consecução dos objetivos, in-

clusive quanto ao controle de outras doenças e não somente da aids. Lembra, a propósito, que a doença de Chagas contamina, por transfusão, cerca de 20 mil pessoas por ano no país, das quais três mil somente no Rio de Janeiro.

Morta idade excessiva

Sendo o sangue o principal meio de transmissão da aids, as condições descritas, aplicáveis ao resto do país, explicam a intensidade da propagação.

Numa referência ao Rio, que poderia ser estendida a todo o Brasil, o coordenador do grupo de trabalho de controle da aids, na Secretaria de Saúde fluminense, Álvaro Matida, considera que “o Rio de Janeiro está no *vermelho*, em termos de assistência adequada aos aidéticos”. O número de leitos à disposição dos doentes é considerado apenas razoável (45 leitos, distribuídos por seis

hospitais de referência: os do Fundão/UFRJ, Gafré e Guinle/Unirio, Pedro Ernesto/Uerj, Antônio Pedro/UFF, Evandro Chagas e o Instituto Nacional do Câncer, os dois últimos ligados ao Ministério da Saúde).

O número ideal de leitos, pelos cálculos dos técnicos da saúde, seria de 100, levando-se em conta que 25% dos casos de contaminação exigem hospitalização. Apesar de todos os problemas, os técnicos mostram-se confiantes em que chegarão ao final de 1988 com 200 leitos hospitalares reservados aos aidéticos, ao mesmo tempo que pretendem instalar no Hospital São Sebastião, no Caju, o principal centro de atendimento às vítimas do HIV.

Álvaro Matida assinala que, nos últimos cinco anos, o Rio de Janeiro registrou 471 casos de aids, dos quais 295 já morreram, sendo que 200 mortes ocorreram somente no ano passado. Enquanto os índices de mortalidade,

nos países desenvolvidos, fica abaixo de 50% dos casos de contaminação, a média carioca alcança 62,6%.

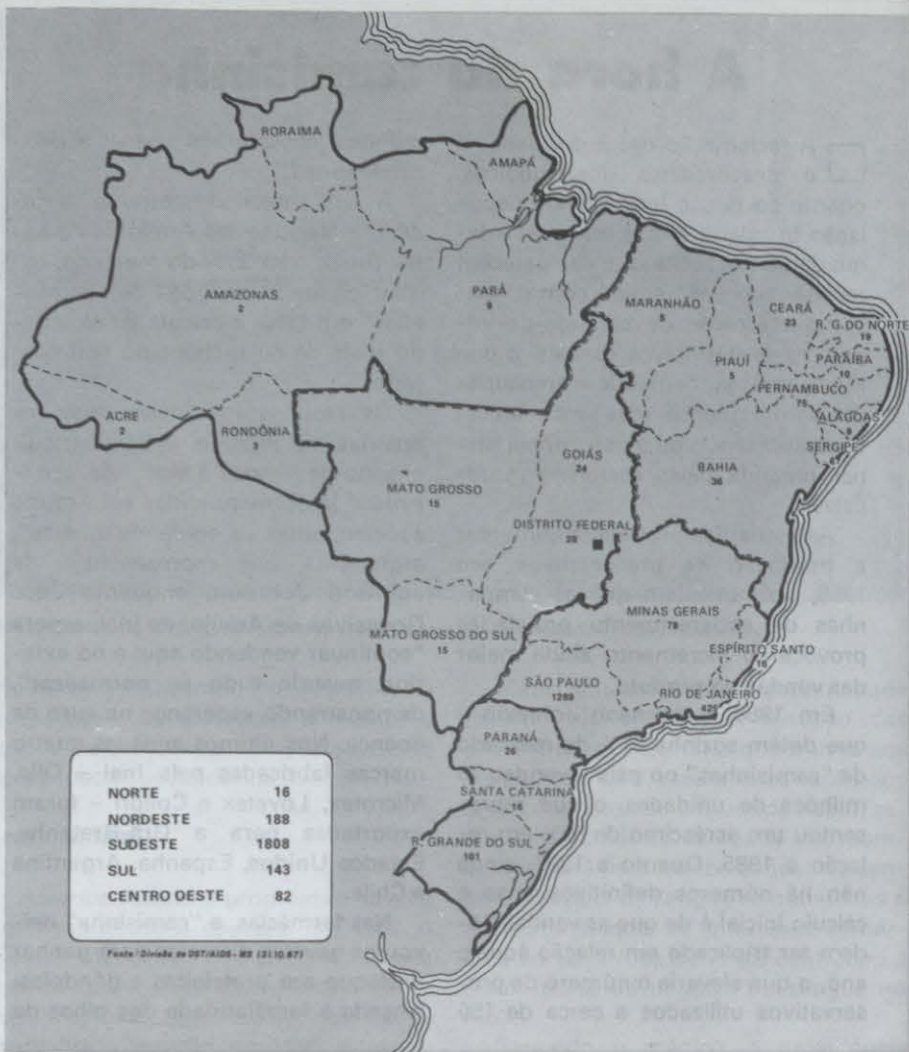
Em São Paulo

Maior aglomerado urbano do país, a cidade de São Paulo mantém igualmente a primazia em casos de aids no Brasil, possuindo cerca do triplo de casos conhecidos do Rio de Janeiro, que ocupa o segundo lugar nas estatísticas. Na capital paulista, o Hospital Emílio Ribas-2 é o principal centro de atendimento a aidéticos e oferece apenas 75 leitos, que deverão chegar a 450 no correr deste ano.

O coordenador do Programa da Aids, na Secretaria de Saúde, o médico Paulo Ayrosa Galvão, reclama da falta de recursos, principalmente testes, para um adequado trabalho sobre a doença, que acredita estar mais difundida do que conseguem espelhar os números oficiais, resultantes de comunicação hospitalar.

Impacto social

Nos demais estados, as reclamações se dirigem, igualmente, para a falta de recursos, envolvendo também a ausência de especialistas e o reduzido número de leitos hospitalares para o atendimento aos aidéticos.



Matida: Rio em dívida com os aidéticos



Vera: campanha vai trazer sangue limpo

Ministério da Saúde (DNDST/AIDS) - Dados até 31/10/87

Essa doença ainda incurável - que se difunde com extrema agilidade, espalha o medo e serve de base para argumentações moralistas - tem ensejado, igualmente, o mais amplo debate sobre sexo de que se tem notícia. Como assinala Sílvia Ramos, em seu livro "Aids, a doença e seus mitos", a sair em breve pela editora Vozes, "é possível supor, portanto, que da febre de perguntas e polêmicas que a aids suscita, outros usos - não-médicos - da doença estejam sendo engendrados cotidianamente. Se a aids reforça e expande a medicalização da vida, ela também libera outras falas, outras palavras. (...) Que ali onde se ensaia uma contra-revolução sexual se descubra a urgência de reinventar a liberdade da paixão".

Fotos: Reuter 1/6 - Florenz 7 - Walter Santos 8/11

Os males da incúria

□ Ausência de políticas coerentes com as necessidades sanitárias do país; dismantelamento do sistema público de saúde; primazia do sistema privado, caro, elitista e discriminatório; sangue tratado como mercadoria – este o quadro que preside a saúde brasileira e explica a ocorrência de tantas doenças graves e a recente e incontida proliferação de aids.

Esta, a análise que faz o sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids-Abia, hemofílico e, por isso, infectado pelo vírus da aids ao receber sangue contaminado, o que ocorreu igualmente a seus irmãos Henrique (o cartunista Henfil, morto no início de janeiro, após longa agonia) e Francisco Mário, em tratamento.

Abrindo a porta

"Acho que o governo não tem prioridades, nem políticas de saúde pública, pois faltam recursos, inexistente fiscalização, os profissionais do setor são muito mal remunerados, toda a estrutura é precária. Tudo isso decorre da política adotada pelo regime de 64, de privatizar a medicina, tornando a saúde um negócio e o doente um cliente. Os ricos passaram a dispor de clínicas luxuosas, onde uns médicos exploravam o trabalho de outros médicos, e a população em geral teve o atendimento sensivelmente deteriorado ao longo dos anos. Basta lembrar de epidemias, como a da meningite nos anos 70", frisa Betinho.

Nesse quadro, deve-se colocar a questão do sangue, "um setor que foi praticamente privatizado e se tornou um comércio de lucros extraordinários para os intermediários, que oferecem um produto sem o mínimo controle de qualidade".



Betinho: saúde privatizada dismantelou o sistema médico do país e discrimina

Segundo Betinho, estava completo assim o cenário para o desastre da aids: a doença chegou e pôde propagar-se num ciclo intenso de contaminações através de transfusões de sangue: "Esse tipo de contaminação atinge o índice de 18% no Brasil, enquanto em Nova Iorque, por exemplo, não passa de 0,9%", escandaliza-se.

Ele assinala que o sofrimento dos contaminados não se circunscreve à doença, mas às dificuldades para a assistência médica: o setor público é incapaz do atendimento adequado e o setor privado dá-se ao luxo de selecionar o doente que pretende atender, recusando os demais.

Betinho acusa o governo da Nova República de não ter modificado substancialmente de atitude, comparado com o anterior, e de se escurar atrás de promessas que não cumpre. "Diz que tem um programa de controle de sangue, mas não o implementa. Anuncia campanhas de esclarecimentos, mas as faz tímidas e deficientes", critica.

"Ao mesmo tempo – continua –, não se pode justificar a desatenção em relação à aids pela suposta prioridade de outras doenças graves. Em saúde, não existe prioridade, o câncer não pode ser considerado mais importante que a lepra, ou esta mais prioritária para o recebimento de recursos que a aids, por exemplo. Todas precisam ser combatidas, ao

mesmo tempo. Não pode haver falta de recursos em saúde. Não somos a oitava economia mundial? Não conseguimos, em cinco anos, remeter cerca de 50 bilhões de dólares como pagamento de juros da dívida de 100 bilhões de dólares? Não temos recursos para planos, como o nuclear?"

Os hemofílicos e acidentados

Betinho lembra que, dos pouco mais de 1.100 hemofílicos cadastrados no Rio de Janeiro, 70% já estão infectados pela aids, devido à ausência de controle do sangue. Cinquenta hemofílicos já morreram de aids, nos últimos anos, e outros cinquenta estão com a doença em manifestação. O quadro pode ser extrapolado para São Paulo e outras capitais.

Ele adverte, ainda, para o caso de acidentados no trânsito: esta é a terceira causa de morte mais numerosa no Brasil, e, em geral, acidentados acabam recebendo transfusão de sangue ou derivado, o que deve estar acelerando a cadeia de contaminação.

"Não me surpreenderia se chegássemos ao final de 1988 com um cifra de infectados em torno de 800 mil pessoas no país. Os números oficiais são fruto de comunicações incompletas. Tenho certeza de que é altíssimo o índice de subnotificação", calcula.

Espírito de cátedra atrasa a universidade

É necessário defender a excelência do saber, sem perder de vista o sentido democrático que o ensino de nível superior deve ter junto à comunidade

José Louzeiro

Um distante "elefante branco", assim a comunidade encara a universidade brasileira, a qual conhece pouco. Ao mesmo tempo, a própria universidade se conhece mal e ainda não abandonou o espírito de cátedra, que impede a democratização nas decisões que se refletem na qualidade do ensino. A universidade precisa privilegiar a capacidade.

Essas são algumas das opiniões da professora Dirce Côrtes Riedel, doutora, livre-docente e catedrática de Literatura Brasileira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à qual se incorporou vinda da Faculdade de Filosofia do Instituto La Fayette, fundado por seu pai, La Fayette Côrtes, núcleo que deu origem à Uerj. Dedicada ao ensino superior desde 1946, Dirce Côrtes Riedel é atualmente pesquisadora e su-

pervisora de pós-graduação em Literatura Brasileira, desenvolvendo, com Marília Rothier Cardoso, curso de especialização, que visa a formar recursos humanos para pesquisa e ensino, na perspectiva da cultura no Brasil.

Nesta entrevista, a pesquisadora analisa as questões que ainda tolhem o

pleno florescimento do ensino superior no Brasil.

Professora Dirce Riedel, como vê a universidade brasileira hoje?

— A propósito da universidade brasileira, repassam-se *slogans*, repetem-se manchetes, cujos significados continuam ignorados. Frequentemente, alguns poucos decidem sobre o (des)interesse de muitos. Uma cúpula reduzida julga-se detentora do saber, mas o que realmente defende é o poder que lhe convém resguardar. Por outro lado, a universidade ainda é vista por muitos como uma fábrica de diplomas — canudos mágicos que acentuam a distinção de camadas sociais.

Em muitos aspectos, ela não é diferente da visão de Lima Barreto ou de Machado de Assis, cujo Brás Cubas "colheu" na universidade, de todas as coisas, "a fraseologia, a casca, a ornamentação": "Não digo que a universidade não me tivesse ensinado al-



Dirce Riedel vê a universidade prejudicada por hábitos que afetam a criatividade

guma (filosofia); mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto”.

Quais são as perspectivas?

— Se a produção cultural supõe a reflexão de uma elite pensante, esta será tanto mais qualificada, quanto mais amplo for o acesso da comunidade para a seleção dos mais capazes. Nesse quadro, podemos definir as perspectivas da universidade como as seguintes: 1 — possibilidade de liderar a revolução tecnológico-industrial, que tende a anular a polarização capitalismo-socialismo; 2 — possibilidade de ter entendido pela sociedade seu papel na transformação da civilização para uma sociedade “coletivista”.

Quais os entraves que encontra a universidade no Brasil?

— Um dos maiores entraves na democratização da universidade é o “espírito de cátedra”. No Brasil, os privilégios do professor catedrático são uma aquisição histórica. Daí, a perspectiva



O longo período do regime militar reflete-se na ausência da juventude dos debates nacionais

anacrônica do espírito de cátedra naqueles professores titulares que, absorvendo a tradição sem assumir a renovação, negam-se a fazer a história e se deixam ultrapassar por ela.

O regime de cátedra-propriedade tem influências centenárias, como a da universidade de Coimbra, cujo estatuto, de 1772, determina: “Para as eleições das sobreditas disciplinas, haverá seis cátedras regidas por tantos lentes, proprietários delas”. Os antigos catedráticos tinham tal autonomia estribada em

poderes legais, excluindo as outras categorias docentes da participação nas decisões, que movimentos reivindicatórios da reforma estudantil ecoaram no regime autoritário instaurado no país em 1964.

A Lei 5.540/68 extinguiu a cátedra, faz 20 anos, propondo o departamento como unidade básica do sistema de ensino superior. No entanto, antigos catedráticos, atuais professores titulares (o que supõe hoje um cargo na carreira docente), mantêm sob sua tutela determinada área do saber. Em 1953, Einstein declarava: “Meus professores não gostavam de minha independência e esqueciam-se de mim, quando tinham necessidade de assistentes”.

Vale recordar aqui o parecer de Maurício Rocha e Silva, em 1963: “Os departamentos supõem decisões coletivas dos professores que os constituem. Nas cátedras, um decide por todos, pois vigora um regime de subordinação, a que corresponde a sujeição e em que se atrofiam as relações humanas, por serem falsamente alimentadas”.

Qual a importância da autonomia universitária?

— Quando se fala em autonomia universitária, há que pensar nos feudos, que ainda são certas disciplinas, em que se conserva o sentido redutor e autárquico da cátedra. Podendo integrar,

O estudante, o livro e a televisão

☐ “Os alunos de agora sofrem a estagnação que foi fruto dos 21 anos de ditadura, como todos nós estamos cansados de ouvir e que é uma verdade que se tem de repetir sempre. Até que eles se adestrem novamente, para conhecer, questionar e participar da realidade brasileira, não será tão fácil, nem tão breve assim. Há alunos esforçados, alunos inteligentes, mas falta aquele clima todo e aquele conhecimento básico que se estiolou.”

O livro e a televisão

“Eu não sei se hoje é a televisão que mata o gosto pela leitura, se são processos eletrônicos, não. São sempre processos diferentes de apreensão e, portanto, eu acho que um não exclui o outro, de maneira nenhuma. Têm ritmos diferentes, tempos diferentes. Acho que o nosso tempo comporta o livro, sim, e há quem canse da televisão e vá ao livro. Mas, não podemos é atribuir à escola o gosto mínimo pela leitura, embora seja lamentável que essa mesma escola muitas vezes tenha preconceitos sobre determinados autores e livros, vetando ao adolescente a possibilidade de escolhê-los.”

A obrigação de criar

□ Na semana de 1º a 5 de outubro de 1984, quando a Uerj realizou seu importante congresso interno, desenvolvido em cinco painéis, 11 grupos de trabalho e três sessões plenárias, o então chanceler, professor Darcy Ribeiro, fez, a respeito da universidade, considerações, cuja lembrança aqui é oportuna:

"A universidade é aquela instituição fundamental, que garante o domínio do saber em que se funda uma civilização. Qualquer civilização se baseia num corpo de saber erudito, que não pode ser transmitido oralmente, mas que é transmitido pelas instituições universitárias. (...) Quando a civilização se torna ecumênica, o seu saber é participado mundialmente: a universidade se deve a um saber universal. O maior perigo para a universidade do mundo moderno, do mundo fundado no saber científico e tecnológico, é o da universidade ancilar ou escrava, dependente de mudas que venham de fora, de um saber que venha de fora e que ela é incapaz de dominar completamente e de fazer florescer. Um povo não pode passar sem universidades que permitam a ele falar a língua da civilização de seu tempo, o saber da civilização do seu tempo, no nível mais alto".



São esparsas as tentativas de democratizar e aproximar a universidade do povo

através do departamento, os saberes de outros departamentos e de outras unidades de ensino e pesquisa, tais áreas de poder gozam de pretensa liberdade, realizando-se através da atuação pessoal do catedrático, em vez de realizar a universidade na sua autonomia plena, comunitariamente, o que vale dizer, universalmente.

Como definiria o perfil do professor universitário brasileiro?

— O perfil do professor universitário é complexo e diversificado. Ele é capaz de incorporar a crença em que, da democratização das estruturas de poder dos órgãos acadêmicos, possa advir uma real perspectiva de mudanças, capaz de

viabilizar propostas de abertura à sociedade e de dinamizar as relações de trabalho interno. De modo geral, o professor considera urgente que a universidade brasileira se consolide, como laboratório de idéias e de conhecimentos interessados na solução dos problemas que atingem a nossa sociedade. Mas, há também um número não-pequeno de professores que utilizam a universidade como um simples meio de complementação de renda, seja por injunções econômicas, seja por falta de ideais, e não cogita de sua vocação social e da necessidade de melhoria da qualificação do ensino. ●

Fotos: p.58, foto 1: Ednalva Tavares; p.59, foto 2: Walter Santos; p.60, foto 3: Maru A. S. L.

third world

AGORA NO BRASIL

- À venda nas principais bancas das capitais do país.
- Edição bimestral.
- Assinaturas no Brasil (10 n.ºs.) Cz\$ 1.450,00

Desejo efetuar uma assinatura por (10 n.ºs) de *third world*, ao preço de Cz\$ 1.450,00. Envio, juntamente com este cupom, cheque nominal ou vale postal (ag. Lapa) à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 104 — CEP 20241 — Rio de Janeiro — RJ — Tel. 252-7440.

Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

Assinatura

Centrão, adeus

O mês de fevereiro marcou sua presença, na história da Constituinte, com a confirmação de que, ao agrupamento conservador denominado Centrão, sempre faltou o eixo de um programa coerente e objetivos gerais, que lhe permitissem abrir uma estrada própria na cena político-partidária. Desde o início de fevereiro, as votações demonstraram que o Centrão se esboroava, à medida que não predominavam os interesses episódicos, em torno dos quais o grupo conseguia amarrar maiorias. O núcleo conservador do Centrão demonstrou não ter forças para satelizar os setores parlamentares variados que lhe permitiram dominar votações, anteriormente.

Fruto de algumas circunstâncias, como um certo sentimento de frustração da

maioria dos constituintes ante decisões fechadas da Sistematização, o Centrão padeceu de alguns males, como o de querer mostrar-se como uma frente dotada de coesão ideológica, ao mesmo tempo em que erigia como seu espírito a característica fisiológica. O pemedebista paulista Roberto Cardoso Alves chegou a recorrer à frase "é dando que se recebe", de S. Francisco de Assis - que a cunhou, há quase 800 anos, como uma mensagem de despreendimento das coisas materiais, para se alcançar as graças divinas, após a morte - para definir o ânimo do grupo.

Os trabalhos da Constituinte, assim, ganham maior espaço de debate e negociação, além de agilidade nesta reta final das atividades, uma vez que seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães, pretende entregar - "nem que seja a marreta" - a nova Carta pronta em 21 de abril, o dia de Tiradentes e da morte de Tancredo Neves.



Caó: racismo é crime inafiançável

Constituinte negra Benedita da Silva (PT/RJ), propondo a suspensão das relações diplomáticas e comerciais brasileiras com países racistas.

Contra a tese, pronunciou-se o líder do PFL e integrante do "Centrão", José Lourenço, alegando que o Brasil não deveria se imiscuir nos negócios internos de outras nações, mas sustentar boas relações com todos, com o objetivo de fazer negócios.

Fernando Santana (PCB/BA), que se autodefine como mulato, defendeu a

emenda de Benedita da Silva, argumentando que, mesmo sob o ponto de vista do pragmatismo comercial, o eventual rompimento do Brasil com países que praticam políticas racistas produziria efeitos bem mais vantajosos: abriria o coração da África ao Brasil e teria repercussões altamente positivas entre os negros norte-americanos, que são 50 milhões e possuem um poder de compra superior ao de toda a população brasileira.

Clovis Sena

Negros na Constituinte

Os constituintes progressistas esperam manter, no capítulo da Educação, o dispositivo segundo o qual será dada atenção ao ensino da história indígena e negra, bem como ao tombamento das terras dos quilombos.

O grande avanço nas conquistas anti-racistas ocorreu com a aprovação, pelo plenário, da emenda do constituinte negro Carlos Alberto de Oliveira, Caó

(PDT/RJ), declarando o racismo crime inafiançável, com pena de reclusão.

Segundo o deputado Caó, "a aprovação da proposta foi a grande marcha para a frente, uma decisão inédita na história do Brasil".

Outra proposta anti-racista, porém, não chegou a passar, embora conseguisse significativo apoio (272 votos favoráveis): trata-se da emenda apresentada pela

Atrás de 4 bilhões de dólares

Ainda amarrado em negociações que se arrastam, envolvendo a dívida externa, o governo federal entrou em fevereiro com a disposição de atrair investimentos externos - se possível, 4 bilhões de dólares no correr deste ano - através do mecanismo de conversão da dívida em aplicações internas.

Para tanto, as normas que regiam o mecanismo da conversão da dívida foram liberalizadas, tornando a operação mais atraente para os interessados. Estes, ago-

ra, poderão remeter para fora os dividendos, já a partir do primeiro ano, e o capital investido, após um período de doze anos.

O mecanismo da conversão da dívida tem o duplo objetivo de reduzir o montante devido pelo país, sem que haja uma sangria de divisas, e de propiciar a injeção de recursos novos na economia, servindo de suporte ao crescimento, embora não possa ser visto como o caminho da solução definitiva.



Martinho: autenticidade consagrou a Vila Isabel

Abolição no carnaval

Uma comemoração como o centenário da abolição da escravatura não poderia deixar de repercutir nas escolas-de-samba do Rio de Janeiro, durante o carnaval. Tradicionalmente ligadas a comunidades carentes, formadas por maioria negra, as escolas-de-samba levaram para a avenida diversos sambas-enredo baseados nos sofrimentos, trabalhos e valor dos negros, ao longo dos séculos de cativeiro e na atual situação da "gente de cor".

O mais completo e reflexivo de tais sambas ajudou a dar o primeiro campeonato à escola Unidos de Vila Isabel. "Kizomba, festa da raça", exaltou a rebeldia negra dos quilombos, simbolizada por Zumbi, assinalou a força negra em preservar a cultura e concluiu com um grito de guerra contra o racismo sul-africano ("que o apartheid se destrua").

A vitória da escola de Martinho da Vila, que idealizou o desfile de grande autenticidade negra, repre-

sentou a superação do artificialismo dominante nos desfiles das grandes escolas-de-samba cariocas e instalou uma apropriada reflexão sobre o negro no Brasil, sem quebrar o encanto da festa, mesmo porque o enredo se chamava Kizomba, a confraternização, o festejo, como se fala em Angola. Tendo a escola sob a operosa presidência de sua mulher, Lícia Maria Maciel Caniné, a Ruça, Martinho pôde sentir a satisfação mais profunda de quem tem mergulhado na causa da cultura negra com sensibilidade e devotamento.

Também a Mangueira, que ficou em segundo lugar, apresentou um enredo baseado na temática da abolição, lançou a interrogação sobre o verdadeiro alcance daquela libertação: "Realidade ou ilusão?", perguntava o samba, para concluir que "não foi o fim da escravidão / hoje dentro da realidade / onde está a liberdade / onde está que ninguém viu?"

Política mineral em foco

A política mineral brasileira precisa ser reformulada, em função dos novos padrões de relacionamento, determinados pelo mercado internacional. A proposta é dos economistas Paulo César Ramos de Oliveira Sá e Maria Isabel Marques, no ensaio "20 anos de política mineral", editado pelo Conselho Nacional de

Para tanto, as normas que regiam o mecanismo da conversão da dívida foram liberalizadas, tornando a operação mais atrasar Ramos de Oliveira Sá e Maria Isabel Marques, no ensaio "20 anos de política mineral", editado pelo Conselho Nacional de os das matérias-primas minerais transformaram a exportação de commodities numa fonte extremamente instável de receitas fiscais e de captação de divisas. Como resultado, os países exportadores conhecem hoje importantes desequilíbrios orçamentários e de seus balanços de pagamentos, que já estão na origem de perturbações políticas".

O ensaio acentua que "o exemplo de casos perversos, como o da Bolívia e o da Zâmbia, onde toda a economia é compelida a financiar a principal fonte de geração de divisas (respectivamente o estanho e o co-

bre), levou instituições multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial ou o Banco Europeu de Investimentos, a mudar radicalmente sua apreciação sobre a capacidade do setor mineral para promover o desenvolvimento no Terceiro Mundo".

Em consequência, os pesquisadores entendem que cabe ao Brasil fugir da situação de simples exportador de matérias-primas: "O país deverá antes identificar, no mercado internacional, oportunidades industriais que lhe permitam ocupar os espaços criados pela reestruturação da economia mundial e possibilitar uma forte agregação de valor. Ou seja, o setor mineral deverá encontrar uma dinâmica de exportação em alguns segmentos e, através da incorporação de tecnologia, provocar um efeito acelerador sobre o crescimento industrial e multiplicar seus efeitos sobre o resto da economia".

Paulo César Ramos de Oliveira e Sá e Maria Isabel Marques aconselham a que o setor mineral procure elaborar produtos com maior valor agregado, uma vez que a demanda internacional por produtos *in natura* torna-se cada vez menor.

Fotos: Hélio Santos 1/2, Iugo Koyama 3



Minérios: realidade do mercado impõe mudanças

terceiro mundo postal

O REEMBOLSO CULTURAL QUE CRESCE JUNTO COM VOCÊ.

CONVITE
Quando vier ao centro do Rio, visite nosso setor de livros. Você vai gostar e "descontar".
Rua da Glória, 122 gr. 104



OUTUBRO E A PERESTROIKA
De: Mikhail Gorbachiov

A perestroika, como continuidade da revolução, só avançará na medida em que esse caminho seja assimilado pelos próprios soviéticos, que devem, da mesma forma, como o autor aconselha, assimilar as experiências de outros países.

As mudanças que se sucedem na URSS, talvez sejam o mais importante passo depois de Outubro no sentido da democracia socialista. Democracia sem o estilo impositivo, de cima para baixo. 86 pág.

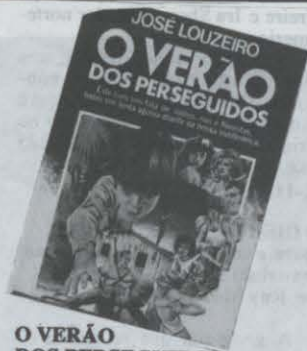
E-153 Cz\$ 200,00



MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO
De: Mikhail Gorbachiov

A URSS, hoje, é um laboratório para o qual estão voltadas as atenções do mundo. O que lá ocorre, já começa a influir sobre os nossos destinos - as perspectivas de se criar progresso no caminho do desarmamento são positivas. Gorbachiov, formula com audácia o princípio do caráter humanista que deve impregnar as relações internacionais em um universo cada vez mais independente. 77 pág.

E-155 Cz\$ 160,00



O VERÃO DOS PERSEGUIDOS
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.

E-154 Cz\$ 450,00

O SEXO DO TRABALHO
Org.: André Kartchevsky-Bulport

O livro traz abordagens históricas das relações frequentemente tumultuadas - sempre complexas - entre o movimento operário e o movimento das mulheres, e abordagens monográficas centradas nas operárias, seu trabalho e suas lutas. Uma vontade comum se expressa: pensar a classe operária no feminino. Participam 18 personalidades, estudiosas e líderes da questão da mulher no mundo. 193 pág.

E-118 Cz\$ 530,00

PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO

De: Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O tema do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatra do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos. 107 pág.

E-083 Cz\$ 170,00



RAUL SENDIC
AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO
Tradução: Cássia Corintha Pinto

As idéias de Raul Sendic se colocam em uma séria e digna perspectiva de transformação revolucionária latino-americana. Postura que os sete anos de prisão não quebraram e que em sua saída do cárcere estava expressa na seguinte proclamação que dirigiu ao povo uruguaio: "Amigos, há homens e mulheres que morrem na luta deste povo. Há outros que sofreram até enlouquecer nos calabouços. Há pais que não podem dar comida e nem vestir seus filhos. Eles nos dão força para seguir a luta e nesse sentido vamos nós e todos aqueles que queiram nos fazer companhia". 119 pág.

E-152 Cz\$ 220,00



MULHERES, ADÚTEROS E PADRES
Org: Lana Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letrados portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apóia em fontes legais, discursos morais, processos eclesiais-ticos. 101 pág.

E-109 Cz\$ 260,00

LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE
De: Cláudio Thomás Bornstein

Baseado em um fato ocorrido na década dos setenta na região do Além-São Francisco, e que culminou no assassinato de um líder do sindicato rural, o romance conta, passo a passo, a caminhada de violências do Brasil agreste. 256 pág.

E-150 Cz\$ 400,00



NICARÁGUA, NICARÁGUITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA **LANÇAMENTO**

De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaráguita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro" (Frei Betto). 156 pág.

E-144 Cz\$ 400,00

VIRE. TEM MAIS LIVROS E O CUPOM NO VERSO.

As águas



que afogam o Rio

As chuvas torrenciais de fevereiro expuseram fraquezas do Rio de Janeiro e atingiram duramente Petrópolis e a Baixada Fluminense, provocaram centenas de mortes e legaram ao desabrigo milhares de pessoas, reforçando um clima de tragédia agravada por inúmeros desabamentos

Nereida Daudt

As pessoas usam a cidade, mas não cuidam dela". A conclusão é de Fernanda Colagrossi, presidente da Associação de Proteção aos Animais e de Defesa da Ecologia-Apande, de Petrópolis, a cidade da Serra Fluminense a ser atingida em primeiro lugar, no estado do Rio de Janeiro, pelo pequeno dilúvio que dominou o mês de fevereiro. Foi lá, no dia 5 de fevereiro, que um temporal causou 200 mortes e desabrigou 4 mil pessoas, prenunciando o cenário que logo se estenderia à Baixada Fluminense e à própria capital.

A velha frase "eu bem que avisei" encaixa-se perfeitamente ao caso de Petrópolis, onde os ecologistas desenvolvem uma luta que já é longa. É deles a criação da primeira área de proteção ambiental do país, abrangendo todo o verde existente nos municípios de Petrópolis, Caxias e Magé. São de 1981 os mecanismos de proteção, em Petrópolis, os quais Fernanda Colagrossi considera exemplares: "O regulamento especifica todas as zonas industriais, residenciais e as de preservação do verde", lembra, embora ressalte que, apesar de proibir a ocupação desordenada do solo, o zoneamento vigente jamais foi respeitado.

Ela acusa o que classifica de "populismo pré-eleitoral" existente, por incentivar a ocupação humana em locais perigosos, no perímetro de Petrópolis, e recorda que, no período que antecedeu as eleições de 1986, ocorreu farta distribuição de tijolos e cimento, estimulando camadas mais pobres a ocupar áreas de risco. "Se as chuvas caíssem em setembro ou outubro, no ano eleitoral, muitos políticos não se elegeriam", ironiza.

A presidente da Apande lembra, a propósito, que naquele período foram construídas palafitas no leito dos rios. "Um presidente de associação de moradores, por exemplo - revela - obteve licença para construir na Rua Boeing, sobre o rio, uma casa de alvenaria de dois andares, para moradia da filha, que ia se casar".

Em Petrópolis, não falta espaço. A histórica cidade serrana situa-se num dos municípios mais extensos do país: são 1.080 km², para uma população



Fernanda Colagrossi: cuidar da cidade



Dep. Carlos Minc: "cada família, uma árvore"

Repensar a cidade, repensar o país

O ex-senador e ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, para definir a cidade, recorre a uma imagem criada pelo ex-governador Leonel Brizola, para quem o Rio se compara a uma moça muito atraente, mas com uma grande mancha no rosto. As consequências das chuvas de fevereiro (deslizamentos de terra, desabamentos de prédios, centenas de mortos e milhares de desabrigados, em meio a surtos de doenças provocadas pelas enchentes) comprovam, segundo o ex-prefeito, que as belezas cariocas já não escondem o quanto a cidade tem sido consumida por situações e interesses que agravam seus problemas, e quanto se torna urgente a aprovação de um plano-diretor de desenvolvimento urbano, como o que deixou elaborado e ainda não foi aprovado pela Câmara de Vereadores.

Mas, os crescentes problemas urbanos - expansão desordenada, superpopulação, serviços deficientes, interesses especulativos - têm como origem fatores de âmbito mais amplo, que se relacionam com o próprio tipo de desenvolvimento que se implantou no país, particularmente após o movimento militar de 1964, pelas mãos de homens como Roberto Campos.

"Pensou-se no desenvolvimento industrial - aponta o ex-prefeito carioca - mas, não se viu que somos um país do Terceiro Mundo e não se deu importância às dificuldades do homem brasileiro. Hoje, temos mais de 70% da população vivendo em cidades, quando este era o percentual dos que viviam no campo, há apenas pouco mais de 30 anos. O que é isto? É a falta de uma reforma agrária, que permita ao nosso homem a ocupação na terra e diminua o processo de expulsão, que faz as nossas cidades incharem, crescerem de modo deformado, lançando numerosas populações em situações de vida como as favelas. Se déssemos terra ao agricultor, se o incentivássemos, estaríamos reduzindo drasticamente o sofrimento social e o percentual de problemas das grandes cidades".

Situação do Rio

"Todos sabemos - afirma ele - que a cada ano caem as chamadas chuvas de verão, fartas e, por vezes, fortes. Ninguém ignora isso. Torna-se óbvio, portanto, que se precisa executar a rotina de limpeza de ralos, desobstrução de galerias, bueiros e esgotos. Mas, é preciso atentar, igualmente, para o fato de que o Rio de Janeiro tem uma configuração

de 350 mil habitantes. Existem muitos locais apropriados para a construção de moradias, fora das encostas. Entretanto, não existe planejamento e muito menos fiscalização. Os rios da cidade apresentam cores diversas, dependendo da época em que as indústrias predominantes, malharias e fábricas de papel, jogam seus detritos nas águas. Além disso, não existe esgoto em Petrópolis, onde os dejetos são lançados *in natura* nos cursos d'água.

Outro ecologista a analisar a questão é o atual deputado estadual Carlos Minc (PT/RJ), geógrafo e "verde", para quem

não é oportuno utilizar a tragédia fluminense para provar que os ecologistas tinham razão. Minc lembra, no entanto, que há três anos os ecologistas do Rio de Janeiro, representando quinze grupos, elaboraram um decálogo para minimizar os problemas da cidade.

"Propusemos, na época - assinala - maior taxa de IPTU sobre os terrenos localizados em encostas perigosas e criamos a campanha de *cada família, uma árvore*".

O deputado verde define as

peculiar, a qual, aliada ao desenvolvimento urbano desenfreado, sem a observância de certas regras, leva a situações como a que vivemos".

O ex-prefeito destaca que "o Rio de Janeiro é uma cidade aterrada, roubada ao mar em muitos pontos, o que dificulta o escoamento normal das águas resultantes de temporais, pois há muitas áreas críticas ao nível do mar, como é o caso da Praça da Bandeira. Situações como esta são agravadas, ainda, pelo descaso. Durante minha administração, descobrimos o quanto a desatenção às peculiaridades do Rio resulta em prejuízos. Dois exemplos, entre muitos outros citáveis: encontramos um pilar do viaduto ferroviário plantado em pleno leito do rio Faria-Timbó, provocando um estreitamento responsável por enchentes periódicas naquela área; na Cidade Nova, galerias de 1,20m tinham sido reduzidas, por empreiteiras apressadas, a um diâmetro de apenas 0,55m, porque usaram o espaço restante para a passagem de cabos subterrâneos de energia e telefones, em lugar de executarem a obra adequada, que teria preservado a capacidade de fluxo daquelas galerias. Enchentes, o resultado".

Na opinião de Marcelo Alencar, não existe plano fácil para livrar o Rio das enchentes e de deslizamentos de terra, e é preciso examinar com cuidado o custo envolvido: "É claro que o Rio pede uma série de providências especiais, além das medidas de con-

servação rotineiras. Estas, se executadas, já ajudariam muito a diminuir a intensidade dos problemas".

As favelas, sobrevivência

O relançamento, no correr dos debates sobre a emergência instalada pelas chuvas, da idéia de que as favelas são culpadas pelos deslizamentos de terra, impondo-se, assim, sua erradicação ou remoção, recebe o repúdio de Marcelo Alencar:

"Pensava que essa idéia sinistra já estava sepultada, mas ela voltou. Quem mora em favela, não mora lá porque quer, por uma questão existencial ou estética, mas empurrado pelas necessidades, pela sobrevivência. Veja só a reação que o favelado oferece a essa idéia de remoção. Mesmo sob perigo iminente, ele prefere ficar ali, porque de estar ali depende sua sobrevivência no dia-a-dia. Além disso, a questão de habitar pertence aos direitos humanos. Essa idéia de remoção é insensata, imoral, até, porque as favelas são habitadas por pessoas a quem a sociedade não deu e não dá perspectivas. Lá estão trabalhadores. Querer intrigar a classe média com a favela, identificada como antro de violência e banditismo e com o lixo, é obra de um tipo de mentalidade individualista, daquela gente que só pensa em si mesma, como os grandes especuladores".

De acordo com o ex-prefeito, não se deve esquecer, porém, de esclarecer as próprias populações faveladas,



Marcelo Alencar: providências especiais

para que adotem procedimentos que evitem ocorrências trágicas, decorrentes do uso inadequado do solo. Ele assinala, que a administração pública também precisa subir os morros cariocas, para encaminhar soluções, e recorda a introdução dos "cabritinhos" (minitratores) e do sistema chileno de fraldas, para a coleta de lixo nas favelas, durante sua administração. "O problema do lixo é grave, mas deve e pode ser equacionado", acentua.

Sobre a urbanização dessas aglomerações, que considera o caminho normal a ser adotado, Marcelo Alencar cita a da favela do Pavão e Pavãozinho, em Copacabana: "Tinha cinco dias de empossado, quando aconteceu aquele deslizamento lá. Como providência, urbanizamos o local, remanejamos, no interior da própria favela, aquelas famílias atingidas, e - note bem - estas últimas chuvas não provocaram problema algum no Pavão e Pavãozinho, hoje um verdadeiro bairro", finaliza. P.M.



Clínica Santa Genoveva no Rio: só ruínas

grandes cidades como um dos piores problemas ecológicos, senão o pior, do país. "São organismos vivos doentes: surdos pelos decibéis, cegos pela especulação imobiliária, têm pulmões comprometidos pela fumaça e as veias entupidadas pelo trânsito", descreve.

A polêmica das favelas

Embora se afirme contrário a uma política "indiscriminada de remoção de favelas", o deputado ecologista vê, no que chama de "mutirão para construir casas populares" em terrenos horizontais do Estado e da Prefeitura, a solução para quem mora em locais perigosos, nas encostas dos morros.

Minc não teme que sua posição seja confundida, nem que sirva para fortalecer a política lacerdista da década de 60, quando se tentou conter o problema social, através da remoção de algumas favelas, como as do Pinto e da Catacumba, na Lagoa, para casas de triagem e conjuntos habitacionais afastados. Ele diz não ser de seu estilo colocar a mão

no ombro do favelado, porque "eles são os primeiros a derrubar as árvores, e é populismo não enxergar essa realidade". Responsabiliza pelo problema a ausência de uma política habitacional e o êxodo rural.

"Enquanto não houver uma solução para estes problemas básicos - acentua - a solução é reflorestar, urbanizar e remover as casas sob risco iminente".

Sobre a questão de se encarar as aglomerações faveladas como passíveis de transferência forçada, a opinião de Fernanda Colagrossi, presidente da Apande, é a de que uma eventual remoção deveria tornar obrigatória a oferta de transporte barato, e assinala que deve ser dada preferência à urbanização das favelas, caso tal serviço se mostre compatível com os orçamentos públicos.

Quem desmata, mata - esta é a mensagem básica da campanha que os verdes estão articulando no estado do Rio de Janeiro. Com ela, o objetivo é acelerar o tombamento da Mata Atlântica, que hoje possui tão somente 6% de sua extensão original. Minc informa, ainda, que será relançada a idéia de cada família plantar pelo menos uma árvore.

Sem acreditar que o simples tombamento venha a resolver o problema ecológico fluminense, ele ressalta que a providência seria muito útil, "porque se criariam novas inibições, além de se demarcar e possibilitar melhor fiscalização da área florestal". Minc atribui utilidade, ainda, a um projeto seu, que visa a inibir os predadores: a proposta, já aprovada pela assembléia fluminense, equipara a moto-serra à arma de fogo, criando todas as consequências para sua aquisição, uso e controle.

Fevereiro das águas

Três semanas de chuvas intensas despejaram, sobre o Rio de Janeiro e cidades vizinhas, uma quantidade de água cerca de três vezes superior à taxa rotineira de precipitações no mês de fevereiro: os 150mm comuns foram largamente superados pelos quase 400mm registrados pelo Departamento de Meteorologia.

A tragédia desdobrou-se a cada dia: deslizamentos de terra, desmoronamentos de barracos, casas e até mesmo de parte de um hospital e um edifício inteiro; tráfego caótico, bloqueado pelas águas; surtos de doenças, cerca de 300 mortes, mais de 5 mil desabrigados.

O fevereiro das águas começou sua assombração fluminense por Petrópolis,

na região serrana, produzindo uma destruição que provocou perto de 200 mortes; desceu para a Baixada e devastou as áreas em beiras de rios, nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti, com desabamentos de barracos e casas, desabrigando milhares de pessoas e desencadeando doenças, como a leptospirose, inclusive com dezenas de casos fatais; finalmente, no correr da terceira semana, alcançou com força a capital, onde, às enchentes, aos desmoronamentos em morros e às pistas alagadas, somaram-se eventos trágicos, do porte do desabamento parcial da Clínica Santa Genoveva, no bairro alto de Santa Teresa e do afundamento completo -

como se fosse uma implosão - do edifício Santo Antônio, na Rua Teixeira de Carvalho, no bairro da Abolição.

Das 27 pessoas presas sob as lajes do edifício, 15 foram resgatadas com vida e as 12 restantes morreram. Na clínica, onde diversas enfermarias foram soterradas por uma avalanche de pedras e terra, misturadas com a vegetação, calcula-se que eram cerca de 50 as pessoas na área atingida, e não houve sobreviventes.

O fevereiro de 1988, o dos temporais, ficará na lembrança do Rio, ao lado do janeiro de 1966, como a imagem da força desatada dos elementos sobre uma área cada vez mais frágil e mais despreparada ante as águas.

Fotos: p-65, Ag. O Globo; p-66, Válder Santos, Hélio Santos; p-67-68, Válder Santos

O drama dos bancos estaduais

Os bancos estaduais sob intervenção permanecerão nessa situação por mais um ano. Seus funcionários debateram a questão e temem prejuízos definitivos às instituições

Ao longo das principais vias, imensos cartazes chamam a atenção, com seu brado em letras vermelhas, contra a ameaça de se privatizarem os bancos estaduais sob intervenção do Banco Central desde fevereiro de 1987. "Não à privatização", denuncia a mensagem, de responsabilidade dos bancários, que promoveram, no Rio, um debate sobre o assunto, durante o qual consideraram que as instituições sofrem ameaça concreta de privatização ou perderem suas clientelas para os bancos particulares.

Privatizar

Outra questão é que a intervenção, iniciada em fevereiro de 87, fracassou também em seu propósito de saneamento, de acordo com as análises produzidas no encontro. Em todos os oito bancos (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Ceará e Bahia), a situação fi-

cou mais difícil do que antes.

Talvez não fossem necessários dez meses para o Conselho Monetário Nacional (CMN) votar o perdão de multas e um financiamento com 15 anos de prazo, como ficou aprovado em sua última reunião de 1987. Além disso, muitos economistas questionam, se um empréstimo significa resolver o problema ou simplesmente adiar sua solução.

Dando o exemplo do Banerj, que chegou a dirigir, o economista e atual constituinte César Maia (PDT/RJ) assinalou que o banco, em decorrência da intervenção, perdeu um volume de depósitos importante e se descredenciou junto à opinião pública. Para ele, a quebra foi proposital.

"O objetivo fundamental da intervenção foi privatizar o sistema bancário, o que não significa vender a agência, mas reduzir a participação dos cofres públicos nos depósitos totais: isto eles conseguiram".

Já Ronald Barata, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, diz que a política da privatização já está implantada no setor bancário, pois "os recursos, que esses bancos sob intervenção tinham, e a captação que propiciavam foram transferidos para os grandes bancos privados".

O sindicalista alerta também para a perda de direitos que sofreram os funcionários: "No Banerj, se extinguíram a estabilidade e os acordos coletivos e se estabeleceu uma política de relações humanas parecida com a dos bancos privados, da década de 50".

Receita do FMI

O funcionário do Banco do Estado da Bahia, José Rodrigues Filho, também considera que a intervenção teve um propósito privatizante.

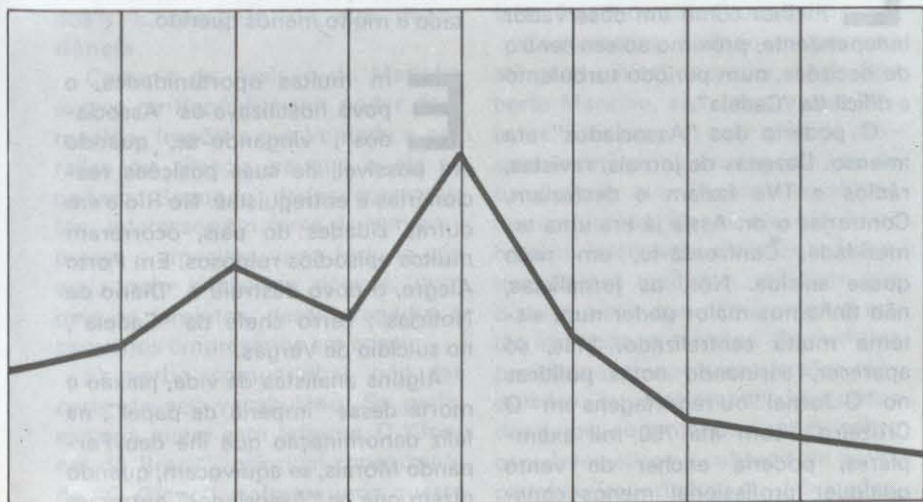
"Seu cunho foi o de assentar a reforma bancária proposta pelo Fundo Monetário Internacional, dividindo os 33 por cento da fatia detida pelos bancos estaduais entre o setor privado, especialmente o Bradesco e o Itaú", analisa.

Ele diz também não entender como a Financeira do Banco do Estado da Bahia, que emprestava a juros de 20 por cento ao mês, conseguiu fechar suas portas, em outubro passado, com um prejuízo de 200 milhões de cruzados. "Alguém tirou e esse alguém tem que pagar. Mas, infelizmente, quem tem pago o prejuízo são os funcionários, com arrocho e demissões".

As críticas voltaram-se, igualmente, a outros aspectos da reforma financeira proposta pelo Banco Central, como o chamado "banco múltiplo" - comercial, poupança, investimento e financeira - cujas exigências excluem, de imediato, cerca de 96% dos bancos existentes, privilegiando os grandes conglomerados.

Para os bancários, enquanto não se define o retorno à normalidade nas instituições estaduais, é preciso ficar atento à sua sobrevivência, ante a ameaça de que percam, de maneira irreversível, a competitividade.

N.D.



Dos Diários Associados à Rede Globo

Neiva Moreira

Trabalhei muitos anos nos "Diários Associados" e guardo, daqueles tempos, recordações marcantes. Vindo do Maranhão em um "Ita", em plena guerra, fui encaminhado por um amigo ao "Diário de Notícias", onde me pagavam por reportagem. Em poucos meses, o seu correto diretor, Orlando Dantas, me chamou ao seu modesto escritório e me disse: "Meu filho, você esgotou toda a verba de colaboradores do mês. Nas próximas semanas não há trabalho. Aceite um conselho: vá para os 'Diários Associados'. Todos sabem o que eu penso do Chateaubriand. Mas o campo jornalístico lá é bem maior".

Aceitei o conselho e fui para os "Associados". Primeiro, no "Diário da Noite", dirigido pelo mestre Austregésilo de Athayde, do qual era secretário de redação um extraordinário profissional, que foi Carlos Eiras. Como outros colegas, fiz a aprendizagem na seção policial, subindo e descendo morros e disputando ao vespertino "A Noite" histórias de crimes e "bonecos" de cadáveres. Depois, Carlos Lacerda, então secretário de redação, me convidou para o que seria hoje a editoria política de "O Jornal", orgulhosamente batizado de "órgão líder da cadeia associada". Trabalhava no "O Jornal" e no "O Cruzeiro", com uma passagem de alguns meses na direção dos "Asso-

ciados" do Maranhão.

O gabinete do dr. Assis era uma super-redação, pois dele emanavam notícias todos os dias, ou melhor, todas as madrugadas, sobretudo as que se relacionavam com as suas campanhas, a mais importante das quais, a da aviação. Muitas centenas de aviões pequenos foram entregues aos aeroclubes, e, mesmo admitindo que não fossem muito santos os negócios que pudessem existir por detrás, a acreditar nos seus detratores, foi um grande serviço prestado à aviação brasileira. Pela reportagem da Campanha, passaram Escobar Filho, Edmar Morel, João Batista Costa e outros colegas. Trabalhei um longo período nesse posto, complexo, inseguro e nada confortável, diretamente ligado ao gabinete do Diretor.

Evoco esse currículo nos "Associados" para me situar melhor como um observador independente, próximo ao seu centro de decisões, num período turbulento e difícil da "Cadeia".

O poderio dos "Associados" era imenso. Dezenas de jornais, revistas, rádios e TVs faziam e desfaziam. Contrariar o dr. Assis já era uma temeridade. Confrontá-lo, um risco quase suicida. Nós, os jornalistas, não tínhamos maior poder num sistema muito centralizado. Mas, só aparecer, assinando notas políticas no "O Jornal" ou reportagens em "O Cruzeiro", com até 750 mil exemplares, poderia encher de vento qualquer profissional menos cons-

ciente do seu papel, como ocorre hoje, lamentavelmente, com alguns da televisão.

O dr. Assis, nem falar. Era um déspota neste país, com um poder que, me pergunto, se não superaria, à época, aquele que o dr. Roberto Marinho exerce hoje com a sua "Rede Globo".

Com outros colegas da redação, discutíamos muito sobre os "Associados" e o seu futuro. Chamava nossa atenção o fato de que os seus meios de comunicação — como a "Rede Globo" hoje, alcançavam o país quase todo — tinham uma influência real muito menos expressiva do que a sua audiência justificaria. Jornais bem menos equipados, como o "Diário de Notícias", eram muito mais respeitados que "O Jornal". Mais ainda, o dr. Assis se impunha pelo poder de retaliação aos que a ele se opunham, mas não era acatado e muito menos querido.

Em muitas oportunidades, o povo hostilizava os "Associados", vingando-se, quando era possível, de suas posições reacionárias e entreguistas. No Rio e em outras cidades do país, ocorreram muitos episódios ruidosos. Em Porto Alegre, o povo destruiu o "Diário de Notícias", carro chefe da "Cadeia", no suicídio de Vargas.

Alguns analistas da vida, paixão e morte desse "império de papel", na feliz denominação que lhe deu Fernando Morais, se equivocam, quando dizem que os "Associados" entraram

TRANSPARTAMOS O DESENVOLVIMENTO

em colapso, porque o dr. Assis não deixou descendentes que o sucedessem. É uma meia verdade, porque muitos diretores talentosos e de prestígio poderiam ter levado adiante a sua obra. Na verdade, Assis Chateaubriand, que era um jornalista extraordinário e um criador genial, não conseguiu implantar, no seio do povo, a sua imensa rede de comunicação, nem inserir, no processo histórico que o país vivia, a poderosa arma que forjara. Remava, sempre, contra a corrente da história.

Dedicou-se a outros ramos empresariais — laboratórios, fazendas etc. —, ligou-se a interesses alheios ao jornalismo e, por isso e/ou outras razões, que não cabe aqui examinar, transformou-se num lutador sem tréguas, contra tudo o que representava avanço social ou reivindicação popular.

Nessa luta pelo status-quo, os "Associados" foram ultrapassados por outros concorrentes na própria direita e não tiveram o oxigênio da confiança popular para resistir à disputa de mercados.

Quando leio o jornal do dr. Roberto Marinho e vejo seus programas de televisão, me lembro muito do período áureo dos "Diários Associados". E também de sua decadência.

Como o dr. Assis, o dr. Marinho exerce na República um poder desmedido. Impõe a sua vontade e paralisa ou silencia os que a ela se opõem. Segundo dados correntes, tem interesses em cerca de cem empresas e amealhou uma fortuna que anda pelo bilhão de dólares, num país de famintos, desempregados e pequenos empresários em crise.

O verbo compartilhar não faz parte do seu vocabulário. Se pode, esmaga quem está à frente. O "Jornal do Brasil", principal concorrente de "O Globo", enfrenta uma guerra permanente, e as outras TVs estão

sempre na mira da Rede. O recente episódio da "TV Manchete" foi um exemplo. Como é possível monopolizar, através de contratos suspeitos ou manobras jurídicas, a transmissão de um acontecimento como o carnaval do Rio? Mas foi feito.

A reação do sr. Bloch, como a do sr. Sílvio Santos, está na lógica empresarial. Nenhum dos dois é esquerdista e muito menos anticapitalista. Pelo contrário. Mas ambos sabem que se não reagirem hoje, desaparecerão amanhã.

E o que resulta dessa atitude arrogante e dominadora? As resistências na sua própria área e o rancor do povo, como se viu nas aclamações à "Manchete", na Passarela, e nas hostilidades, inclusive vaias, que a "TV Globo" tem recebido em diferentes oportunidades. Mais ainda: nas sucessivas derrotas da Rede, no seu confronto com as tendências majoritárias do povo.

O sr. Bloch deve ter razão quando se exime da responsabilidade de ter inventado o eslogan "O povo não é bobo", com que as multidões hostilizam a "Rede Globo". O desabafo veio de detrás, antes mesmo que a Rede tentasse, em 1982, impingir ao estado do Rio um resultado eleitoral falso, fraudado pela Proconsult.

Comumente, quando as pessoas atingem o nível de poder do dr. Roberto Marinho, são uns grandes isolados. Eles comem pela mão de pessoas interessadas em negócios ou de bajuladores que disputam as sobras das comissões. Mas se ele, que é um homem inteligente e empreendedor, investigasse melhor a realidade que o cerca, veria que não é possível estar impondo a milhões de ouvintes posições antipopulares, versões maquiadas ou totalmente deturpadas dos fatos, ou tentando vender, sobre os valores éticos e culturais do povo, padrões importados ou fabricados, para atender a interesses de classe

ou de grupos, ou a setores muito minoritários da sociedade.

Não há dúvidas de que, graças à sua capacidade gerencial e em certo sentido inovador, o dr. Marinho obteve êxitos expressivos na modernização dos seus jornais, rádios e TVs. Não há que negar e nem tampouco deixar de creditar-lhe esse êxito, que se sabe apoiado dentro e fora do país. Daí a aceitar que todo esse poder seja usado contra a vontade popular ou para consolidar um novo "império de papel", a distância é grande, até por que os tempos hoje são outros. E o povo não é bobo.

Nos últimos meses, tenho sentido — todos poderão observar — que cresce no país uma espécie de vacina anti-"Rede Globo". As pessoas gostam das novelas, assistem aos jornais e a grandes "shows", mas não acreditam. "Isso é coisa da Globo" passou a ser uma frase corrente.

Já vi esse filme, na década de 50, com o outro imenso império da comunicação, os "Diários Associados". Sua decadência não começou com a doença do dr. Assis, com os juros bancários ou o envelhecimento dos seus meios técnicos. Nasceu da falta de credibilidade e da consciência coletiva de que, por detrás das cores e dos cenários ricos, se manipulava a informação, se impingiam como verdade mentiras deslavadas, se procurava destruir de maneira incorreta os concorrentes e se servia a outros interesses que não os do nosso país.

Para dirigir quase uma centena de empresas, digerir tantos banquetes, receber tantas medalhas e vigiar aqui e no exterior os seus concorrentes, deve sobrar pouco tempo ao dono da "Rede Globo". É uma lástima, pois seria bom que ele reservasse, por dia, alguns minutos para meditar sobre o nascimento, o apogeu e a queda dos "Diários Associados". Seria uma reflexão didática e oportuna. ●

O alerta amazônico

A Carta da Amazônia considera compromisso universal a defesa do patrimônio regional e pede o fim da depredação econômica e da exploração social



Estudiosos, políticos e representantes de diversos segmentos profissionais e sociais realizaram, em Belém, uma jornada especial de debates sobre os problemas e os destinos da Amazônia, definindo, ao final, uma série de princípios, que visam a garantir o desenvolvimento regional e sua efetiva integração econômica ao resto do país, sem o custo de depredações irreparáveis, como as que estão afetando a floresta e alterando o clima, com reflexos mundiais.

O I Congresso Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia chamou a atenção para o fato de o Brasil situar-se como oitava economia mundial, ao mesmo tempo em que "estacionou na incrível, contundente e contrastante situação de sexta zona de fome do mundo, sem esquecer o cortejo de graves débitos nas áreas da saúde e da educação, resultantes, basicamente, de uma estrutura agrária arcaica e esclerosante, da deficiente produção econômica, da subordinação à chamada dívida externa".

A Carta

Segundo a declaração aprovada pelos congressistas, torna-se urgente dizer

"não" a todas as iniciativas que põem a Amazônia sob ameaça, citando entre tais agressões, especificamente, o colonialismo do capital, a exploração predatória da terra, o esvaziamento das riquezas minerais, a violência no campo e na cidade, a desertificação, o desequilíbrio ecológico.

"Mas, a defesa da Amazônia não pode significar negação de seu desenvolvimento", afirma o documento, que considera vital valorizar o homem, explorar a terra de maneira racional, reflorestar, dar vez à comunidade regional de decidir sobre as políticas infra-estruturais.

Segundo o geógrafo Orlando Valverde, presidente da Campanha de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), entidade organizadora do congresso, "torna-se essencial a conscientização da sociedade brasileira para a questão amazônica, sob pena de se legar ao país problemas econômicos e devastação ambiental de efeitos irreversíveis".

No documento básico da CNDDA, que serviu às discussões, acentua-se que "o desmatamento da zona da Hiléia, ao ritmo atual, levará à completa destruição da rica floresta, até o início do século vindouro".

Observando a Constituinte

Um detalhado estudo produzido pela Campanha de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA) está circulando entre os constituintes, principalmente os representantes da área amazônica e líderes partidários, com o objetivo de influenciar os debates e levar à inserção, na futura Carta, de alguns princípios básicos de defesa do patrimônio econômico, ecológico e social da região.

O estudo refere as tentativas, até agora frustradas pela mobilização nacional, de internacionalização de recursos amazônicos em proveito das nações desenvolvidas, mas aponta o perigo iminente representado pela alienação de extensas áreas a grupos econômico-financeiros da Trilateral (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão). "As concessões às multinacionais, outorgadas nos últimos anos, são inquietantes", aponta o documento.

Sugere também a adoção de um dispositivo constitucional que limite "a aquisição de terras por estrangeiros não-residentes ou empresas de capital estrangeiro. Impõem-se restrições quanto à propriedade de um conjunto de terras pela mesma pessoa, em todo o país".

A CNDDA adverte, ainda, para a necessidade da reforma agrária, que ocupe a mão-de-obra e promova a produção, uma vez que latifúndios improdutivos se tornaram uma marca na região: "Tais terras estão ociosas e, para assegurar sua posse, como mera reserva de valor para especulação e alívio de impostos, são montados rigorosos esquemas de repressão, de violência e assassínatos de posseiros e índios".

O estudo denuncia, igualmente, a concentrada posse de jazidas minerais em mãos de transnacionais cartelizadas, particularmente no que se refere a minerais estratégicos e àqueles em que o país, por conter percentual predominante do mineral a nível mundial, poderia usufruir de sua posição.

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

É festa no Interior

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil



A Poupança Ouro faz a festa da produção agrícola e pecuária.

Dá juros e correção monetária para os brasileiros do Interior e das Capitais.

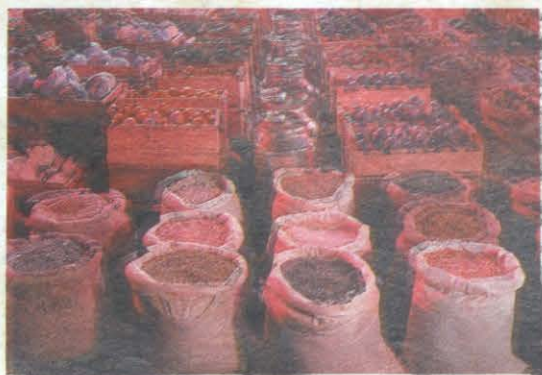
Tem a garantia do maior banco do País.

Leva crédito ao campo para aumentar a produção de alimentos e oferece lucro e segurança para o investidor.

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil. O melhor negócio para você.

E para o Brasil.

**Agora,
em se poupando
tudo dá.**



 **BANCO DO BRASIL**